

Laiza de Sena

**O estatuto das construções inacusativas: uma contribuição
para os estudos diacrônicos sobre a ordem e o
preenchimento do sujeito em amostras do PHPB-SC**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientadora:

Profa. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho

Florianópolis, agosto de 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sena, Laiza de

O estatuto das construções inacusativas : uma
contribuição para os estudos diacrônicos sobre a
ordem e o preenchimento do sujeito em amostras do
PHPB-SC / Laiza de Sena ; orientador, Izete
Lehmkuhl Coelho, 2017.

206 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,
Programa de Pós-Graduação em Linguística,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Linguística. 3. Sociolinguística
histórica. 4. Variação. 5. Construções inacusativas.
I. Coelho, Izete Lehmkuhl. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Linguística. III. Título.

Laiza de Sena

**O ESTATUTO DAS CONSTRUÇÕES INACUSATIVAS: UMA
CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS DIACRÔNICOS SOBRE A ORDEM
E O PREENCHIMENTO DO SUJEITO EM AMOSTRAS DO PHPB-SC**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de "Doutor em Linguística" e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 18 de agosto de 2017.



Prof. Marco Antônio Martins, Dr.
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Linguística

Banca Examinadora:



Prof.ª Izabel Christine Seara, Dr.ª (Presidente da Banca)
Universidade Federal de Santa Catarina



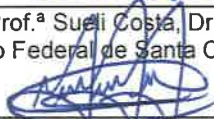
Prof.ª Izete Lehmkuhl Coelho, Dr.ª (Orientadora)
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Sílvia Regina de Oliveira Cavalcante, Dr.ª
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof.ª Sueli Costa, Dr.ª
Instituto Federal de Santa Catarina



Prof. Marco Antônio Martins, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott, Dr.ª
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Edair Maria Görski, Dr.ª
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho ao meu marido Muriel, parceiro de todas as horas, pelo apoio incondicional que tornou possível a finalização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Profa. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho, por toda experiência e tempo compartilhados comigo, pelos valiosos apontamentos para melhoria do texto, pela amizade, mas principalmente pela atenção dispensada na condução deste trabalho.

Aos professores Doutores Marco Antônio Martins e Sueli Costa, pela leitura atenta do projeto de tese, pelos comentários detalhados e pelas sugestões que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo, desde a elaboração do projeto até a versão final.

Aos Professores Doutores Marco Antônio Martins, Sueli Costa, Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott, Edair Maria Görski, Izabel Christine Seara, Sílvia Regina de Oliveira Cavalcante e Christiane Maria Nunes de Souza, participantes de minha banca examinadora, por todas as contribuições que trarão para a melhoria deste trabalho e, principalmente, por compartilharem comigo este importante momento de vida.

Aos meus queridos colegas do VARSUL da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pela amizade e companheirismo e a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para concretização do Projeto Para a História do Português Brasileiro de Santa Catarina PHPB-SC, projeto do qual tive a honra de fazer parte.

Aos meus colegas de trabalho do Instituto Federal de Santa Catarina, por me acompanharem e torcerem por mim durante esses anos de Doutorado.

Ao meu marido Muriel, pela paciência e por todo apoio nesse processo.

Aos meus queridos irmãos Samara e Alisson, pela parceria durante toda trajetória percorrida até aqui.

Aos meus pais Marlei e Sebastião, por me acompanharem durante toda a vida acadêmica, sempre trazendo palavras de incentivo.

À Universidade Federal de Santa Catarina, por estar na minha vida desde 1999, quando fiz meu primeiro curso de graduação, contribuindo fortemente para quem sou hoje.

“documentos históricos sobrevivem por acaso, não por concepção, e a seleção que está disponível é o produto de uma série de acidentes históricos imprevisíveis”. (LABOV, 1994 [1972], p. 11)

RESUMO

Esta tese objetiva investigar a variação na ordem e no preenchimento do sujeito em construções inacusativas, verificando qual é o estatuto dessas construções, a partir de um *corpus* composto por jornais que circularam na primeira metade do século XIX e na primeira e segunda metade do século XX nas cidades de Lages e Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, Brasil. O *corpus* utilizado na pesquisa faz parte do projeto Para a História do Português Brasileiro de Santa Catarina (PHPB-SC). A ordem e o preenchimento do sujeito têm sido objeto de estudo de diversos trabalhos desde o final da década de 1980. Muitos desses estudos mostraram que a diminuição do uso de sujeito nulo no século XX em relação ao século XIX no português brasileiro (PB) acontece paralelamente à diminuição do número de ocorrências na ordem do sujeito posposto ao verbo (VDP) nesse mesmo período, sendo a posição do DP favorecida em contextos inacusativos. Segundo Coelho (2000), a ordem verbo-sujeito em construções inacusativas está associada a uma restrição sintático-semântica ligada à natureza do verbo, que é estabelecida na relação entre o verbo inacusativo e seu argumento interno. A análise desenvolvida nesta pesquisa investiga o estatuto teórico das construções inacusativas, tomando como base para sua classificação a proposta apresentada por Ciríaco e Cançado (2004), que classifica os verbos intransitivos em verbos inacusativos e inergativos, de acordo com uma escala de prototipicidade baseada nas propriedades semânticas e sintáticas desses verbos. Esta pesquisa está baseada nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Histórica (cf. LABOV, 1994; CONDE SILVESTRE, 2007). Os resultados quantitativos da pesquisa mostram que ocorre diminuição da ordem VDP e de sujeito nulo ao longo do tempo e que os fatores internos que condicionam a ordem e o preenchimento do sujeito diferem em cada período.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística; Sociolinguística Histórica; Variação; Construções Inacusativas.

ABSTRACT

This work tackles to investigate the variation in order and the filling of subject in unaccusative constructions, verifying what is the status of these constructions, from a corpus composed by newspapers that circulated in the first half of the 19th century and in the first and second halves of the 20th century in the municipalities of Lages and Florianópolis, in the State of Santa Catarina, Brazil. The corpus used in this research belongs to the project *Para a História do Português Brasileiro de Santa Catarina* (PHPB-SC). The order and the filling of the subject have been object of study of a number of works since the late 80's of 20th century. A number of these studies have shown that the decrease in the use of null subject in the 20th century, when compared to 19th century in Brazilian Portuguese (BP), comes in parallel to the decrease in the number of occurrences in subject postponed to verb order (VDP) in the same time frame, being the postponement of DP favored in unaccusative contexts. According to Coelho (2000), the order verb-subject in unaccusative construction is associated to a syntactic-semantic restriction due to the nature of the verb, which is established in the relation between the unaccusative verb and its internal argument. The analysis developed in this research investigates the theoretical status of unaccusative constructions, taking as a basis for its classification the proposal presented by Ciríaco e Cançado (2004), which classifies the intransitive verbs in unaccusative and unergative, according to a prototyping scale based in the semantic and syntactic properties of these verbs. This research is based in the theoretical assumptions of Historical Sociolinguistics (cf. LABOV, 1994; CONDE SILVESTRE, 2007). The quantitative results of this research show that there is a reduction in VDP order and of null subject over time and that the internal factors that condition the order and filling of the subject vary in each time frame.

KEYWORDS: Linguistics; Historical Sociolinguistics; Variation; Unaccusative constructions.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

- AE – Argumento externo
- AI – Argumento interno
- CP – *Complementizer phrase* (Sintagma complementizador)
- DS – *Deep structure* (estrutura profunda)
- DP – *Determiner phrase* (Sintagma determinante)
- GT – Gramática tradicional
- IP – *Inflectional phrase* (Sintagma flexional)
- PE – Português europeu
- PHPB – Projeto Para História do Português Brasileiro
- PHPB-SC – Projeto Para a História do Português Brasileiro –
Corpus de Santa Catarina
- PB – Português brasileiro
- N – Nome
- NP – *Noun phrase* (Sintagma nominal)
- OV – objeto-verbo
- SC – *Small clause* (Minioração)
- SN – Sintagma nominal
- Spec – *Specifier* (Especificador)
- SV – Sintagma verbal
- S-V – Sujeito-verbo
- SVO – Sujeito-verbo-objeto
- V - Verbo
- V' – Projeção intermediária de V
- VP – *Verb phrase* (Sintagma verbal)
- V-S – Verbo-sujeito
- * Indicativo de inaceitabilidade de uma sentença

LISTA DE FIGURAS

Fig. 2.1: Representação da sentença “Gorillas exist” segundo a Hipótese Inacusativa (PERLMUTTER, 1978, p. 160).	55
Fig. 2.2 – Subdivisão dos verbos inacusativos no PB com base na proposta de Nascimento (2014)	80
Fig. 2.3: Representação estrutural de um verbo inergativo e de um verbo inacusativo.	82
Fig. 2.4: Escala de prototipicidade do verbo monoargumental - elaborado pela autora com base em Ciríaco e Cançado (2004)	86
Fig. 2.5: Conjunto de propriedades prototípicas dos verbos monoargumentais - elaborado pela autora com base em Ciríaco e Cançado (2004)	88
Fig. 2.6: Relação entre telicidade e tipo de verbo - elaborado pela autora com base em Basso (2007)	99
Fig. 3.1: Imagem do site PHPB nacional com os estados brasileiros que compõem os corpora, incluindo Santa Catarina	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1: Decréscimo do uso do sujeito nulo no PB (DUARTE, 1993, p.112)	39
Gráfico 3.1: Frequência de DPV e VDP nos dados analisados	132
Gráfico 3.2: Frequência de DPV e VDP por período de tempo	140
Gráfico 3.3: Frequência de sujeito nulo e expresso segundo o grupo de fatores pessoa do discurso por período de tempo	156

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1: Carta de um leitor do jornal “Gazeta de Lages” do município de Lages para o redator do mesmo jornal, publicada em outubro de 1892.....	108
Quadro 3.2: Carta de um leitor do jornal “A Nação” de Florianópolis para o redator do mesmo jornal, publicada em agosto de 1965.....	109
Quadro 3.3: Grupos de fatores significativos selecionados por período de tempo para a variante VDP por ordem de relevância	141
Quadro 3.4: Grupos de fatores significativos selecionados por período de tempo para a variante sujeito nulo por ordem de relevância	153
Quadro 3.5: Grupos de fatores significativos selecionados por período de tempo para as variantes VDP e sujeito nulo ...	163
Quadro anexo I - Lista dos 40 verbos monoargumentais analisados e classificados por Ciríaco e Cançado (2004)	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Frequência de VDP segundo o <i>corpus</i> analisado (cf. BERLINCK, 1988, p. 220)	24
Tabela 1.2 – Animacidade e posposição do sujeito (cf. LIRA, 1996, p. 69)	27
Tabela 1.3 – Frequência de posposição do DP sujeito com artigos indefinidos e definidos e posposição do sujeito (cf. LIRA, 1996, p. 79)	27
Tabela 1.4 – Referência do sujeito dado e novo e posposição do sujeito (cf. LIRA, 1996, p. 82).	28
Tabela 1.5 - Frequência de VDP, segundo o grupo de fatores tipo categorial do verbo (cf. COELHO (2000), p. 141)	32
Tabela 1.6: Frequência e probabilidade de VDP, segundo o grupo de fatores animacidade do DP (cf. COELHO (2000), p. 171).	35
Tabela 1.7 - Grupos de fatores selecionados em cada período (cf. SANTOS e SOARES DA SILVA (2012), p. 132)	43
Tabela 1.8 – Frequências de sujeito nulo e sujeito pronominal realizado (GRAVINA (2014 [2008]), p. 126)	47
Tabela 1.9 – Frequências de sujeito nulo, sujeito pronominal realizado e sujeito lexical anafórico (GRAVINA (2014 [2008]), p. 129)	48
Tabela 1.10 – Distribuição de sujeitos nulos de 1 ^a pessoa, 2 ^a pessoa e 3 ^a pessoa (GRAVINA (2014 [2008]), p. 138)	49
Tabela 1.11 – Frequências de VS em jornais brasileiros (GRAVINA (2014), p. 162).....	50
Tabela 1.12 – Frequências de VS com verbos inacusativos em jornais brasileiros (GRAVINA (2014), p. 174).....	51
Tabela 3.1 –Distribuição dos dados de sujeito nulo e de sujeito preenchido (VDP e DPV), nos três períodos analisados..	130
Tabela 3.2 - Frequências de VDP e DPV, segundo os grupos de fatores traços de definitude e especificidade do DP, animacidade do DP, forma de realização do DP e pessoa do discurso	133
Tabela 3.3 - Frequências de VDP e DPV, segundo os grupos de fatores natureza do verbo monoargumental, forma verbal, item lexical e material interveniente	136
Tabela 3.4 - Frequências de VDP e DPV, segundo os grupos de fatores localidade e data do <i>corpus</i>	138

Tabela 3.5 - VDP segundo o grupo de fatores traços de definitude e especificidade do DP por período de tempo..	142
Tabela 3.6 - VDP segundo os grupos de fatores traços de animacidade do DP por período de tempo.....	145
Tabela 3.7 - VDP segundo o grupo de fatores forma de realização do DP por período de tempo.....	146
Tabela 3.8 - VDP segundo o grupo de fatores natureza do verbo monoargumental por período de tempo	148
Tabela 3.9 - VDP segundo o grupo de fatores material interveniente entre V e DP por período de tempo.....	149
Tabela 3.10 - VDP segundo o grupo de fatores item lexical por período de tempo	151
Tabela 3.11 – Sujeito nulo segundo o grupo de fatores traços de animacidade do DP por período de tempo.....	154
Tabela 3.12 – Sujeito nulo segundo o grupo de fatores pessoa do discurso por período de tempo.....	155
Tabela 3.13 - Sujeito nulo segundo o grupo de fatores forma verbal por período de tempo	157
Tabela 3.14 - Sujeito nulo segundo o grupo de fatores item lexical por período de tempo	158
Tabela 3.15: Frequência de sujeito nulo segundo o cruzamento entre os grupos de fatores animacidade do DP e item lexical	159
Tabela 3.16 - Sujeito nulo segundo o grupo de fatores natureza do verbo monoargumental por período de tempo	161
Tabela 3.17: Frequência de VDP e de sujeito nulo, segundo o grupo de fatores natureza do verbo monoargumental por período de tempo	165
Tabela 3.18: Frequência de VDP e de sujeito nulo, segundo o grupo de fatores item lexical por período de tempo	167
Tabela 3.19: Frequência de VDP (todas as formas de realização do DP) e de sujeito nulo (pessoa do discurso) por período de tempo	169

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – A SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA	12
1.1 INTRODUÇÃO.....	12
1.2 BREVE PERCURSO SOBRE A SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA.....	12
1.3 A PESQUISA COM DOCUMENTOS ESCRITOS	17
1.4 REVISÃO DA LITERATURA	20
1.4.1 <i>A ordem do sujeito</i>	21
1.4.2 <i>O preenchimento do sujeito</i>	38
1.4.3 <i>Entre ordem e preenchimento do sujeito</i>	42
1.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	51
CAPÍTULO 2 – O FENÔMENO DA INACUSATIVIDADE	53
2.1 INTRODUÇÃO.....	53
2.2 A CLASSE DOS VERBOS INACUSATIVOS: O TRABALHO DE PERLMUTTER COMO PONTO DE PARTIDA	53
2.3 DIAGNÓSTICO DE INACUSATIVIDADE: TESTES PROPOSTOS NA LITERATURA PARA O PORTUGUÊS	64
2.4 A PREMISSE DE PROTOTIPICIDADE DO VERBO	82
2.4.1 <i>Os diagnósticos de inacusatividade</i>	84
2.5 DIAGNÓSTICOS SEMÂNTICOS	89
2.5.1 <i>A rede temática</i>	89
2.5.2 <i>O aspecto</i>	96
2.6 DIAGNÓSTICOS SINTÁTICOS	100
2.6.1 <i>A posposição do sujeito</i>	100
2.6.2 <i>A indeterminação do sujeito</i>	100
2.6.3 <i>O particípio absoluto</i>	101
2.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	102
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	104
3.1 INTRODUÇÃO.....	104
3.2 A SELEÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE COMPÕEM O CORPUS.....	104
3.2.1 <i>As variáveis dependentes</i>	110
3.2.2 <i>Os grupos de fatores condicionadores</i>	113
3.2.2.1 Natureza do verbo monoargumental.....	115
3.2.2.2 Animacidade do DP	117
3.2.2.3 Traços de definitude e especificidade do DP	118
3.2.2.4 Forma de realização do DP	120

3.2.2.5	Pessoa do discurso	121
3.2.2.6	Forma verbal	123
3.2.2.7	Material interveniente entre V e DP	124
3.2.2.8	Item lexical.....	124
3.2.2.9	Localidade.....	127
3.2.2.10	Data do corpus.....	128
3.3	DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS.....	129
3.3.1	<i>Sujeito posposto versus sujeito anteposto (VDP versus DPV) – resultados gerais da 1ª etapa</i>	131
3.3.2	<i>Ordem do DP sujeito por período de tempo – resultados da 2ª etapa</i>	139
3.3.3	<i>Preenchimento do sujeito por período de tempo – resultados da 3ª etapa</i>	152
3.4	ORDEM E PREENCHIMENTO DO SUJEITO: AMARRANDO AS PONTAS	162
3.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	171
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
	REFERÊNCIAS	176
	ANEXO I – LISTA DE VERBOS INACUSATIVOS E INERGATIVOS	192
	ANEXO II – EXEMPLO DE CARTA DO LEITOR E DE ANÚNCIO DE FLORIANÓPOLIS.....	193
	ANEXO III – EXEMPLO DE CARTA DO LEITOR E DE ANÚNCIO DE LAGES.....	195

INTRODUÇÃO

Diversos estudos baseados na literatura linguística e na análise sincrônica e diacrônica de dados de fala e de escrita, como os realizados por Berlinck (1988), Kato (2000), Coelho (2000), Zilles (2000), Santos e Soares da Silva (2012) e Gravina (2014), têm mostrado que a ordem verbo-sujeito em sentenças declarativas no português brasileiro (PB) está cada vez mais limitada a sentenças com verbos monoargumentais, sendo verificada principalmente com os verbos inacusativos.

Essa restrição contextual na ordem verbo-sujeito acompanha uma mudança ocorrida na produtividade do sujeito nulo nos séculos XIX e XX. Duarte (1993) argumenta que a redução no quadro pronominal do PB e a redução no paradigma flexional do verbo parecem ter contribuído para essa mudança, já que o PB está se afastando de outras línguas românicas quanto à marcação do Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN) seguindo numa direção de língua [+*pro drop*]¹ para uma língua [-*pro drop*]. Porém, pesquisas mais recentes, como a realizada por Gravina (2014), apontam que a marcação do PSN no PB está se aproximando mais de línguas como o finlandês, considerada uma língua de sujeito nulo parcial, do que de línguas com sujeito nulo consistente como o português europeu (PE).

Após a constatação por Chomsky (1981) de que línguas que são positivamente marcadas quanto à marcação do PSN exibem também produtividade de sujeitos pós-verbais, estudos gerativistas e sociolinguísticos realizados sobre o tema têm apontado argumentos teóricos e empíricos na direção de que essas características são duas propriedades de um mesmo parâmetro. Contudo, poucas pesquisas olharam para ambos os fenômenos, ordem e preenchimento do sujeito no PB, comparativamente, como o estudo realizado por Gravina (2014).

Nesta pesquisa, buscamos, desde a elaboração do projeto de tese, verificar qual o estatuto teórico das construções inacusativas no português brasileiro, com ênfase no estudo da

¹ O termo *pro-drop* vem do inglês e possui como significado “*pronominal dropping*”, ou seja, queda do pronome.

ordem sujeito-verbo/verbo-sujeito (DPV/VDP)² em construções monoargumentais. Porém, ao longo do trabalho, nos deparamos com a relação que existe entre nosso objeto de estudo e a perda do sujeito nulo no português brasileiro, conforme apontado na literatura sobre o tema. Consequentemente, acabamos optando por incluir o fenômeno do preenchimento do sujeito como variável dependente em nossa pesquisa, assim como Gravina (2014), pois esse estudo não estaria completo se não olhássemos também, nem que por desvelo, para o comportamento dessa outra variável na amostra em estudo.

Com base nesse argumento, o principal objetivo desta pesquisa é investigar a variação na ordem e no preenchimento do sujeito em construções monoargumentais, buscando verificar qual o estatuto teórico das construções inacusativas e, ainda, verificar se as mudanças ocorridas com relação ao preenchimento do sujeito acontecem nos mesmos períodos de tempo e nos mesmos contextos em que as ocorridas para a ordem do sujeito.

A principal pergunta que buscamos responder nesta pesquisa é: a ordem verbo-sujeito está se tornando mais restrita a determinados contextos no português brasileiro ao longo do tempo? Se isso for verdade, outras questões se desdobram a partir dessa primeira: partindo da ideia de que os verbos monoargumentais não são uma classe homogênea, será que todos os verbos inacusativos apresentam o mesmo comportamento sintático e semântico? Há um subconjunto de verbos inacusativos que se mostra mais resistente à anteposição? Qual o estatuto teórico do DP posposto ao verbo em construções inacusativas? Qual a relação entre ordem posposta e preenchimento do sujeito ao longo do tempo? Quais fatores condicionam os dois fenômenos em cada período investigado?

Para responder às questões formuladas acima, utilizamos dados de escrita oriundos de cartas do leitor e anúncios de jornais que circularam nas regiões de Lages e de Florianópolis, nos séculos XIX e XX, que compõem o banco de dados do

² DP, do inglês *Determiner Phrase* (sintagma determinante), trata-se de um constituinte que tem como núcleo um determinante (D) e como seu complemento um nome (N).

Projeto Para a História do Português Brasileiro de Santa Catarina (PHPB-SC).

Analisamos a partir desse *corpus* os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a ordem do sujeito em construções inacusativas, como nas sentenças a seguir, respectivamente:

- (1) a. [...] embargar esta obra antes que apareçam os primeiros pilares de concreto. (XXIIF160)³
 b. [...] embargar esta obra antes que os primeiros pilares de concreto apareçam.

Na primeira sentença, em (a), temos um dado extraído de um jornal da região de Florianópolis, correspondente à segunda metade do século XX, representando o sujeito posposto ao verbo inacusativo *aparecer*, enquanto em (b), temos a representação do que seria a variante para essa mesma sentença do sujeito anteposto ao verbo.

Buscamos, ainda, nesta pesquisa, verificar quais os fatores que condicionam o preenchimento ou não do sujeito em construções monoargumentais, especialmente nas construções inacusativas, como no exemplo a seguir:

- (2) a. _____ Não morreria tranquilo com minha consciência. (XXIL523)
 b. Eu Não morreria tranquilo com minha consciência.

Em (2a), temos um dado extraído de um jornal da região de Lages, correspondente à primeira metade do século XX, representando o sujeito nulo (eu), enquanto em (b), temos a representação do que seria a variante para essa sentença com o sujeito preenchido. Tanto as construções em (1) como em (2) constituem alguns dos dados que utilizamos na análise estatística.

Nossa hipótese mais geral para esta pesquisa é de que se o fenômeno da inversão do sujeito é um dos elementos que está

³ Todos os dados utilizados como exemplos nesta tese mostram, entre parênteses, o século, a localidade e o número da sentença com que foram categorizados para a análise estatística.

associado ao parâmetro do sujeito nulo, conforme temos diminuição no uso do sujeito nulo no PB em construções monoargumentais com o passar do tempo, também temos diminuição na ocorrência da ordem verbo-sujeito (VDP). Nesta pesquisa, partimos da análise de construções monoargumentais para verificarmos qual o estatuto teórico das construções inacusativas no PB por meio de uma análise diacrônica dos dados.

Em face do exposto, esta tese está organizada em três capítulos. O primeiro apresenta o quadro teórico assumido nesta pesquisa e revisita alguns estudos que serviram como ponto de partida para a elaboração e escolha das variáveis linguísticas utilizadas nesta pesquisa.

O segundo capítulo apresenta a resenha de alguns trabalhos que se dedicaram a caracterizar o fenômeno da inacusatividade trazendo uma proposta de classificação dos verbos inacusativos, baseada em características sintáticas e semânticas, que será utilizada para divisão e categorização das construções inacusativas que compõem a amostra.

O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados na condução desta pesquisa e refina os objetivos e hipóteses que nortearam este trabalho, apresentando hipóteses específicas para cada grupo de fatores em relação às duas variáveis dependentes. As três últimas seções deste capítulo são dedicadas à descrição e análise dos resultados.

CAPÍTULO 1 – A SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA

1.1 Introdução

Ao estabelecer a relação entre os fenômenos ordem e preenchimento do sujeito em construções monoargumentais como parte central desta pesquisa, optamos por observar as mudanças pelas quais passam esses fenômenos – analisados aqui como variáveis linguísticas dependentes – nos séculos XIX e XX na escrita do Estado de Santa Catarina, utilizando os pressupostos teóricos da pesquisa diacrônica. A pesquisa que realizamos segue a abordagem de Labov (1994) e Conde Silvestre (2007) e está inserida nos pressupostos da Sociolinguística Histórica.

Iniciamos este capítulo trazendo algumas questões sobre a Teoria da Variação e Mudança e sobre a Sociolinguística Histórica que nortearão a análise apresentada nos próximos capítulos e, na sequência, apresentamos a revisão da literatura, revisitando alguns estudos a respeito da ordem e do preenchimento do sujeito que nos orientaram na escolha das variáveis linguísticas e dos grupos de fatores⁴ utilizados neste estudo.

1.2 Breve percurso sobre a Sociolinguística Histórica

Desde o surgimento da sociolinguística no campo dos estudos linguísticos ocorre também uma necessidade de superação dos limites entre sincronia e diacronia que permita às pesquisas linguísticas uma correlação entre variabilidade e mudança. Nessa perspectiva, o artigo “Empirical Foundations for a Theory of Language Change” de Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog (1968) pode ser considerado como um dos

⁴ Segundo Guy e Zilles (2007), um grupo de fatores representa uma das variáveis independentes, seja ela linguística ou social, que o pesquisador quer testar como uma possível influência no comportamento da variável dependente.

trabalhos responsáveis pela instauração da Sociolinguística Histórica.

Weinreich, Labov e Herzog (doravante WLH) propõem uma teoria linguística que ficou conhecida como **Teoria da Variação e Mudança** (TVM). Essa proposta nasceu como uma reação à convicção de homogeneidade linguística defendida por Saussure e Chomsky e à visão sincrônica instaurada como realidade nas pesquisas linguísticas realizadas na época. Havia também uma necessidade por respostas que pudessem explicar a forma como a estrutura linguística de uma comunidade de fala⁵ se transforma ao longo do tempo, mesmo com a língua permanecendo ordenada durante o período de mudança. Segundo os autores, isso acontece porque a mudança não afeta o caráter sistemático da língua e, por isso, a língua continua estruturada mesmo enquanto passa por mudanças.

Nesse sentido, determinada mudança se inicia quando uma forma ou construção alternativa, com origem em certo subgrupo, se estende a outros membros da comunidade, sem que seja afetada a heterogeneidade ordenada da língua. WLH, no entanto, observam que a existência de variabilidade nem sempre pressupõe mudança, embora toda mudança implique variabilidade ou heterogeneidade sincrônica na comunidade de fala. Segundo os autores, para explicar a mudança em determinada comunidade de fala é necessário que sejam considerados os dados empíricos que estão em variação e, para isso, o pesquisador pode utilizar como apoio um conjunto de questões chamadas de “problemas empíricos”, que tratam da restrição, da transição, do encaixamento, da implementação e da avaliação da mudança

Os “problemas”, postulados por WLH, tornaram-se o principal guia de que dispõe o pesquisador na pesquisa sociolinguística e servem para auxiliá-lo na compreensão da correlação entre o caminho seguido pela mudança e os fatores linguísticos e extralinguísticos ligados a ela.

O primeiro problema diz respeito à restrição que, de acordo com os autores, busca responder qual o conjunto de mudanças que são possíveis de acontecer e quais são as

⁵ O conceito de comunidade de fala adotado por Labov (2008, [1972]) corresponde a um grupo de falantes que compartilham as mesmas normas quanto ao uso da língua.

condições de sua ocorrência em determinada estrutura linguística. Nesse sentido, nesta pesquisa, levantamos os grupos de fatores linguísticos que podem estar favorecendo ou apresentando resistência à posposição e ao preenchimento do sujeito em construções inacusativas.

No que se refere ao segundo problema, o da transição, os autores o definem como sendo o caminho pelo qual a mudança passa de um estágio a outro até sua completude. Sendo assim, procuramos verificar o percurso das variáveis em estudo no sistema linguístico do português brasileiro em nossa amostra nos três períodos de tempo selecionados, ou seja, século XIX e a primeira e segunda metade do século XX e também verificar quais grupos de fatores eram favorecedores de determinada variante a cada período.

WLH relacionam o terceiro problema, correspondente ao encaixamento linguístico, à forma como cada mudança se adapta aos sistemas linguístico e social em que ocorre, ou seja, de que forma o fenômeno estudado está encaixado na matriz linguística e de que forma terá consequências sobre as demais mudanças. Assim, se a mudança linguística está encaixada no sistema linguístico, ela não ocorre de forma isolada e, de alguma forma, acabará influenciando outras mudanças no sistema. Nesse sentido, buscamos evidenciar, por meio de nossos dados, como o preenchimento do sujeito está relacionado à queda de ocorrências de posposição do DP sujeito do século XIX para o século XX e quais os condicionadores que atuam nessa mudança.

Com relação ao problema da avaliação, WLH buscam verificar de que forma a mudança afeta as atitudes desenvolvidas pelos falantes quando se dão conta de que um elemento de sua língua está mudando. Como em nosso estudo trabalhamos com dados provenientes de fonte escrita, sem mais detalhes acerca das pessoas que escreviam para os jornais dos quais coletamos os dados, não teremos como dar conta desse problema, a não ser que encontremos informações metalinguísticas nos textos em análise.

O último problema apontado pelos autores diz respeito ao problema da implementação, que remete aos fatores condicionantes da variação e busca verificar quais os fatores que contribuem para a implementação da mudança, tentando responder por que uma mudança ocorre em determinada língua

e não ocorre em outra e em determinada época. Quanto ao nosso estudo, especificamente, podemos entender que a mudança na direção de perda da possibilidade de sujeito nulo ocorre paralela à queda de posposição do DP sujeito, atingindo primeiramente determinados contextos no período correspondente ao século XIX até chegar a outros contextos no final do século XX.

Segundo Conde Silvestre (2007), com o surgimento da TVM e a postulação dos problemas empíricos por WLH, a sociolinguística começa a se desenvolver como uma subárea da Linguística na década de 1960-1970, graças à conjunção de uma série de fatores que formaram as bases metodológicas instauradas nesse período.

Primeiramente, houve a consolidação de uma revolução quantitativa (episteme neopositivista), cujos princípios guiaram a investigação nas ciências naturais e também a fundamentação empírica das pesquisas. Nesse período, ocorreu o uso da linguagem lógico-matemática na formalização do trabalho científico juntamente com a busca pela necessidade de comprovação das conclusões obtidas nos estudos realizados. Houve, também, a necessidade de um contato maior do investigador com a realidade e uma crescente insatisfação no âmbito da linguística com as concepções estruturalistas e gerativistas da época, que tomavam a língua empregada por uma comunidade de fala de forma homogênea, o que não condizia com a realidade.

Aliada a esses fatores ocorre nesse mesmo período a modernização das sociedades e centros urbanos depois da Segunda Guerra Mundial. Esse processo de modernização veio acompanhado de um avanço econômico, ligado à industrialização e à expansão tecnológica, desencadeando um aumento da mobilidade social e geográfica, acompanhado por uma melhora nos sistemas de comunicação e na educação. Destaca-se, nesse período, o aumento das diferenças sociais em função da especialização do trabalho e o desenvolvimento de grandes cidades, fator relevante para instauração da Sociolinguística. Segundo Conde Silvestre⁶ (2007, p. 25),

⁶ As traduções das citações apresentadas no decorrer desta tese são de nossa responsabilidade.

“a descrição linguística não podia deixar de atender às mudanças que estavam acontecendo em seu ambiente, como demonstra a superação da dialetologia tradicional, baseada na informação fornecida pelos falantes do sexo masculino mais velhos de zonas rurais, por novos trabalhos de dialetologia urbana, que utilizam dados provenientes de informantes diversos, como os realizados, entre outros, por William Labov em Nova Iorque (1966), Walt Wolfram em Detroit (1969), Gillian Sankoff e Henrietta Cedergren em Montreal (1971), Ralph Fasold em Washington (1972) ou Peter Trudgill na cidade britânica de Norwich (1974), cujos princípios, técnicas e métodos de trabalho coincidem com o surgimento da sociolinguística”.

A partir desse contexto, surgiram alguns dos estudos que mais impulsionaram o desenvolvimento da sociolinguística ao longo dos séculos, como os estudos promovidos por Labov, nos Estados Unidos, e por Trudgill, no Reino Unido, em suas investigações empíricas sobre as relações entre linguagem e estratificação social em Nova Iorque e Norwich, respectivamente.

Conde Silvestre (2007) argumenta que esses autores prestaram atenção à realidade linguística de comunidades urbanas heterogêneas aplicando uma metodologia sociológica que lhes permitiu quantificar estatisticamente a correlação de determinadas variáveis independentes com certas variáveis linguísticas obtidas a partir de informação fornecida por amostras representativas de falantes de sexos distintos, idade, etnia, nível socioeconômico e cultural.

Dessa forma, os autores colaboraram para o desenvolvimento das ferramentas de investigação sociolinguísticas e, em geral, para a aplicação dos princípios da disciplina ao estudo e à interpretação de materiais históricos. Isso veio a fortalecer o interesse pelo estudo da variação linguística ao longo dos séculos, culminando com a consolidação de uma vertente da disciplina voltada à pesquisa diacrônica e que ficou conhecida como Sociolinguística Histórica.

Segundo Conde Silvestre, os dados do presente e do passado são áreas intercambiáveis para se aplicar os princípios e métodos da disciplina e este diálogo temporal tem contribuído para enriquecer as ferramentas necessárias ao estudo da variação e mudança, sejam os dados em análise oriundos da

história, sejam amostras atuais de processos em andamento. Desse modo, a sociolinguística vem reforçar um dos princípios que motivaram sua instauração: fomentar o diálogo interdisciplinar entre o passado e o presente, de modo que o estudo da variação linguística bem como a descoberta das circunstâncias que acompanham o desenvolvimento das mudanças em curso possa ajudar na compreensão de fenômenos históricos.

1.3 A pesquisa com documentos escritos

A investigação diacrônica busca verificar o desenvolvimento das línguas no decorrer do tempo e, para tanto, utiliza dados provenientes de fonte escrita como fonte de pesquisa. Esse tipo de pesquisa impõe algumas dificuldades metodológicas ao pesquisador que opta por essa perspectiva de estudo.

Labov (1994) argumenta que um dos problemas com relação à pesquisa diacrônica com textos escritos diz respeito ao perfil das pessoas que produzem esses textos. Para o autor, a produção escrita de falantes pertencentes a todos os níveis sociais de comunidades históricas não é representada nesse tipo de dado, pois somente os falantes masculinos alfabetizados de classe média e de classe média alta tinham acesso à escrita até pouco tempo atrás, o que dificulta o acesso do pesquisador aos dados de informação sobre os estratos sociais mais baixos das sociedades e sobre os informantes do sexo feminino.

Dessa forma, a Sociolinguística Histórica, por trabalhar com documentos escritos que, geralmente, oferecem ao investigador poucas ferramentas de controle experimental sobre os dados que maneja, traz ao pesquisador a tarefa de ter de reconstruir a informação por meio de dados históricos, muitas vezes, escassos, o que dificulta a tarefa de isolar todas as variáveis que afetam o processo de pesquisa. Para Labov, o caráter fragmentário dos dados históricos e as dificuldades apresentadas pelo material utilizado na investigação fazem com que o pesquisador, que trabalha sob a perspectiva da Sociolinguística Histórica, tenha que buscar fazer sempre o

melhor uso possível dos poucos dados de que dispõe, exigindo grande esforço para contextualizá-los.

Outra dificuldade apontada pelo autor, é que, em geral, nem todos os estilos, registros, ou variedades que podem estar relacionados ao passado das línguas estão representados no conjunto de textos que se conservam para utilização como fonte de pesquisa, pois a quantidade e a diversidade dos dados que sobrevivem ao longo do tempo varia muito em cada período representado.

Segundo Conde Silvestre (2007), que resgata muitas das ideias apresentadas por Labov (1994), a linguística histórica, por estudar o desenvolvimento das línguas no curso do tempo, presta especial atenção às formas em que estas mudam e às condições das mudanças; para isso, usa a comparação entre manifestações textuais do mesmo gênero ou de variedades relacionadas pertencentes a épocas distintas, buscando a compreensão dos fatores que explicam a mudança, sua representação e explicação de forma universal.

Diferentemente da pesquisa sincrônica, que trabalha com material proveniente de meio oral, a pesquisa em sociolinguística diacrônica trabalha com material proveniente de dados escritos, sendo estes dados geralmente tendenciosos e, na maior parte das vezes, meros sobreviventes do acaso. O contexto social dos dados, geralmente, é desconhecido, devendo ser reconstruído a partir da investigação histórica, como já apontado por Labov (1994). Esses materiais, por vezes, são provenientes de um conjunto maior de textos e apresentam fragilidades decorrentes de seu isolamento, o que exige do pesquisador uma compreensão e contextualização dos atos linguísticos ocorridos. Por isso a importância de a língua ser tomada em sua dimensão histórica e não apenas ser descrita.

De fato, a pesquisa diacrônica por trabalhar com dados retirados de documentos escritos se depara com muitas especificidades decorrentes do tipo de fonte de pesquisa e do momento de produção desses documentos.

Berlinck (2013) argumenta que "se trabalhamos com fonte escrita, estamos olhando para a ponta extrema da variação, já que esta se inicia na fala, e a escrita é apenas o ponto de chegada". Nessa ponta (escrita) há outras forças atuando, como

a *norma*⁷, por exemplo, o que levanta mais uma questão, já que o conceito de norma não está estagnado no tempo e o que é norma em determinada época, em outra pode não ser. Ademais, não há apenas uma única norma linguística, já que nem todos compartilham da mesma opinião acerca de sua definição.

Segundo Berlinck (2013), por essa razão é importante que o pesquisador, ao optar pelo trabalho com dados provenientes de escrita, tenha uma noção do gênero textual com que irá trabalhar e também uma perspectiva do que irá depreender desse gênero, pois um dado que provém de uma carta, por exemplo, difere de um dado que provém da fala não só com relação ao gênero, mas também em relação ao momento em que ocorre a variação e à forma utilizada pelo pesquisador para capturá-la. Nesse sentido, Berlinck *et al* (2014) pontuam que a escolha pela investigação em jornais é uma opção disponível ao pesquisador e que se justifica, primeiramente, pelo fato de o jornal constituir um suporte com muitos gêneros, ou uma espécie de *hipergênero*, que traz uma diversidade reunida em um mesmo veículo, de modo não aleatório.

Segundo os autores, “os textos que ali circulam têm um vínculo espaço-temporal, estão atrelados a um mesmo momento e lugar e refletem certo contexto sócio-histórico” (BERLINCK *et al*, 2014, p. 265). Nessa perspectiva, um ponto importante em relação ao uso de textos jornalísticos como fonte de dados para o estudo de processos de variação e mudança é seu vínculo menos ou mais estreito com a norma padrão, decorrente do caráter de texto público que esse tipo de texto apresenta. Os

⁷ Faraco (2008) faz uma distinção entre os diferentes conceitos de “norma” e designa a norma culta como sendo “o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita”; já a norma padrão é entendida como “uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, à projetos políticos de uniformização linguística”; enquanto a norma gramatical pode ser entendida como “o conjunto de fenômenos apresentados como cultos por alguns gramáticos”.

autores destacam que esse caráter implica obediência à norma autorizada na época em que os textos foram publicados e também à norma defendida por instituições como a escola, por exemplo, o que não impede seu uso como fonte de pesquisa. Por apresentar um caráter público, o texto jornalístico ao mesmo tempo em que sofre influências da situação sócio-histórica ao qual está vinculado também atua sobre os componentes dessa situação.

De todo modo, Berlinck *et al* (2014) ponderam que o texto jornalístico utilizado como fonte de pesquisa não só permite uma avaliação da expressão da norma linguística prescritiva e socialmente privilegiada de determinada época como também permite que sejam detectadas características inovadoras da norma presentes no uso e que são incorporadas à escrita formal da época analisada. Dessa forma,

o vínculo que mantém com a realidade social, condição de sobrevivência para o jornal, determina que os textos sejam dinâmicos, podendo, em certo grau, refletir a dinamicidade da língua. Se conseguirmos apreender a presença da variação nesses textos, mesmo que discreta, teremos um forte indício do avançado grau de implementação de processos em curso na língua. (BERLINCK et al, 2014, p. 266)

Esta pesquisa levará em conta essa discussão sobre o gênero textual, uma vez que elege dois gêneros para análise, carta do leitor e anúncio, que estão inseridos no hipergênero texto jornalístico.

1.4 Revisão da literatura

Após contextualizarmos nossa pesquisa no quadro teórico da sociolinguística histórica fazendo um breve percurso desde o surgimento da Teoria da Variação e Mudança até as dificuldades encontradas ainda hoje por pesquisadores que trabalham com foco voltado à diacronia, trazemos, nesta seção, os resultados de algumas pesquisas diacrônicas e sincrônicas sobre a ordem e o preenchimento do sujeito que nos ampararam na escolha dos grupos de fatores com que trabalhamos nesta pesquisa variacionista e que nos inspiraram no desenvolvimento deste trabalho.

1.4.1 A ordem do sujeito

A partir do final da década de 1980, surgiram diversos estudos linguísticos no Brasil que tiveram como foco a ordem do sujeito. Pontes (1987), com base em dados de língua escrita, faz um levantamento sobre a ordem do sujeito e propõe algumas generalizações para explicar o fenômeno.

A primeira generalização sobre a ocorrência da ordem VDP⁸ verificada em Pontes, diz respeito aos ambientes em que a posposição é favorecida. Segundo a autora, em geral, a posposição ocorre em ambientes em que não seja necessário recorrer à ordem SVO para distinguir sujeito de objeto, sendo os verbos intransitivos⁹ os que apresentam o ambiente mais propício à posposição. Outra generalização feita pela autora é de que a ordem VDP costuma ser concomitante à topicalização de algum elemento da sentença diferente do sujeito, ou seja, quando o predicativo ou o objeto, ou um adjunto adverbial, vai para a primeira posição da sentença, o sujeito vai para a posição final.

A autora observa que Givón procura chegar a uma explicação do fenômeno da posposição a partir de propriedades do discurso, argumentando que a ordem posposta tende a ocorrer em ambientes em que o sujeito é a informação nova. Para Pontes, o autor estabelece uma hierarquia das estratégias

⁸ Pontes (1987) utiliza VS em seu estudo para designar a ordem verbo-sujeito em vez de VDP, mas para mantermos a uniformidade ao longo do trabalho, optamos por usar VDP em todos os estudos aqui apresentados, pois para as nossas variáveis dependentes utilizamos DP (do inglês *Determiner Phrase*). A opção pelo uso de DP em vez de S ou SN deve-se ao fato de que o DP apresenta a opção de ser ou não referencial, diferentemente do SN em que é sempre não-referencial.

⁹ Além de a autora reunir todos os verbos monoargumentais sob o rótulo de intransitivos, como faz a tradição gramatical, ela já aponta para algumas diferenças entre os tipos de monoargumentais no que se refere à ordem do sujeito.

de continuidade e de descontinuidade do tópic, sendo a ordem posposta uma estratégia de descontinuidade. A autora traz de Robert Hetzron (1975, p. 376) a explicação de que “existe uma tendência nas línguas para colocar em posição final elementos que o falante deseja manter à mão para referência posterior” e chama essa tendência de universal de movimento apresentativo.

Outra pesquisa da década de 1980 relacionada à questão da ordem e que merece destaque é a realizada por Berlinck (1988). Nessa pesquisa, a autora busca caracterizar e explicar as motivações que determinam a ordenação posposta do sujeito em relação ao verbo no PB utilizando um *corpus* diacrônico e outro sincrônico. Segundo a autora, a ordem dos constituintes na sentença aparece normalmente associada, na tradição gramatical, à explicitação das funções sintáticas desses constituintes e à expressão de informações pragmático-discursivas. Berlinck argumenta que o PB é uma língua predominantemente DPV¹⁰ em que o elemento que exerce a função de sujeito aparece anteposto ao verbo e que a ordem VDP possui caráter marcado. Em geral, a posposição no PB está associada à monoargumentalidade e, de forma não categórica, aos contextos intransitivos. Segundo a autora, a ordem posposta é quase nula em contextos com verbos transitivos, sendo permitidas algumas exceções, como em estruturas resultantes de passivização. Porém, alguns contextos se mostram mais favorecedores da ordem posposta do que outros, como orações interrogativas, exclamativas, optativas, apresentativas, existenciais e reduzidas de infinitivo, de gerúndio e de participio.

Dentre os grupos de fatores estudados por Berlinck (1988), merece destaque o grau de animacidade do SN. Esse é um fator considerado importante para o fenômeno, pois a posposição está fortemente associada ao uso de SN inanimado. A associação do fator inanimado ou [-animado] ao SN posposto é um traço indicado como sendo característico do objeto, como apontado por Pontes (1986). A concordância verbal é outro fator relevante apontado por Berlinck. Segundo a autora, há uma relação estabelecida entre ausência de concordância verbal e SNs pós-verbais. Apesar disso, a quase categoricidade com que a ausência de concordância está relacionada à ordem VDP em seus dados e a manutenção desse resultado em relação aos

¹⁰ Berlinck (1988) utiliza VSN em seu estudo em vez de VDP.

demais fatores confirmam sua relevância. A autora associa esse argumento à tese do caráter “menos subjetivo” do sujeito que ocorre em posposição ao verbo, uma vez que a concordância verbal sempre foi considerada uma das propriedades formais definidoras da função do sujeito.

Outro ponto de destaque nesse estudo diz respeito ao *status* informacional do DP ou a relação entre o grau de “novidade” do referente e seu posicionamento na sentença. Segundo Berlinck, o espaço pós-verbal é tradicionalmente considerado propício à introdução de informação nova e, ao contrário, há uma tendência geral em apresentar primeiramente a informação velha na sentença, o que corrobora o estudo de Pontes (1987).

Quanto aos resultados encontrados por Berlinck em sua pesquisa, é importante salientar que 99% dos dados sincrônicos apontaram para estrutura VDP cujo verbo era intransitivo existencial enquanto o percentual de intransitivo não existencial foi de 46%, e os verbos de ligação representaram 23% dos dados. Os resultados mostram que parece haver diferenças significativas entre verbo intransitivo existencial e não existencial. Nesse estudo, a monoargumentalidade se mostrou a condição mais propícia à sintaxe VDP, contexto confirmado nos resultados de Coelho (2000), como veremos.

Quanto à caracterização do DP pós-verbal, Berlinck o descreve como sendo predominantemente constituído de uma oração, não-animado e portador de informação nova, sendo os dois primeiros traços os mais significativos na caracterização do DP.

O DP não-animado aparece geralmente associado a verbos intransitivos não-existenciais de estado, de mudança pontual e de processo e a verbos de ligação, sendo que todos esses tipos de verbo-predicadores selecionam um argumento não-agente. Já os DPs com traços [+animado] ocorrem principalmente nos grupos de verbos que menos apresentam DPs pós-verbais, ou seja, os transitivos. Berlinck acrescenta a sua argumentação que a polêmica criada em torno do estatuto do DP pós-verbal é fruto de uma visão taxonômica pois, no desejo de identificar discretamente elementos e funções linguísticas, foram atribuídos rótulos a grupos cujos membros apresentavam, em certo sentido, comportamento homogêneo.

Para caracterizar o argumento agente/não-agente, Berlinck recupera a ideia de Givón (1984) sobre agentividade, em que as propriedades são tratadas de forma escalar, e inclui a propriedade humanidade à escala:



Embora a correlação entre animacidade e agentividade não possa ser estabelecida de forma absoluta, é conveniente a associação entre o elemento [não-agente] ao fato de ele ser provavelmente [não-animado]. Segundo a autora, a natureza agentiva ou não do argumento é determinada pelo verbo. Da mesma forma, as demais características relacionadas aos argumentos selecionados são definidas pelo verbo. Assim, o caráter [não-animado] da maioria dos DPs pós-verbais decorre de sua relação específica com verbos que selecionam argumentos [não-animados].

Comparando os resultados obtidos nos dados dos séculos XVIII e XIX com os resultados obtidos no século XX, Berlinck destaca que os percentuais gerais de frequência apontaram uma ocorrência de VDP de 42% para o *corpus* do século XVIII e chegam a 21% nos dados referentes ao século XX, conforme tabela a seguir:

Corpus	%	N
Século XVIII (1750)	42%	203/486
Século XIX (1850)	31%	144/469
Século XX (1987)	21%	263/1262

Tabela 1.1 – Frequência de VDP segundo o *corpus* analisado (cf. BERLINCK, 1988, p. 220)

Dessa forma, observa-se que a frequência do DP posposto diminui gradualmente à medida que se passa de um momento a outro, em direção ao *corpus* sincrônico (1987). Essa tendência, segundo Berlinck, é observada na presença de todos os fatores considerados na análise independentemente de sua natureza.

A autora destaca que a análise de cada *corpus* mostrou estruturação própria. No século XVIII é principalmente o *status informacional do DP* que define a ocorrência de VDP ou de DPV, enquanto no século XIX, a maior influência recai sobre o *tipo de predicador* e, por fim, no *corpus* sincrônico, com dados do século XX, a *transitividade do verbo* é que se apresenta como fator central na determinação da ordem. O que ocorre, segundo a autora, é uma hierarquização das forças que atuam em cada momento estudado.

De modo geral, os resultados encontrados pela autora mostram que a frequência de VDP é mais comum com verbos intransitivos e diminui gradualmente à medida que os contextos se tornam mais transitivos. Segundo Berlinck, isso decorre de uma orientação mais funcional, em que a ordem era anteriormente definida pelo status informacional do DP no século XVIII e, após esse período, passa a uma orientação mais formal centrada no verbo e que se reflete no *corpus* sincrônico. Essa formalização, segundo a autora, encontra uma de suas motivações no quase desaparecimento das formas do clítico acusativo no PB, já que esse recurso anafórico, que era muito produtivo no século XVIII, acabou sofrendo um decréscimo de frequência de uso nos dois séculos seguintes.

Na década seguinte ao estudo de Berlinck, outro importante estudo realizado sobre a ordem do sujeito no português brasileiro foi o trabalho de Lira (1996). A autora toma como base a posição do sujeito no português falado considerando suas funções sintáticas e discursivas. Para avaliar os dados de sua pesquisa, Lira resgata vários argumentos apresentados por autores como Cunha (1972), Thomas (1969), Perlmutter (1976), Givón (1976), Bittencourt (1980), Hopper e Thompson (1980), Votre e Naro (1984) e Lyons (1968) e traça um panorama geral acerca da questão da ordem dos constituintes.

Lira (1996) traz de Cunha (1972) o argumento de que a ordem “lógica” para a sentença no PB é sujeito-verbo-objeto (SVO), sendo a ordem posposta mais frequente em sentenças interrogativas, imperativas, pronominais e passivas. O autor, porém, admite que os verbos intransitivos podem apresentar o sujeito posposto ao verbo e que certos verbos são encontrados somente na terceira pessoa, como o verbo *acontecer*, por exemplo, ocorrendo, geralmente, posposto ao verbo.

Do estudo realizado por Thomas (1969), Lira recupera o argumento de que a ordem usual de uma sentença declarativa no PB é o sujeito, seguido pelo verbo e objeto direto ou complemento nominal e que o *sujeito* pode ser posposto ao verbo nas seguintes situações:

- (a) para enfatizar o sujeito, especialmente em sentenças muito curtas como: Lá vem eles;
- (b) com o verbo *ser* em respostas a questões como: Quem bate na porta? – Sou eu;
- (c) para evitar sentenças com sujeitos nominais não modificados como em: De vez em quando apareciam casas ao longo da estrada;
- (d) permitir um verbo reflexivo anteposto como em: No céu só se vê uma nuvem branca;
- (e) com um infinitivo perfeito, como em: Foi ótimo ter seu filho ganho uma bolsa;
- (f) com certos verbos que expressam ou uma afirmação ou uma negação de existência como por exemplo os verbos *existir, faltar, sobrar, surgir, sumir*, sendo esses verbos, quase sempre, seguidos por seus sujeitos.

De Perlmutter (1976), Lira (1996) traz o argumento de que os DPs¹¹ pospostos aos verbos existenciais no PB são sujeitos subjacentes que sofreram um processo de rebaixamento. De Bittencourt (1980), a autora destaca a abordagem transformacional utilizada, que tenta conceber regras sintáticas para a posposição do sujeito, admitindo que os verbos intransitivos não encontram restrições, diferentemente do que ocorre com os verbos transitivos, em que a posposição somente é aceitável na voz passiva e com verbos em cópula.

Com relação aos argumentos utilizados no estudo realizado por Hopper e Thompson (1980), Lira observa que a transitividade envolve uma série de componentes e que é possível associar a transitividade a uma função discursivo-comunicativa. Os autores identificaram dez parâmetros sintático-semânticos interdependentes pelos quais uma sentença pode ser classificada como sendo mais ou menos transitiva. A partir dessa abordagem, a transitividade da oração pode ser assumida

¹¹ Lira trata os DPs como NPs em sua pesquisa.

e entendida como um fenômeno escalar sustentado por dez traços sintático-semânticos. Dessa forma, quanto mais traços a oração possuir da coluna de transitividade alta, mais transitiva será. Lira aponta que dos 1863 sujeitos analisados por ela em um *corpus* em que poderia haver variação entre DPV ou VDP, a autora obteve somente 19% dos casos com posposição. A sintaxe DPV é quase categórica com verbos transitivos no PB. Porém, com verbos intransitivos, a autora encontrou um total de 67% dos dados com posposição do sujeito enquanto apenas 29% dos sujeitos eram antepostos nesse contexto.

Da pesquisa realizada por Lyons (1968), Lira observa que a maioria dos verbos transitivos tomam um nome animado como seus sujeitos nas sentenças ativas, enquanto o sujeito de verbos intransitivos e o objeto de verbos transitivos são relativamente indiferentes às distinções entre nomes animados e inanimados. A animacidade, porém, mostra forte efeito na posposição do sujeito nos dados analisados por Lira, como vemos a seguir:

Animacidade do sujeito	Número de ocorrências de todos os sujeitos	% de posposição do sujeito
Inanimado	740	30%
Animado	1096	12%

Tabela 1.2 – Animacidade e posposição do sujeito (cf. LIRA, 1996, p. 69)

Os resultados mostram que os sujeitos inanimados são pospostos com muito mais frequência que sujeitos animados. Quanto à frequência da posposição do DP sujeito com artigos indefinidos e definidos, os dados obtidos por Lira são:

Artigo	Posposição do sujeito	N	%
Indefinido	70	91	76%
Definido	187	897	20%

Tabela 1.3 – Frequência de posposição do DP sujeito com artigos indefinidos e definidos e posposição do sujeito (cf. LIRA, 1996, p. 79)

Os dados obtidos pela autora mostram que a posposição do sujeito é mais frequente quando acompanhado de artigo

indefinido em comparação ao sujeito posposto acompanhado por artigo definido. A autora acrescenta que os nomes próprios são raramente encontrados pospostos ao verbo.

Quanto ao *status* da informação, a autora argumenta que há uma tendência universal de que a informação velha seja apresentada primeiro na sentença e aplica esse critério para verificar se o sujeito posposto ao verbo guarda o mesmo *status* informacional que o sujeito dado no discurso antecedente. Dessa forma, é possível inferir que o sujeito posposto é uma estratégia que o falante tem para introduzir novos referentes no discurso. Os dados da autora são os seguintes:

Fator	N	%	Probabilidade
Referente novo	543	36%	0,63
Dado	1293	12%	0,37

Tabela 1.4 – Referência do sujeito dado e novo e posposição do sujeito (cf. LIRA, 1996, p. 82).

Os resultados obtidos por Lira (1996) mostram que o sujeito novo favorece consideravelmente a ordem posposta nos dados do português analisados pela autora. Outro fator que exerce influência quando tratamos da ordem diz respeito ao *aspecto verbal*. A autora argumenta que os verbos que expressam eventos favorecem a posposição do sujeito, diferentemente dos verbos que não expressam eventos.

Quanto à referencialidade, Lira argumenta que se o sujeito for genérico, ele terá também baixa referencialidade, podendo favorecer a sintaxe DPV. A hipótese da autora é de que a referência genérica¹² possa favorecer a sintaxe DPV enquanto a referência específica favorece a sintaxe VDP. Nos dados analisados por Lira, o maior número de ocorrências de posposição do sujeito é verificado quando o referente era a 1ª ou a 3ª pessoa do plural. Segundo a autora, o fator que contribuiu para a alta probabilidade de que a 1ª pessoa do plural ocorra posposta ao verbo foram os sujeitos mais longos (ou mais

¹² De acordo com Li e Thompson (1975) sentenças genéricas devem ser consideradas como informação conhecida, já que estão no “registro permanente do discurso”.

extensos/pesados), o que tem sido apontado na literatura como favorecedor da posposição, como nos exemplos¹³ retirados de Lira (1996, p 76):

- (1) Saí eu e mais três colegas lá de cima.
- (2) (...) e tava o Antônio e a tia da Maria.

Outro fator relevante refere-se à maneira como o falante tem de introduzir novos participantes no discurso, pois os dispositivos de apresentação são universalmente caracterizados pela sintaxe VDP. Em síntese, os fatores encontrados nos dados pesquisados por Lira e que apresentaram maior influência na variação da posição do sujeito no PB foram: a referência geral e específica, a estrutura do sujeito, o *status* informacional, a animacidade do sujeito e o caráter aspectual do verbo. Dentre esses fatores, os resultados mostraram que sujeitos com artigos indefinidos, não-animados, com verbos que expressam eventos e que trazem referência nova ao discurso favorecem consideravelmente a ordem posposta.

A partir dos anos 2000, houve um período muito produtivo em relação aos estudos sobre a ordem no PB. As pesquisas variacionistas se multiplicaram e, com isso, tornou-se possível delinear-mos de forma mais clara o caminho para chegarmos aos grupos de fatores que mais contribuem para posposição do DP ao verbo. Destacamos nesse período as pesquisas realizadas por Kato (2000), Coelho (2000), Zilles (2000), e mais recentemente, o estudo de Santos e Soares da Silva (2012) e Santos *et al* (2014). Muitos desses estudos focaram nas diferenças de ocorrências de posposição em verbos transitivos e intransitivos.

O estudo realizado por Kato (2000) aponta que o PB apresenta um comportamento variável em relação à inversão

¹³ Por uma questão de organização interna do trabalho, iniciamos cada capítulo com os exemplos enumerados a partir do número (1).

sujeito/verbo¹⁴, sendo que quanto mais argumentos estiverem à direita do verbo, menos aceitável a sentença será. Essa restrição¹⁵ em relação ao número de argumentos encontrada para o português brasileiro, no entanto, não ocorreu com o português europeu.

Segundo a autora, o único tipo de verbo ainda produtivo na ordem VS no PB é o inacusativo, como mostram exemplos apresentados por Kato (2000, p. 27):

- (3) a. Chegou o trem.
b. ?Telefonou o cliente.
c. *Assinou uma carta o chefe do departamento.
d. **Enviou uma carta a todos o presidente da associação.

Kato (2000) argumenta que a inversão do sujeito com verbos que possuem mais de um argumento é vedada no PB, enquanto a inversão com os monoargumentais é bastante produtiva. Segundo a autora, com o passar do tempo, o PB passou de uma língua de afixo pronominal para uma língua de pronome fraco livre, deixando com isso de ser uma língua de sujeito nulo. Essa mudança foi suficiente para coibir a inversão do sujeito, seja com sujeito definido, seja com sujeito indefinido. Para a autora, o padrão VS do PB, sem concordância, é diferente das demais línguas de sujeito nulo justamente porque o PB perdeu essa propriedade. Nesse ponto, Kato argumenta que o PB se aproxima mais do Francês do que das demais línguas românicas, incluindo o PE.

¹⁴ Segundo argumenta Kato (2000), o português europeu e o espanhol contam com duas ordens possíveis para o sujeito posposto, que pode vir antes do objeto (VSO) ou depois do objeto (VOS), enquanto o italiano não apresenta VSO como possibilidade, somente VS.

¹⁵ Kato (2000) liga a restrição de monoargumentalidade à perda do sujeito nulo referencial e também à perda do clítico acusativo de terceira pessoa.

Outra importante pesquisa realizada no mesmo período acerca da restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português brasileiro foi elaborada por Coelho (2000). Em um estudo sobre a ordem VDP/DPV utilizando dados de fala da região de Florianópolis, Santa Catarina, a autora procura caracterizar a inserção da ordem VDP no interior do sistema linguístico do português brasileiro, seguindo uma abordagem que relaciona a sociolinguística variacionista laboviana (cf. LABOV, 1972) a um aparato teórico de cunho formalista de base gerativista (cf. BURZIO (1986), BELLETTI (1988) e ENÇ (1991)). Nesse estudo, Coelho mostra que a classe dos verbos monoargumentais não é homogênea no português brasileiro, ocorrendo distinções internas significativas com relação à ordem dos constituintes. Os exemplos a seguir (cf. COELHO, 2000, p.6) ilustram essa heterogeneidade nos dados de fala analisados pela autora:

- (4) a. Eu trabalho por um lado, a minha esposa trabalha por outro (FLP02L259)
 b. ??Eu trabalho por um lado, trabalha a minha esposa por outro
- (5) a. Alguma coisa tá acontecendo naquela casa (FLP05L340)
 b. Tá acontecendo alguma coisa naquela casa

Segundo Coelho, a impossibilidade da ordem inversa em (4b), diferentemente de (5b), constitui uma evidência de que existem pelo menos duas classes de verbos monoargumentais no português brasileiro, a dos *verbos intransitivos* e a classe dos *verbos inacusativos*, sendo os verbos inacusativos os favorecedores da ordem posposta nessa língua. Coelho (2000) chama de “restrição de inacusatividade” o fato de uma construção inacusativa admitir mais facilmente a ordem VDP do que uma construção intransitiva. Isso decorre de questões ligadas às restrições sintático-semânticas que são compatíveis com as manifestadas pelas construções inacusativas, em especial, as inacusativas existenciais. A autora argumenta que a ordem posposta parece estar associada à natureza do verbo,

uma restrição sintático-semântica estabelecida, principalmente, na relação entre verbo e argumento interno.

Para a discussão acerca da natureza do verbo, Coelho centrou a pesquisa em dois grupos de fatores: o *tipo categorial do verbo* e a *composição semântica do verbo*, buscando nas propostas de Burzio (1986) e Jackendoff (1976; 1987) a base teórica para seus argumentos.¹⁶ Os grupos de fatores linguísticos relacionados ao DP foram: os *traços de animacidade do DP*; a *forma de realização do DP*; os *traços de definitude e de especificidade do DP*; o *estatuto [+/- pesado] do DP* e o *tipo de sentença*. Para os grupos de fatores sociais, a autora utilizou a *faixa etária* e a *escolaridade*. A análise utilizou 2033 construções declarativas monoargumentais em que 642 dessas construções eram VDP, ou seja, um total de 32% dos dados. Os verbos inacusativos foram os principais responsáveis pelo percentual de posposição encontrado nos dados.

Segundo a autora, a variação diminui à medida que os contextos passam a ser relativamente menos transitivos. Os percentuais de frequência do fator tipo categorial do verbo são apresentados na tabela a seguir:

Tipo categorial do verbo	Apl./Total	%
Verbos intransitivos	18/524	03%
Verbos inacusativos	622/1509	41%
Total	640/2033	32%

Tabela 1.5 - Frequência de VDP, segundo o grupo de fatores tipo categorial do verbo (cf. COELHO (2000), p. 141)

¹⁶ Para a discussão desse grupo de fatores, Coelho tomou como base a hipótese inacusativa de Burzio (1986), segundo a qual a classe dos verbos intransitivos não é homogênea e a heterogeneidade é estrutural. Para o levantamento do grupo de fatores *composição semântica dos verbos*, Coelho (2000) utiliza a tipologia proposta por Jackendoff (1976; 1987), com o objetivo de examinar se a função semântica do verbo é um possível determinante da ordem VDP. Essa tipologia prevê que a interpretação dessas funções ocorre por meio de uma composição funcional, ou seja, a leitura de cada verbo deve estar relacionada com a de seus sujeitos e objetos.

Os resultados obtidos por Coelho (2000) confirmam os resultados obtidos por Berlinck e reafirmam que o ambiente da monoargumentalidade é o mais propício à posposição, principalmente em construções envolvendo os verbos inacusativos. Desse resultado decorre a necessidade de uma redefinição da classe dos verbos monoargumentais. Os dados obtidos com frequência de VDP (41%) para os inacusativos e de (03%) para os verbos intransitivos constituem evidência favorável de que os verbos inacusativos apresentam ambientes mais propícios à ordem posposta. Coelho argumenta que é possível afirmar que o português brasileiro permite a ordem VDP apenas com certas construções inacusativas, a não ser que construções de foco e de tópico estejam em jogo. Para a autora, a ordem posposta em construções inacusativas é condicionada, principalmente, pelos sintagmas marcados pelo traço [-definido] e pela especificidade que estabelece as diferenças entre verbos *inacusativos não-existenciais* e *inacusativos existenciais*.

A partir dos dados analisados por Coelho (2000) acerca da influência dos traços de definitude e de especificidade na determinação da ordem VDP são estabelecidas as seguintes implicações: (i) verbos inacusativos não-existenciais permitem que seus argumentos permaneçam imediatamente à direita deles à condição de que manifestem uma restrição semântica de definitude, enquanto verbos intransitivos não; (ii) verbos inacusativos existenciais, por sua vez, não admitem pressuposição de existência, manifestando não apenas uma restrição de definitude (como os não- existenciais), mas também uma restrição de especificidade; (iii) construções existenciais também admitem atestar a existência de um sintagma [+definido] e [+específico], desde que manifeste uma interpretação única ou uma leitura de lista ou que tenha um atribuidor de especificidade; (iv) um Caso inerente (semelhante ao Caso partitivo) deve ser atribuído tanto a sintagmas [-definido] e [+/-específico] ou DP nu, como a sintagmas [+definido] com interpretação única ou leitura de lista, legitimando assim a permanência dos sintagmas em questão imediatamente à direita de um verbo inacusativo, seja ele existencial ou não.

Coelho (2000) toma o *Caso partitivo* proposto por Belletti (1988)¹⁷, revisto por Enç (1991), para explicar o Caso de argumentos pós-verbais dos verbos inacusativos. Segundo Coelho, Belletti propõe que os verbos inacusativos e as formas de particípio passivo, embora não possuam a capacidade de atribuir Caso estrutural acusativo, mantêm a capacidade universal de atribuir Caso partitivo ao DP em posição de objeto (*in situ*). O Caso partitivo será atribuído juntamente com o papel temático e, conseqüentemente, o DP que receber esse Caso receberá também um papel temático de tema e apresentará uma leitura [-definida]. Nessa proposta, o Caso partitivo somente será compatível com sintagmas que possam ser interpretados como parte de um conjunto¹⁸.

A proposta de Belletti (1988) foi revista por Enç (1991), partindo do entendimento de que a *definitude* não poderia dar conta de explicar as diferenças entre construções existenciais e construções quantificadas universalmente, já que estariam relacionadas a traços de especificidade. Coelho retoma o argumento de Enç de que sintagmas [+definidos] e [+específicos] exigem que seus referentes discursivos estejam ligados a referentes discursivos previamente estabelecidos (condição de ligação), e sintagmas [-definidos] e [-específicos] não tenham seus referentes ligados a referentes discursivos previamente estabelecidos. A ligação relevante para estabelecer os critérios de definitude é a relação de *identidade* e para estabelecer os critérios de especificidade é a relação de *inclusão*. Segundo Coelho, a proposta de Enç é mais completa por estabelecer

¹⁷ Belletti (1988), em estudo que toma por base estruturas do francês, do inglês e do finlandês, propõe que o Caso Partitivo é atribuído ao DP pós-verbal (argumento interno) subcategorizado pelo verbo inacusativo. Esse DP teria de ser indefinido, devido a atuação do efeito de definitude (DE).

¹⁸ Segundo Belletti (1988), o Caso partitivo pode ser atribuído aos DPs pós-verbais dos verbos inacusativos, já que é compatível com sintagmas que podem ser interpretados como parte de um conjunto, sendo, nesse caso, compatível com sintagmas que recebem uma leitura [-definida]. Essa restrição somente pode ser aplicada a línguas que permitem a inversão da ordem do DP e ficou conhecida na literatura como Efeito de Definitude (DE). Enç (1991) reviu essa proposta e chamou de Efeito de Especificidade (SE).

diferenças entre uma leitura partitiva e, por consequência, [+específica] e uma leitura não partitiva.

Quanto ao traço de animacidade do DP pós-verbal, a autora obteve os seguintes resultados:

Animacidade do DP	Apl./Total	%	P. R.
DP [+animado]	179/1397	13%	0,46
DP [-animado]	463/636	73%	0,58
Total	642/2033	32%	

Tabela 1.6: Frequência e probabilidade de VDP, segundo o grupo de fatores animacidade do DP (cf. COELHO (2000), p. 171).

Os percentuais encontrados pela autora mostram que o traço [-animado] é uma característica típica do sujeito pós-verbal. Há certos verbos, no entanto, cujos argumentos normalmente precisam ser [+animados], como é o caso dos verbos intransitivos. Segundo Coelho (2000), a natureza diferenciada dos verbos monoargumentais é a grande responsável pelas características de seus argumentos, já que verbos que selecionam argumentos necessariamente [+animados] privilegiam construções DPV; enquanto verbos que selecionam argumentos [+/-animados] privilegiam construções VDP, principalmente quando o argumento selecionado é [-animado].

Segundo Coelho (2000), a possibilidade de variação da ordem DPV/VDP, relacionada a construções inacusativas, é condicionada por fatores de ordem sintático-semântica, tais como a natureza [-agentiva] ou [+agentiva] dos argumentos selecionados pelo verbo e pelo grupo de fatores traços de definitude e de especificidade do DP. Para a autora, como a agentividade não depende apenas do verbo, mas também dos argumentos selecionados por ele, as diferenças entre o condicionamento da ordem DPV ou VDP em algumas construções podem ser utilizadas como evidências para mostrar que há uma correlação forte entre ordem VDP e verbos inacusativos que selecionam argumentos [-agente], além de funções semânticas composicionais, que se estabelecem na relação entre o verbo e o sintagma nominal.

De modo geral, os resultados obtidos por Coelho (2000) revelam que a restrição de monoargumentalidade para a ordem

verbo-sujeito (VDP) no PB é quase totalmente restrita a verbos monoargumentais, como os inacusativos e intransitivos, e que a posposição do argumento fica cada vez mais restrita ao tipo sintático-semântico do verbo. A análise feita pela autora mostra que essa ordem é definida basicamente em função da restrição de inacusatividade, sendo a ordem VDP associada basicamente à restrição sintático-semântica estabelecida, principalmente, na relação entre verbo inacusativo e argumento interno e também a restrições semânticas de definitude impostas ao sujeito pós-verbal, sob condições sintáticas específicas, como a co-ocorrência entre efeito de definitude e construções inacusativas. Os resultados indicam que, do ponto de vista sintático, quanto menos transitivo for o verbo, maior a possibilidade de inversão do DP. Logo, a monoargumentalidade é apontada como um fator favorável à ocorrência da ordem posposta.

Também nesse período, outra pesquisa que apontou dados interessantes sobre o fenômeno da ordem foi o estudo realizado por Zilles, no Rio Grande do Sul, que investiga a ordem verbo-sujeito em dados de fala. Zilles (2000) concentra a pesquisa em quatro cidades: Porto Alegre, São Borja, Panambi e Flores da Cunha. A autora investiga quais os fatores que favorecem a ordem posposta na fala desses locais.

Os resultados encontrados por Zilles indicam forte predomínio de ordem SV nas orações com sujeito explícito, sendo 95% dos casos em Porto Alegre e Panambi e 93% dos casos em São Borja e Flores da Cunha. Esses resultados corroboram os argumentos de Berlinck de que o PB perdeu, em grande parte, a flexibilidade sintática no que diz respeito à variação posicional de sujeito e verbo. Os fatores formais foram os mais significativos encontrados por Zilles, enquanto os fatores discursivos e sociais desempenharam um papel secundário no condicionamento da ordem VS, o que também está de acordo com o estudo realizado por Berlinck. Focaremos nos resultados dos fatores formais obtidos por Zilles. O primeiro grupo de fatores selecionado foi a forma de expressão do DP. A análise realizada pela autora indica clara associação entre ordem posposta e sujeito realizado como pronome indefinido. De acordo com os dados analisados por Zilles, há uma tendência de que o sujeito posposto seja expresso por DP pleno ou pronome indefinido.

O segundo grupo de fatores selecionado como significativo foi o tipo de verbo, cujos resultados constituem evidências fortes a favor da hipótese de que a ordem posposta está fortemente associada a verbos intransitivos e de ligação, sendo desfavorecida com verbos transitivos. O terceiro grupo de fatores significativo para a ordem posposta foi a animacidade do sujeito, sendo a posposição favorecida por sujeitos [-animados], ao passo que os sujeitos [+animados] desfavorecem a posposição, tendência já apontada por Lira (1982), Naro e Votre (1986), Pontes (1987), Berlinck (1988;1989), Zilles (1996) e Coelho (2000). Zilles argumenta que, sob a perspectiva funcional, os SNs [-animados] correspondem a informação menos importante no discurso e, conforme Givón (1988), tendem a aparecer em posição pós-verbal.

Segundo Zilles, o sujeito de VS tende a ser um DP mais pesado, contendo mais de três palavras e a posposição tem sido explicada, na compreensão e na produção, em função da maior dificuldade de processamento que seria requerida caso o sujeito viesse em posição pré-verbal. Dessa forma, o ouvinte se beneficia da apresentação inicial do verbo por conter a instrução de processamento sobre o papel temático do argumento que segue, informando sobre como interpretar a sequência.

Quanto ao grupo de fatores *status* informacional do sujeito, analisado em termos do referente pré-mencionado ou em primeira menção, o resultado da análise não pareceu muito favorável à hipótese de que a ordem VDP cumpre, preferencialmente, a função apresentativa. Zilles concorda com Naro e Votre (1986) que talvez a principal função da posposição do sujeito ao verbo no PB seja a de assinalar o caráter periférico da informação, ou nos termos de Givón (1988), seu caráter de informação tematicamente menos importante.

A conclusão a que chega Zilles é de que há evidências de que a ordem posposta no PB, com base nas amostras estudadas, restringe-se a contextos sintáticos específicos, especialmente com verbos intransitivos de ligação, o que pode ser interpretado como o estágio final de um processo de mudança na língua, com o progressivo enrijecimento da ordem na oração. Quanto às características apresentadas pelo sujeito posposto é de que tende a ser expresso por pronome indefinido ou SN pleno, registrando-se uma forte restrição ao uso de pronome reto com esta ordem. Além disso, os sujeitos de VS

têm, preferencialmente, o traço [-animado], veiculam informação periférica ou menos importante no discurso, ou são SNS extensos (mais de três palavras).

1.4.2 O preenchimento do sujeito

Na década de 1990, paralelamente aos estudos que estavam sendo realizados sobre a ordem do sujeito, surgiram diversos trabalhos sobre o preenchimento do sujeito. Nesse período, Duarte (1993) realiza um estudo diacrônico baseado em diálogos de peças teatrais dos séculos XIX e XX de caráter popular, em que observa que o PB estaria se tornando uma língua de sujeito pleno, ou seja, deixando de ser uma língua *pro-drop*. A pesquisa mostra a evolução na expressão do sujeito pronominal no português do Brasil e verifica a relação que existe entre o aumento de sujeito pronominal pleno e a redução nos paradigmas flexionais, momento em que o PB teria perdido o princípio “Evite Pronome”.

A autora mostra a perda da riqueza flexional no paradigma da concordância do PB, ocasionado principalmente pela preferência dos pronomes você/você em detrimento dos pronomes tu/vós e da variante “a gente” no lugar de “nós”. Apesar de o expletivo permanecer nulo, todas as pessoas do discurso apresentam uma queda brusca no uso do sujeito nulo no decorrer do tempo, sobressaindo a primeira e a segunda pessoa no processo de mudança. Segundo Duarte (1993), a associação entre os resultados apontados no gráfico 1.1 e a simplificação nos paradigmas flexionais é inevitável.

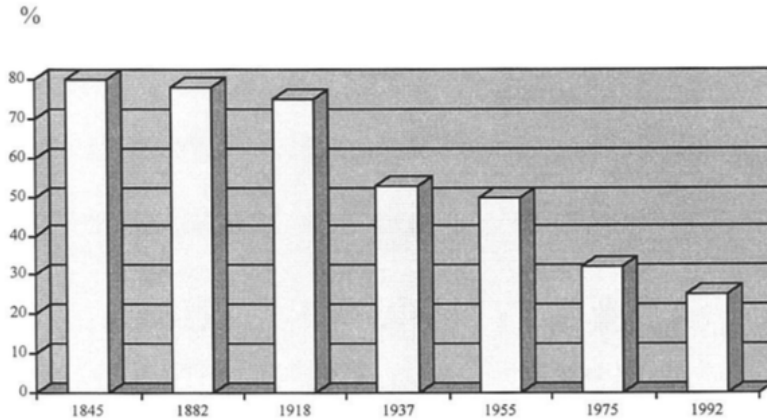


Gráfico 1.1: Decréscimo do uso do sujeito nulo no PB (DUARTE, 1993, p.112)

Duarte (1993) verificou que em 1845 o PB apresentava 80% das ocorrências de sujeito de referência definida com o sujeito nulo. Essa taxa começa a diminuir em cada período até chegar a apenas 26% dos casos, em 1992, último período analisado pela autora. A autora parte da hipótese de que a conjugação de algumas mudanças por que o PB estava passando como a inserção de *você* no quadro pronominal, a neutralização entre *tu* e *você* e a entrada do pronome *a gente* em competição com o pronome *nós*, ocasionando uma redução no paradigma verbal do PB, motivaram a crescente perda do sujeito nulo nessa língua.

Com relação às pessoas pronominais, a autora mostra que quando as pessoas do discurso são tomadas separadamente, a 3ª pessoa é a única que não parece ser significativamente afetada pela redução nos paradigmas, permanecendo o sujeito de 3ª pessoa com a opção permitida às línguas *pro-drop*. Ainda assim, mesmo apresentando uma ligeira tendência de queda na segunda metade do século, o sujeito nulo continua a ser a opção preferida. Esse resultado difere dos sujeitos de 1ª e 2ª pessoas que são cada vez mais representados pelo pronome lexical.

De forma geral, a pesquisa realizada por Duarte mostra um aumento de sujeitos pronominais expressos e sugere uma remarcação no valor do parâmetro do sujeito nulo passando de uma língua inicialmente [+sujeito nulo] para uma língua [-sujeito

nulo] decorrente, em parte, da simplificação nos paradigmas flexionais, sendo a redução no quadro de desinências verbais a responsável pela alteração das características de língua de sujeito nulo anteriormente apresentadas pelo PB.

Mais tarde Duarte *et al* (2012) revisitam o estudo realizado por Duarte (1993) que apontou evidências de que há um processo de mudança em progresso no PB em relação à preferência por sujeitos pronominais expressos. O estudo realizado pelos autores, da mesma forma que Duarte (1993), também utiliza peças de teatro do Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX, divididos em sete períodos. Os resultados mostram que o percurso da mudança ocorre de forma diferente dependendo da pessoa do discurso.

Nos três primeiros períodos, relativos à primeira e a segunda metade do século XIX e ao primeiro período do século XX, os sujeitos de 2ª pessoa são preferencialmente nulos, independente da forma de tratamento utilizada. A partir do período correspondente a peças escritas nos anos 1930, o pronome tu deixa de ser usado, sendo substituído por você. Como consequência, há um aumento expressivo no índice de sujeitos de 2ª pessoa plenos, passando de 31% no primeiro período do século XX para 75% no segundo período e se mantendo próximo a 80% no período correspondente à década de 1990. Nesse período, o pronome expresso passa a ser a forma não marcada. Embora a diferença para 1ª pessoa não ocorra de forma tão brusca, também segue na direção do preenchimento do sujeito.

Com relação à 3ª pessoa, os percentuais no início do século XIX também eram bem menores dos que os apresentados na década dos anos 1990, mas de forma menos acentuada do que na 1ª e 2ª pessoas, o que demonstra que o preenchimento do sujeito para a 3ª pessoa se dá de forma diferente, em parte pelo caráter anafórico da 3ª pessoa que contribui para a lentidão do processo.

Esse comportamento diferenciado da 3ª pessoa revela, segundo os autores, que o licenciamento e a identificação de um sujeito nulo que anteriormente dependia de um sistema flexional “rico”, passa a depender, cada vez mais, de um reforço externo ao elemento de concordância. Mesmo a análise por período de tempo confirmou o que os resultados já apontavam em Duarte (1993), ou seja, o sujeito nulo de 3ª pessoa era favorecido nos

períodos iniciais do século XIX, sendo o sujeito pleno dessa forma favorecido a partir do período V da pesquisa, correspondente ao terceiro período do século XX.

Os resultados apontam que o processo de mudança em direção ao pronome expresso é fortemente influenciado pelo traço [+humano] do antecedente. O traço [-humano] do antecedente, embora se mostre mais resistente, diminui ao longo do tempo, particularmente quando associado ao traço [+específico]. O traço [-específico] do DP é o fator mais resistente na implementação dos sujeitos referenciais expressos.

Nessa análise, os autores mostram que ocorre significativo aumento do sujeito expresso no decorrer dos séculos, principalmente quando o traço [+humano] está associado ao traço [+específico], representando inicialmente 28% das ocorrências no primeiro período e 64% no último período analisado.

Outro importante estudo sobre a mudança sintática do PB nos séculos XIX e XX foi realizado por Berlinck *et al* (2016). Nessa pesquisa, os autores retomam a hipótese apresentada por Tarallo (1993) de que mudanças significativas que diferenciam a gramática do PB são observadas na virada do século XIX para o século XX.

Com relação à ordem do sujeito, a hipótese dos autores é de que a anteposição deverá se ampliar com o passar dos séculos, atingindo mesmo os verbos intransitivos, mas se mantendo ainda em contextos inacusativos. Com base no modelo de Princípios e Parâmetros, que permite verificar a mudança na marcação do valor associado a um determinado parâmetro e na teoria da variação e mudança, nos moldes de WLH, os autores, dentre outras questões, buscam verificar a representação do sujeito de terceira pessoa e a ordem DPV/VDP em sentenças declarativas.

Com relação aos sujeitos pronominais de terceira pessoa, os autores verificam a representação do sujeito anafórico (nulo *versus* expresso) em 866 dados ao longo do século XIX, dividido em duas metades, em cartas de leitores de jornais escritas dos estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gérias, São Paulo e Santa Catarina. Os resultados apontam a mesma distribuição nas duas metades do século XIX, sendo de 59% e 61% de sujeitos nulos, 20% e 20% de sujeitos

pronominais e 21% e 19% de DPs anafóricos, respectivamente para os períodos correspondentes a XIX/1 e XIX/2.

No que se refere ao sujeito pronominal, pelo qual temos especial interesse neste estudo, os autores argumentam que a escrita de leitores de jornais se apresenta de forma regular ao longo do século XIX, o que pode indicar que a modalidade escrita no PB nessa época seguia os moldes do Português Clássico. Os autores indicam que na amostra utilizada na pesquisa, já havia sujeito pronominal expresso com traço [-humano] ao longo do século XIX, em índices expressivos, o que diferencia o PB de outras línguas de sujeito nulo e anuncia a mudança na remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo.

1.4.3 Entre ordem e preenchimento do sujeito

Alguns estudos depois do ano 2000 focaram suas análises na correlação entre ordem e preenchimento do sujeito.

Kato *et al* (2006) retomam alguns estudos que correlacionam a perda do sujeito nulo com a perda do sujeito posposto, como os estudos de Kato e Duarte (1998), em que as autoras investigam a perda de sujeito nulo e sujeito posposto em interrogativas-Q e o estudo de Kato (1999), que mostra como o sujeito nulo e a inversão do sujeito podem ser propriedades derivadas de uma mesma propriedade. Com base nesses e outros estudos, Kato *et al* (2016) argumentam que o PB se caracteriza por apresentar uma gramática própria, que se distancia das demais línguas românicas de sujeito nulo.

Santos e Soares da Silva (2012), assim como Duarte (1993), realizam um estudo em peças de teatro dos séculos XIX e XX. Os autores dividiram o *corpus* em sete períodos, enumerados de I a VII, e analisaram dados com construções inacusativas que selecionam um DP como argumento interno. A tabela a seguir mostra os grupos de fatores selecionados pelos autores em cada período e sua ordem de relevância:

Grupos de fatores	I	II	III	IV	V	VI	VII
Definitude do DP	-	-	1 ^o	3 ^o	1 ^o	1 ^o	1 ^o
Status informacional do DP	1 ^o	-	2 ^o	2 ^o	-	3 ^o	-
Extensão do DP	2 ^o	3 ^o	-	1 ^o	2 ^o	-	-
Foça ilocucionária (tipo de oração)	-	1 ^o	-	-	-	-	-
Item lexical (grupo de verbo)	-	2 ^o	4 ^o	5 ^o	-	2 ^o	-
Categoria sintático-semântica do verbo	-	-	3 ^o	-	-	-	-
Forma verbal (estrutura do verbo)	3 ^o	-	-	-	-	-	-
Estrutura do DP	-	-	-	4 ^o	-	-	-

Tabela 1.7 - Grupos de fatores selecionados em cada período (cf. SANTOS e SOARES DA SILVA (2012), p. 132)

A tabela apresentada pelos autores mostra que no período I o *status* informacional é o grupo mais significativo para o fenômeno, cuja realização independe da definitude. Já no último período, a definitude é o único grupo selecionado, sendo irrelevante, nesse caso, o *status* informacional. O traço [+definido] do DP, somente passa a ser contexto favorecedor da ordem DPV a partir do terceiro período estudado, com influência crescente na realização da ordem, sendo exibida, no sétimo período, uma íntima relação entre a ordem DPV e o contexto [+definido]. Com relação à extensão do DP, os autores observam que a atuação da extensão do DP, com o passar do tempo, tende a se tornar irrelevante para a ordem.

A conclusão a que chegam os autores, com base nos resultados, é de que o grupo de fatores funcionais *status* informacional, que era o mais significativo no período inicial, perde a preferência para a definitude e a extensão do DP a partir dos períodos III e IV, que coincide, segundo eles, com o período em que a mudança paramétrica em direção ao preenchimento do sujeito começa a se implementar. Assim, a variação entre VDP e DPV começou, com o início da mudança, a ter restrições estruturais. Essas restrições, segundo os autores, estão relacionadas ao tipo de determinante do DP e à presença de adjunção, complementação e/ou coordenação dentro do domínio do DP.

Santos e Soares da Silva (2012) atestam que o grupo de fatores que exerce influência na escolha entre as ordens VDP e DPV mudou ao longo dos sete períodos analisados por eles, deixando de ser a escolha determinada por fatores discursivos para ser influenciada por fatores sintáticos. Essa mudança coincide com o início da mudança na marcação do valor parâmetro do sujeito nulo e serve como evidência de que o fenômeno da ordem do DP passou a ter restrições estruturais com a implementação da mudança. A observação de diferentes categorias de verbos mostrou que há uma redução das taxas de VDP com o grupo de verbos *morrer/nascer/envelhecer*. Essa redução começa a ser percebida a partir da quarta das sete sincronias investigadas pelos autores, justamente a época em que o PB começa a perder o comportamento de língua de sujeito nulo.

Os autores preveem que a perda do sujeito nulo atinge primeiro os contextos mais referenciais para depois atingir os menos referenciais. Sendo assim, seria possível prever que a perda da ordem VDP atinge primeiro verbos como *morrer* e depois passa a se implementar nos contextos com outros verbos inacusativos, uma vez que os dois fenômenos, apagamento e posposição do sujeito, são propriedades do parâmetro do sujeito nulo que está em processo de mudança no PB. Segundo os autores, o PB já apresenta indícios de mudança em direção à ordem DPV, ou seja, uma preferência pela anteposição do sujeito em relação ao verbo, como já havia sido mostrado no estudo de Berlinck (1988), e essa mudança parece estar relacionada com a sensível diminuição do uso de sujeitos nulos.

Santos *et al* (2014) revisitam o estudo realizado por Santos e Soares da Silva (2012) e comparam os resultados sobre a ordem VDP/DPV de verbos inacusativos em peças teatrais portuguesas dos séculos XIX e XX com os resultados obtidos por Santos e Soares da Silva (2012) que estudaram o tema em peças de teatro do português brasileiro escritos no mesmo período. Santos *et al* (2014) empregam os grupos utilizados por Santos (2008), que separou os dados do PB em quatro grupos de verbos, baseando-se em características semânticas. O primeiro grupo é formado pelos verbos *ficar, restar, sobrar, faltar, bastar, importar*; o segundo por *chegar, vir, entrar, cair, subir, descer, partir*; o terceiro grupo por *acontecer, ocorrer,*

transcorrer, começar, terminar, principiar e o último por *morrer, nascer, envelhecer*.

As maiores taxas de posposição do sujeito foram encontradas com os verbos que não representam mudança de estado (*ficar, restar, sobrar, faltar, bastar* e *importar*). Ainda assim, esse conjunto de verbos, bem como aquele que contém *chegar, vir* e *entrar* e o que inclui *acontecer, ocorrer* e *transcorrer* exibem, ao longo do tempo, taxas de sujeitos pospostos que oscilam entre valores próximos, não indicando, portanto, mudança. O resultado mais significativo encontrado pelos autores foi o que se refere ao grupo de verbos que toma geralmente como argumento sujeito [+animado] como *morrer, nascer* e *envelhecer*. Todos os sujeitos nas peças do último período pesquisado eram antepostos no português brasileiro (0% posposição). Segundo os autores, isso é um efeito da mudança no parâmetro do sujeito nulo, observado pela redução no percentual de casos de sujeito posposto ao verbo.

Com relação à ordem do sujeito em contextos inacusativos, o estudo sugere ainda que a mudança de ordem VDP para DPV começou a se implantar com os verbos que têm argumento [+animado] e que possivelmente poderá atingir outros contextos. Dessa forma, os autores mostram que a perda da ordem VDP no PB acompanha a perda do sujeito nulo, o que confirma, segundo eles, que tanto o sujeito posposto quanto o sujeito nulo fazem parte do mesmo parâmetro.

Os autores ressaltam, no entanto, que a perda da ordem VDP com inacusativos não atinge todos os contextos analisados, o que poderá servir como argumento para mostrar que o PB¹⁹ está passando por mudança na marcação do parâmetro do sujeito nulo, que afeta sujeitos nulos e pospostos, mas que ainda há resistência à mudança quando o DP está associado a verbos inacusativos diferentes de *nascer, morrer* e *envelhecer*, que tomam como argumento, predominantemente, um sujeito de referência animada.

¹⁹ Santos *et al* (2014) argumentam que no português europeu o mesmo não ocorre, pois não observaram mudança quanto à ordem VDP com os verbos inacusativos nessa língua. Diante dos dados analisados, os autores confirmaram a hipótese da estabilidade do português europeu em relação ao parâmetro do sujeito nulo.

Essa relação entre mudança na marcação do parâmetro do sujeito nulo e ordem do sujeito começa a ser discutida em alguns trabalhos nesse período. Gravina (2014) realiza um estudo diacrônico em que relaciona o uso do sujeito nulo com a inversão do sujeito, a partir de um *corpus* composto por jornais do século XIX e XX, comparando dados do PB das cidades de Ouro Preto, em Minas Gerais, com dados do PE, oriundos de Évora, no distrito de Évora em Portugal. Nos detemos, nesse estudo, aos dados relativos ao PB.

A autora segue o conceito apresentado por Chomsky, no início da década de 1980, de que as línguas deveriam apresentar uma marcação positiva ou negativa (+/- *pro-drop*) para esse parâmetro. De acordo com essa proposta, a propriedade de o sujeito não ser foneticamente realizado estaria ligada à riqueza flexional de uma determinada língua. Nesse caso, as línguas classificadas como *pro-drop*, como a italiana, apresentam marcação positiva para esse parâmetro, enquanto as línguas classificadas como não *pro-drop*, como a língua inglesa, apresentam marcação negativa para esse parâmetro. Segundo essa proposta, os parâmetros são propriedades abstratas e primitivas do sistema gramatical e são os responsáveis pelas diferenças entre as línguas existentes no mundo, enquanto os princípios são caracterizados como universais e inatos na mente/cérebro do falante. Dessa forma, determinado fenômeno linguístico deve fazer parte de um conjunto de propriedades relacionadas para estar associado a um parâmetro. Nesse sentido, o parâmetro *pro-drop* pode ser definido como sendo composto por um conjunto de propriedades relacionadas que o compõem. Dentre essas propriedades, está a possibilidade de inversão na ordem do sujeito em relação ao verbo.

Segundo Gravina (2014), desde a introdução do parâmetro *pro-drop* por Chomsky (1981), a literatura gerativista vem debatendo a respeito do tema ausência/presença de sujeito nulo. Contudo, com o passar do tempo, a discussão vem tomando outro caminho, pois o conceito desse parâmetro vem sofrendo modificações. Atualmente, diversos estudos apontam que não há apenas duas possibilidades para a marcação desse parâmetro, positiva ou negativa para a ocorrência de sujeito nulo, pois existem também línguas denominadas de sujeito nulo parcial. A autora defende que o PB seria um exemplo desse tipo de língua, já que licencia sujeito nulo, mas com restrição de contextos.

Segundo Gravina (2014), o PB pode ser classificado como uma língua de sujeito nulo parcial, assim como o finlandês, em que o uso de sujeito nulo é restrito a determinados ambientes sintáticos. No entanto, poucos trabalhos se dedicaram à investigação sistemática da ligação entre sujeito nulo parcial e inversão, especialmente na diacronia. Para a análise de seus resultados, Gravina adota as derivações propostas por Holmberg (2010) para as línguas de sujeito nulo parcial como base teórica de seu estudo e retoma alguns dados do trabalho de Gravina (2008), como os percentuais obtidos para o sujeito nulo no PB apresentados na tabela a seguir:

	Sujeito nulo	Sujeito pronominal realizado
Recreador Mineiro (1845-1848)	688/825 – 83%	137/825 – 17%
Jornal Mineiro (1890-1898)	419/514 – 81%	95/514 – 19%
Tribuna de Ouro Preto (1945-1948)	312/365 – 85%	53/365 – 15%

Tabela 1.8 – Frequências de sujeito nulo e sujeito pronominal realizado (GRAVINA (2014 [2008]), p. 126)

Gravina argumenta que, diferentemente de Duarte, não foram encontrados inicialmente resultados que apontassem para uma mudança no uso de sujeito nulo no PB, mantendo-se constante a frequência de sujeito nulo e pronominal em todos os períodos. A explicação para essa diferença dos resultados obtidos está no tipo de gênero utilizado como fonte de pesquisa. Gravina (2008) utilizou textos de jornais, assim como utilizamos nesta tese, enquanto Duarte analisa peças de teatro popular.

Segundo Gravina (2014), os textos escritos de jornais apresentam características mais conservadoras e formais da língua e por isso não teria permitido que uma mudança na variação entre o sujeito nulo e pronominal realizado fosse identificada. A autora observa que o gênero jornal, por se tratar de um estilo mais formal, opta por utilizar itens lexicais no lugar de pronomes pessoais realizados para fazer referência a algo/alguém já mencionado no texto, por isso, denominado por ela de Sujeito Lexical Anafórico. O uso desse tipo de recurso é

uma estratégia de preenchimento do sujeito para evitar que este fique nulo ou se utilize um pronome realizado no contexto, uma vez que o pronome pessoal tem um caráter menos formal (muitas vezes remete a marcas de oralidade) que um item lexical.

A autora conclui que tanto o número de sujeitos nulos quanto o número de sujeitos pronominais estão decaindo quando o sujeito lexical anafórico é identificado no contexto e separado do sujeito pronominal realizado, como mostram os percentuais a seguir:

	Sujeito nulo	Sujeito pronominal realizado	Sujeito lexical anafórico
Recreador Mineiro (1845-1848)	688/913 – 75%	137/913 – 15%	88/913 – 10%
Jornal Mineiro (1890-1898)	419/593 – 71%	95/593 – 16%	79/593 – 13%
Tribuna de Ouro Preto (1945-1948)	312/557 – 56%	53/557 – 9%	192/557 – 35%

Tabela 1.9 – Frequências de sujeito nulo, sujeito pronominal realizado e sujeito lexical anafórico (GRAVINA (2014 [2008]), p. 129)

Quando a autora utiliza essa estratégia, o número de sujeitos nulos e de sujeitos pronominais realizados caem quando comparados aos percentuais da tabela 1.8. Ao acrescentar essa nova variante, o sujeito lexical anafórico, observa-se um aumento do preenchimento do sujeito. Segundo Gravina (2014), as expressões nominais anafóricas, como o sujeito lexical anafórico, são as responsáveis pelo aumento do uso no preenchimento do sujeito no decorrer do tempo. A autora defende que essa estratégia seria um meio de os textos de jornais brasileiros não deixarem o sujeito sem realização lexical.

Gravina (2014) resgata os resultados de diversos estudos sobre o preenchimento do sujeito e conclui que, de maneira geral, os autores estudados chegam, cada qual à sua maneira, a uma mesma conclusão: a categoria vazia que se encontra nesse ambiente não é pronominal; o sujeito nulo no PB atual só é possível em ambientes em que um elemento anafórico é

legitimado. Assim, é esperado que, com o decorrer do tempo, o sujeito nulo nas orações encaixadas tenha cada vez mais características de anáfora ou de variável.

Os resultados obtidos pela autora mostram que a gramática do PB sofreu mudança no que diz respeito ao uso de sujeito nulo, perdendo a característica de uma língua de sujeito nulo consistente e adquirindo propriedades de uma língua com sujeito nulo parcial. Os dados apontaram aumento do preenchimento do sujeito no PB com o decorrer do tempo quando utilizada a estratégia denominada pela autora de sujeito lexical anafórico enquanto para os dados do PE, o número de sujeito nulo permaneceu constante em todos os períodos analisados pela autora.

Ainda, os dados indicaram que a realização de sujeito nulo com primeira pessoa apresentou um comportamento diferente em relação ao de terceira pessoa nos dados do PB, o que reforça a ideia de uma língua de sujeito nulo parcial.

Quando comparou a frequência de sujeitos nulos de primeira, segunda e terceira pessoas do discurso nos jornais brasileiros, a autora obteve os seguintes resultados:

	Sujeito nulo	Sujeito pronominal realizado	Sujeito lexical anafórico
Recreador Mineiro (1845-1848)	306/688 – 45%	48/688 – 7%	334/688 – 48%
Jornal Mineiro (1890-1898)	304/419 – 72%	10/419 – 3%	105/419 – 25%
Tribuna de Ouro Preto (1945-1948)	237/312 – 76%	19/312 – 7%	56/312 – 17%

Tabela 1.10 – Distribuição de sujeitos nulos de 1ª pessoa, 2ª pessoa e 3ª pessoa (GRAVINA (2014 [2008]), p. 138)

Gravina observa que o uso da primeira pessoa nula nos jornais brasileiros é extremamente recorrente e que o uso do sujeito nulo de primeira pessoa é cada vez mais alto com o decorrer do tempo, indo de 45% para 76%. Segundo a autora, o alto uso de sujeito nulo de primeira pessoa nos dados do português brasileiro, principalmente na primeira metade do

século XX, ocorreu principalmente por uma questão estilística e de elocução na tentativa de proporcionar proximidade com o leitor, ou seja, uma forma de inseri-lo nas afirmações que estavam sendo apresentadas nos textos. Já o uso de primeira pessoa do plural nula ocorre com intuito de se ter uma impessoalidade no sujeito, mas, ao mesmo tempo, poder estabelecer uma proximidade do leitor com o tema abordado no periódico.

Quanto à inversão do sujeito, a autora obteve os seguintes percentuais gerais em sua amostra:

	Ordem SV	Ordem VS
Recreador Mineiro (1845-1848)	533/697 – 77%	159/697 – 23%
Jornal Mineiro (1890-1898)	693/867 – 80%	174/867 – 20%
Tribuna de Ouro Preto (1945-1948)	622/768 – 81%	146/768 – 19%

Tabela 1.11 – Frequências de VS em jornais brasileiros (GRAVINA (2014), p. 162)

Os percentuais de VS diminuem em cada um dos períodos, passando de 23% no primeiro período analisado para 19% no último período. Gravina argumenta que não verificou diferenças quantitativas entre o PB e o PE a respeito da inversão do sujeito, embora esperasse percentuais maiores nos jornais portugueses dos que os encontrados para os jornais brasileiros, uma vez que para o sujeito nulo ocorre tal diferença. A autora argumenta que isso decorre do fato de que o PE já teria sofrido uma mudança em relação à inversão do sujeito no século XVIII e como os jornais pesquisados datam a partir do século XIX, a mudança já teria ocorrido.

Com relação especificamente aos verbos inacusativos, Gravina os classifica em quatro categorias: movimento (ir, vir, cair); existência (existir, viver, constar); aparição (aparecer, desaparecer, sumir); denotação de eventos com causa interna (nascer, morrer, crescer). A autora atesta que, por ser um ambiente propício à inversão do sujeito, o número de ocorrências no PB em sentenças contendo verbos inacusativos, tanto na ordem SV quanto na ordem VS, acontece de forma equilibrada, conforme dados apresentados na tabela a seguir:

	Ordem SV	Ordem VS
Recreador Mineiro (1845-1848)	24/58 – 41%	34/58 – 59%
Jornal Mineiro (1890-1898)	29/74 – 40%	45/74 – 60%
Tribuna de Ouro Preto (1945-1948)	51/92 – 56%	41/92 – 44%

Tabela 1.12 – Frequências de VS com verbos inacusativos em jornais brasileiros (GRAVINA (2014), p. 174)

Gravina argumenta que a ordem VS com verbos inacusativos é produtiva em línguas como o PB porque sua identificação pelos falantes é de um complemento do verbo e não de um sujeito verdadeiro. Isso é verificado, muitas vezes, pela ausência de concordância entre o argumento interno e o verbo. No PB, porém, a autora constata que a ordem VS em inacusativos ocorre preferencialmente com algum elemento, seja locativo ou adverbial, preenchendo a primeira posição da sentença, mas em ambas as línguas, PB e PE, a inversão do sujeito com verbos inacusativos mostrou ser um ambiente produtivo na diacronia.

1.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, revisitamos a Teoria da Variação e Mudança, tratando de apresentar alguns pontos importantes sobre a teoria proposta por WLH no final da década de 1960 e sobre como a sociolinguística aflorou como disciplina norteadora de vários estudos relacionados à variação e à mudança linguística e também às pesquisas diacrônicas, originando o que ficou conhecido como Sociolinguística Histórica, conforme apontado por Conde Silvestre (2007).

Em seguida, fizemos um retrospecto trazendo alguns estudos realizados sobre a ordem do sujeito nas décadas de 1980 e 1990, como o estudo realizado por Pontes (1987), por Berlinck (1988), por Lira (1996), seguidos dos estudos realizados por Kato (2000), Coelho (2000) e Zilles (2000).

Na seção seguinte, apresentamos algumas pesquisas sobre o preenchimento do sujeito como as realizadas por Duarte (1993) e por Duarte *et al* (2012).

Na última seção, apresentamos alguns trabalhos que buscaram correlacionar a ordem e o preenchimento do sujeito na diacronia, como o realizado mais recentemente por Santos e Soares da Silva (2012; 2014) e Gravina (2014). Destacamos os pontos mais importantes de cada estudo e como a diminuição de ocorrências de posposição do DP coincide com o período de mudança paramétrica ocorrida no PB, o que serve de argumento para que os dois fenômenos sejam vistos como parte de um mesmo parâmetro.

Com base nos resultados encontrados nas análises apresentadas neste capítulo, pudemos estabelecer os grupos de fatores linguísticos utilizados na análise estatística dos dados que serão apresentados no terceiro capítulo, momento em que refinaremos nossas hipóteses para cada grupo de fatores.

Como as pesquisas que trabalharam com a ordem dos constituintes indicaram ser as construções monoargumentais as que permitem a ordem posposta do DP ao verbo, sendo as construções inacusativas as que fornecem um ambiente mais propício à posposição do DP, mostramos no capítulo a seguir alguns estudos que focaram no fenômeno da inacusatividade e também apresentamos alguns testes que servem como diagnóstico para a identificação dos verbos inacusativos no PB.

CAPÍTULO 2 – O FENÔMENO DA INACUSATIVIDADE

2.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é propor critérios para a identificação das construções inacusativas utilizadas neste estudo. Na primeira seção, tratamos de apresentar algumas questões teóricas levantadas por Perlmutter (1978) para a elaboração da Hipótese Inacusativa que serviram como ponto de partida para muitas pesquisas acerca do fenômeno da inacusatividade. Na segunda seção, abordamos os testes utilizados para o português europeu (PE) formulados por Eliseu (1984) e para o português brasileiro (PB) realizados por Nascimento (2002; 2014), com o intuito de verificar as características apresentadas nessas línguas para a identificação dos verbos inacusativos. Na seção seguinte, buscamos fazer uma análise das propriedades exibidas pelos verbos inacusativos a partir da classificação elaborada por Ciríaco e Cançado (2004). A discussão que sustenta essa classificação gira em torno de um conjunto de propriedades sintáticas e semânticas atribuídas aos verbos inacusativos. Nessa perspectiva, a classe dos inacusativos é vista sob um olhar menos rígido, formando o que se aproxima mais de um feixe de fatores sintáticos e semânticos do que de uma delimitação exata que toma suas propriedades de forma categórica.

2.2 A classe dos verbos inacusativos: o trabalho de Perlmutter como ponto de partida

Um dos trabalhos mais revisitados nos estudos que contemplam os verbos inacusativos é o trabalho de Perlmutter (1978). Em seu trabalho “Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis”, Perlmutter formula o que ficou conhecido na literatura linguística como “hipótese inacusativa”. O autor, no âmbito da Gramática Relacional, divide as construções intransitivas em inacusativas e inergativas e trabalha com a noção de estrato. Nessa perspectiva, as relações de sujeito e de objeto direto são redefinidas em termos da noção de “stratum” ou

estrato. O autor chama de **arco 1** à relação de sujeito e de **arco 2** à relação de objeto²⁰. Dessa forma, um *estrato transitivo* é aquele que contém um arco 1 e também um arco 2, um *estrato inacusativo* é aquele que contém um arco 2, mas nenhum arco 1, e um *estrato inergativo* é o que contém um arco 1 e nenhum arco 2. Contudo, certas construções intransitivas apresentam inicialmente apenas um arco 2 (um estrato inacusativo) que se transforma em arco 1 no estrato final, ou seja, “certas orações intransitivas têm um arco inicial 2 mas não têm um inicial 1” (PERLMUTTER, 1978, p. 160, tradução nossa).

O termo inacusativo é utilizado por Perlmutter para caracterizar esse tipo de oração intransitiva que no nível inicial tem somente objeto e não tem sujeito, ao passo que o termo inergativo é utilizado para caracterizar orações que têm somente sujeito e não têm objeto no nível inicial. A partir dessa definição, o autor mostra que mesmo as orações intransitivas não constituem uma classe homogênea. Para ilustrar sua hipótese, Perlmutter traz a seguinte sentença do inglês:

(1) Gorillas exist.

Segundo o autor, na oração “*Gorillas exist*”, *Gorillas* apresenta um arco inicial 2, mas final 1, ou seja, *Gorillas* é considerado objeto inicial que se realiza como sujeito final na estrutura superficial. A sentença utilizada pelo autor para ilustrar sua definição é representada na figura 1 em (a) e pode ser associada ao diagrama em (b):

²⁰ Vale ressaltar que o autor não apresenta uma definição de sujeito e objeto de forma clara nesse estudo, apenas se restringe às definições em termos de noções de arco-1 e arco-2.

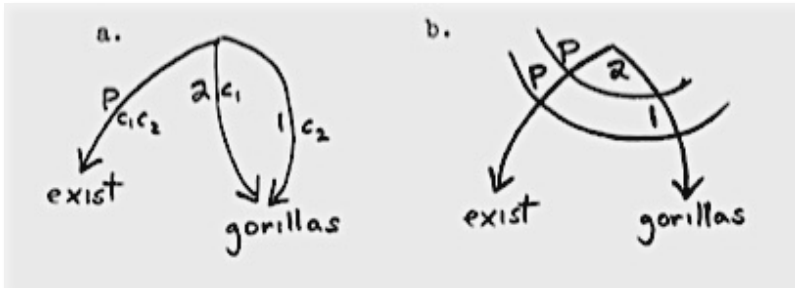


Fig. 2.1: Representação da sentença “Gorillas exist” segundo a Hipótese Inacusativa (PERLMUTTER, 1978, p. 160).

O termo inacusativo pode ser representado pelo avanço do arco inicial 2 para final 1, conforme ilustrado na figura 2.1. A principal questão que surge com a hipótese apresentada pelo autor é em que medida inacusatividade inicial *versus* inergatividade inicial pode ocorrer de forma uniforme ou pode variar de língua para língua. Perlmutter considera que é possível apontar pelo menos três formas distintas para a Hipótese Inacusativa, sendo assim:

(a) inacusatividade inicial *versus* inergatividade varia de língua para língua e, nesse caso, não há como prever quais orações em uma determinada língua serão inicialmente inergativas e quais serão inicialmente inacusativas;

(b) existem princípios que podem prever inergatividade inicial ou inacusatividade inicial para uma certa classe de orações inicialmente intransitivas em todas as línguas, mas existe uma outra classe de tais orações cuja inergatividade inicial *versus* inacusatividade varia de língua para língua;

(c) existem princípios universais que podem prever inergatividade inicial *versus* inacusatividade para todas as orações inicialmente intransitivas em todas as línguas e assim inergatividade inicial *versus* inacusatividade não pode variar de língua para língua (PERLMUTTER, 1978, p. 161, tradução nossa).

Segundo o autor, a forma dada em (c) é a mais interessante de todas para a interpretação de sua hipótese, pois a ideia principal por trás dessa interpretação é de que inergatividade inicial *versus* inacusatividade seja previsível pela semântica da oração. Conseqüentemente, os predicados com significados equivalentes em outras línguas se comportariam da mesma maneira com relação à determinação da inergatividade *versus* inacusatividade. O que o autor estabelece através da formulação dessa hipótese é uma tentativa de dar uma base universal para a análise do fenômeno partindo da semântica da oração, pela distinção entre os níveis inicial e final, observando que nem sempre o que é considerado sujeito ou objeto no nível inicial da análise será também no nível final.

A proposta de Perlmutter e sua formulação acerca da Hipótese Inacusativa é utilizada como ponto de partida nos trabalhos de diversos autores que focam seus interesses nos verbos inacusativos, como no trabalho de Pontes (1986) sobre o sujeito, em que a autora retoma algumas das ideias apresentadas no trabalho de Perlmutter (1978) para embasar seu argumento de que o sintagma nominal (doravante SN) posposto ao verbo não é sujeito. A autora retoma o exemplo “*Gorillas exist*”, apresentado por Perlmutter, para argumentar que, assim como o autor considera que *Gorillas* é objeto inicial nessa sentença do inglês, o mesmo pode ser afirmado para a sentença “*Existem gorilas*” do português brasileiro, uma vez que ambas as sentenças apresentam o verbo *existir* e, em ambas, *gorilas* não pode ser considerado agente. Além disso, o critério da volição não está presente em nenhuma das duas sentenças. Desse modo, no exemplo “*Existem gorilas*” temos um verbo inacusativo, em que *gorilas* é considerado um objeto inicial e não um sujeito.

Pontes também recupera a distinção feita por Perlmutter para a classificação dos verbos em inergativos e inacusativos, sendo os predicados que determinam orações inergativas aqueles que descrevem inicialmente atos volicionais ou desejados como *trabalhar, jogar, falar, sorrir* etc. Pontes (1986) aponta que o critério da volição – se houve ou não desejo – utilizado por Perlmutter, parece ser fundamental para a determinação da inacusatividade, pois caso o ato seja considerado involuntário está ligado ao conceito de inacusativo. Partindo dessa ideia, a autora lista os predicados que

determinam inicialmente orações inacusativas como sendo aqueles (PONTES, 1986, p. 80):

- a) expressos por adjetivos em inglês, referentes a tamanho, forma, largura, cores, estados da mente etc.;
- b) cujo termo nuclear inicial é semanticamente paciente: *queimar, cair, tombar, afundar, flutuar, deslizar, dormir, tremer, ferver* etc. ou verbos incoativos como *derreter, crescer* etc.;
- c) de existência e acontecimento como *existir, acontecer, transpirar, ocorrer* etc. ou incoativos como *surgir, resultar* etc.;
- d) com emissão não voluntária de estímulos que atingem os sentidos (luz, barulho, cheiro etc.) como os verbos *brilhar, cintilar* etc.;
- e) aspectuais como os verbos *começar, parar, continuar, acabar* etc.;
- f) durativos como os verbos *durar, permanecer, ficar, sobreviver* etc.

Porém, o critério da volição, que liga a ação ao fato de ser ou não voluntária, pode apresentar alguns problemas, já que para alguns verbos como *tossir, dormir* etc, pode não ser uma questão fácil de ser definida.

Apesar de as propostas de Perlmutter (1978) e de Pontes (1986) coincidirem em muitos aspectos, elas diferem no sentido de que, para Perlmutter, o SN posposto ao verbo é um sujeito subjacente que deixa de sê-lo na estrutura derivada. Ao contrário do autor, Pontes prefere analisar o SN pós-verbal somente do ponto de vista da “estrutura superficial da língua”. Para a autora, o argumento de Perlmutter a favor do rebaixamento do sujeito pode ser utilizado para concluir que esse SN é, na verdade, um objeto. Esse argumento é questionado por Pontes, pois isso implicaria um conceito claro de sujeito e de objeto e Perlmutter não traz essas definições de forma explícita em seu trabalho.

Além do trabalho desenvolvido por Perlmutter (1978) sobre a Hipótese Inacusativa, Pontes (1986) recorre a sete argumentos apresentados por Perlmutter (1976) em seu artigo “Evidence for subject downgrading in Portuguese” para afirmar que o SN posposto ao verbo inacusativo não é sujeito e que seu comportamento é mais semelhante ao de objeto. Os argumentos resgatados pela autora desse estudo feito por Perlmutter são: ordem das palavras, falta de significado temático, escopo do

quantificador, alçamento do sujeito, interação com *head start*, complementos infinitivos dos verbos de *dizer* e *pensar* e o movimento dos quantificadores.

O primeiro argumento de Perlmutter utilizado por Pontes para embasar essa discussão está relacionado à ordem das palavras. Como o sujeito geralmente antecede o verbo em português, a ordem das palavras é utilizada como uma evidência primordial para uma regra que faz estes SNs pospostos deixarem de ser sujeitos.

O segundo argumento diz respeito à falta de significado temático. Perlmutter utiliza a contraposição entre as sentenças (2a) e (2b) para ilustrar esse argumento:

- (2) a. Sempre surgem controvérsias como essas em Nova Iorque.
 b. Controvérsias como essas sempre surgem em Nova Iorque.

Segundo Pontes (1986), o autor considera que na sentença em (2b) o primeiro SN é o tema (ou tópico) da sentença, diferentemente de (2a), que pode ser interpretada como uma descrição neutra de um certo estado de coisas. Assim, conforme argumentado por Perlmutter, os SNs que ocorrem pospostos sistematicamente carecem do significado temático que os SNs antepostos têm.

O terceiro argumento utilizado por Pontes diz respeito ao escopo do quantificador. Segundo Perlmutter, há uma diferença entre as sentenças em (3a) e (3b) quanto ao escopo do quantificador:

- (3) a. Surgem muitas controvérsias todos os dias.
 b. Muitas controvérsias surgem todos os dias.

Pontes argumenta que, para o autor, a segunda sentença é ambígua, podendo tanto significar “o número de controvérsias que surgem todos os dias é grande”, como na primeira sentença, como também pode significar “há muitas controvérsias que surgem cada dia”, pois em (3a) o SN posposto carece de significado temático, diferentemente do que ocorre com (3b).

O quarto argumento está relacionado à interação com alçamento do sujeito. Na sentença (4) temos:

- (4) As crianças parecem correr rapidamente.

Segundo Pontes (1986), em (4) Perlmutter considera que há alçamento do sujeito da oração subordinada a *parecer*. Nesse caso, se não houvesse alçamento, teríamos sentenças agramaticais como:

- (5) a. *Parece as crianças correrem rapidamente.
b. *Parece correrem as crianças rapidamente.

Para o autor, o fato de podermos ter sentenças como (6) é um indício de que, nas suas derivações, o SN não pode ser alçado para a posição de sujeito, por não se tratar de sujeito, conforme ilustrado nos exemplos a seguir:

- (6) a. Parece acontecerem coisas como essas em janeiro.
b. Parece ter rebentado a guerra em janeiro.

Caso contrário, as sentenças em (6) deveriam ser agramaticais como em “**Parece correrem as crianças rapidamente*”. Contrariamente, na sentença em (7), a posposição é obrigatória e por isso não pode sofrer alçamento:

- (7) a. Parece existirem muitos candidatos nesta eleição.
b. *Muitos candidatos parecem existir nesta eleição.

Outro argumento que Pontes traz de Perlmutter é a interação com *head start*, que é a transformação que transpõe sujeitos para o início das sentenças, como observado em (8):

- (8) a. Parece que as crianças estão cansadas.
b. As crianças parece que estão cansadas.

Pontes argumenta que para Perlmutter as seguintes orações são agramaticais:²¹

- (9) a. *As crianças parecem que estão cansadas.
b. *Estes livros parece que as crianças leem.

Segundo a autora, Perlmutter considera que isso seria um indício de que a *head start* se aplica somente a sujeitos.

O sexto argumento retomado por Pontes refere-se aos complementos infinitivos dos verbos como *dizer* e *pensar*. Os verbos declarativos como *dizer* (*negar, afirmar, acreditar, declarar* etc.) e verbos do tipo *pensar* admitem complementos no infinitivo, desde que o sujeito encaixado seja suprimido como em (10):

- (10) a. Ele disse gostar de música brasileira.
b. *Ele disse os brasileiros ganharem sempre.

No entanto, é possível observar a ocorrência de complementos no infinitivo com o “sujeito posposto” como na sentença a seguir:

- (11) Ele disse existirem muitos candidatos nesta eleição.

Essa sentença, segundo Pontes (1986), é utilizada por Perlmutter para mostrar que esse SN posposto não é sujeito.

Por fim, o sétimo argumento que Pontes traz de Perlmutter está relacionado ao movimento de quantificadores. Para Perlmutter, alguns quantificadores podem ser movimentados para fora do SN sujeito, ou seja, para outras posições na sentença como em (12):

- (12) a. Todos os escoceses chegaram ontem.
b. Os escoceses chegaram ontem todos.

²¹ Pontes (1986), neste ponto, discorda do autor, pois para ela as sentenças “As crianças parecem que estão cansadas” e “Estes livros parece que as crianças leem” não são agramaticais.

No entanto, segundo Perlmutter, a situação não é a mesma quando os SNs não são sujeitos, já que os quantificadores só podem ser movidos para fora do SN objeto se este for clítico. Assim, é possível termos uma sentença como “*Vi-os ontem todos*”, mas não é possível “**Vi os escoceses ontem todos*”. A restrição com o SN posposto é idêntica àquela que ocorre com o objeto:

(13) *Aconteceram estas coisas ontem todas.

Segundo Pontes (1986), o autor considera que esta restrição pode ser explicada facilmente se consideramos que este SN não é sujeito.

Os sete argumentos retomados por Pontes do trabalho de Perlmutter mostram que o SN “rebaixado” não funciona como sujeito. Porém, a autora observa que o fato de o SN posposto de sentenças com verbo na voz passiva se comportar como o SN posposto de sentenças com verbos na voz ativa poderia ser argumento contra a análise desse autor, já que o SN sujeito da passiva corresponde exatamente ao objeto da ativa e em todas as análises realizadas por Pontes, o SN objeto da estrutura subjacente ativa é que passa a ser o sujeito da passiva. Embora em nenhum momento de seu trabalho Perlmutter tenha admitido a hipótese de que o SN posposto ao verbo pudesse ser visto como objeto, o autor abriu caminho para que outros linguistas considerassem, posteriormente, a possibilidade de esse SN estar mais próximo de ser tomado como objeto.

A argumentação apresentada por Perlmutter serviu para alavancar os estudos que pretendem levar em consideração a ideia de que nem sempre o que está posposto ao verbo é necessariamente sujeito, podendo apresentar mais características de objeto do que de sujeito propriamente dito. Após os argumentos de Perlmutter (1976) retomados por Pontes e da formulação da Hipótese Inacusativa em 1978, diversos autores apresentaram evidências de que a classe dos verbos inacusativos deve ser desmembrada da classe dos verbos classificados tradicionalmente como intransitivos.

Burzio (1986), no panorama da teoria gerativa, observa que diferenças estruturais presentes na categoria dos verbos intransitivos em italiano permitem que essa classe seja dividida em duas, a classe dos inergativos e a dos inacusativos, a qual

Burzio chama de ergativos. O autor aponta algumas diferenças entre essas duas classes de verbos como, por exemplo, o uso dos verbos auxiliares aspectuais que compõem os tempos verbais compostos dos intransitivos nessa língua. Dessa forma, a presença do verbo auxiliar *ser/estar* é necessária quando o verbo for inacusativo, enquanto o verbo inergativo requer a presença do auxiliar *ter*. Segundo o autor, essa é uma das evidências para a distinção entre as duas categorias de verbos intransitivos.

Outra evidência apresentada por Burzio para a divisão dos intransitivos em duas categorias distintas refere-se à cliticização do *ne* em italiano. O autor argumenta que construções contendo os verbos *arrivare* e *telefonare* recebem o clítico *ne* ou um auxiliar aspectual nessa língua. Os argumentos utilizados pelo autor vão na direção de Perlmutter, pois o sujeito superficial de verbos do tipo de *arrivare* é um objeto direto em estrutura profunda (DS). Em relação a estruturas com o clítico *ne*, o autor levanta outros contextos dentro dos quais o *ne* é possível, como as construções passivas, as construções com *se* impessoal e as construções que alteram estruturas AVB para BV (SVO para OV no português brasileiro). Em cada um desses contextos, a cliticização do *ne* é uma propriedade do DP objeto, conseqüentemente, o clítico *ne* é usado somente com argumentos internos e nunca com argumentos externos e, por isso, está relacionado aos verbos inacusativos.

As diferenças encontradas no italiano, com relação aos verbos inacusativos e inergativos, levaram o autor a postular uma generalização, que ficou conhecida na literatura linguística como a “Generalização de Burzio”. Segundo essa generalização, apenas os verbos que podem atribuir função temática ao sujeito podem atribuir Caso acusativo a um objeto (cf. BURZIO, 1986, p.178). Dessa maneira, o autor assume que há uma correlação entre a atribuição de papel temático ao sujeito e a atribuição de Caso acusativo ao objeto, ou seja, uma correlação universal para a entrada lexical dos verbos. Podemos reinterpretar essa generalização afirmando que um verbo só atribui papel temático a seu argumento externo (doravante AE) se atribuir Caso acusativo a seu argumento interno (doravante AI); inversamente, um verbo só atribui Caso a seu AI se atribuir papel temático a seu AE. Uma vez que os verbos inacusativos apresentam a posição de AE detematizada (vazia) não têm a capacidade de atribuir Caso acusativo a seu AI.

A generalização de Burzio, acerca da incapacidade dos verbos inacusativos em atribuir Caso acusativo, ao contrário dos verbos inergativos e transitivos, contribuiu para o argumento de que as construções intransitivas em italiano não constituíam uma classe homogênea nessa língua. Dessa forma, Burzio (1986) reafirma em seu trabalho a proposta de Perlmutter (1978) sobre a heterogeneidade dos verbos intransitivos.

Outro estudo importante sobre os verbos inacusativos que também reforça alguns dos argumentos apresentados por Perlmutter (1978) é o trabalho de Berlinck (1988). Segundo a autora, a partir da proposta da Hipótese Inacusativa elaborada por Perlmutter é possível explicar a ocorrência de SNs pós-verbais como decorrente do fato de eles serem objetos no estrato inicial, mesmo que no estrato final sejam superficializados como sujeitos, pois herdam a posição de seu “estado original”. Com isso, devemos esperar uma predominância de SNs pré-verbais quando a construção intransitiva for inergativa. No entanto, a autora argumenta que essa hipótese explica apenas parcialmente o fenômeno, já que para Perlmutter, o “estado inicial” da construção intransitiva pode ser recuperado pela “semântica da oração”, com base nos predicados superficializados. Esses predicados permitem associar o verbo inacusativo a um argumento não agente e o verbo inergativo a um agente.

Segundo Berlinck, há uma associação entre as construções inacusativas e a ordem VSN. Inversamente, SNs pospostos ocorrem muito pouco em construções inergativas. No entanto, a distinção não consegue explicar o recorte existencial/não-existencial. Segundo os critérios adotados por Berlinck, os intransitivos existenciais estão inclusos nas construções intransitivas inacusativas e não há dúvida quanto à natureza menos agentiva de seu argumento. A saída oferecida por Berlinck, levando-se em conta o comportamento peculiar dos verbos existenciais, foi isolar esse tipo de verbo na análise, uma vez que é possível falar em variação com intransitivos não-existenciais, mas não com existenciais, por isso a separação²².

²² Nesta tese, assim como em Berlinck (1988), optamos por isolar os verbos existenciais dos verbos inacusativos prototípicos no momento da análise devido à falta de variação apresentada por esse tipo de verbo com relação à ordem, conforme veremos no terceiro capítulo.

De todo modo, em relação a Perlmutter, a autora destaca que fica fortalecida a ideia de construções intransitivas inacusativas em oposição às inergativas, sendo que no primeiro caso, o SN que acompanha o verbo tem baixo grau de subjetividade e é muito próximo ao estatuto de objeto, tratando-se, na verdade, de um objeto inacusativo, já que não pode sofrer cliticização.

Todos os autores listados até o momento concordam com Perlmutter que há uma classe dos verbos inacusativos e que sua identificação é possível em uma dada língua. Como nosso foco de estudo é o português, especificamente o português brasileiro, buscamos, na próxima seção, trazer alguns testes que possam ilustrar melhor a identificação da classe dos inacusativos no PB. Antes de apresentarmos esses testes propostos na literatura, é importante ressaltar que os testes propostos para identificação dos verbos inacusativos não são aplicáveis a todas as línguas. Inicialmente, mostramos os testes elaborados por Eliseu (1984) para o português europeu (PE) e por Nascimento para o português brasileiro (PB). Posteriormente, mostramos os testes apresentados por Ciríaco e Cançado (2004) para o PB.

2.3 Diagnóstico de Inacusatividade: testes propostos na literatura para o português

Eliseu (1984), em estudo realizado sobre os verbos no português europeu, segue um conjunto de princípios formulados no âmbito da Gramática Gerativa para a análise dos fenômenos sintáticos utilizados na classificação dos verbos. O autor argumenta que as descrições gramaticais no PE incluem, habitualmente, uma classificação dos verbos que os divide em dois tipos básicos: verbos *transitivos* e *intransitivos*. Uma forma de distinção entre essas construções é possível por meio da análise das expressões em que ocorrem em termos de predicação, ou ainda, por meio de uma análise realizada a partir das configurações estruturais definidas pelos verbos.

Para Eliseu, tanto a análise em termos sintáticos quanto em termos semânticos aponta para a presença de um elemento subcategorizado pelo verbo. Esse elemento, segundo o autor, corresponde a um argumento chamado “tema”. Nesse sentido,

nas construções inacusativas²³ ou ergativas²⁴, conforme termo utilizado por Eliseu, o sintagma nominal ou constituinte nominal (cf. ELISEU) em posição de sujeito é um elemento subcategorizado pelo verbo. Essa tipologia, segundo o autor, baseia-se fundamentalmente no contraste entre sentenças como:

- (14) a. Aquele homem viu o acidente.
b. A Joana bocejou.

A diferença entre as sentenças reside na presença de dois SNs em (a) e na impossibilidade de ocorrência de mais do que um SN em (b) como em “A Joana bocejou *SN”. Eliseu (1984) argumenta que o SN à esquerda do verbo é o sujeito nas sentenças (a) e (b) e que por isso apresenta as propriedades típicas dessa função em ambos os casos, enquanto o SN à direita do verbo exerce a função gramatical de objeto direto. Essa distinção funcional entre os constituintes nominais em (a) e (b) é feita com base na ordem das palavras, um reflexo da dependência estrutural.

O autor sustenta que o *sujeito* e o *objeto direto* recebem interpretações semânticas próprias no PE, sendo, tipicamente, o *sujeito* o controlador do estado-de-coisas referido na oração, ou seja, um *agente*; e o *objeto direto* o *tema*. Entretanto, a análise das construções no PE nos termos acima representados não permite caracterizar satisfatoriamente algumas construções possíveis nesta língua. Em particular, Eliseu destaca que a análise não pode dar conta das diferenças em construções como (15), considerando ambas como sendo intransitivas, conforme exemplo abaixo (ELISEU, 1984, p. 9):

- (15) a. O navio naufragou (junto ao Bugio).
b. O comboio apitou (ao chegar à estação).

²³ Para Eliseu (1984), as construções inacusativas abrangem também as construções passivas, posição também adotada por nós nesta tese.

²⁴ Embora Eliseu (1984) utilize o termo ergativo para denominar o verbo inacusativo, manteremos o termo inacusativo ao longo do texto por uma questão de uniformidade.

É possível, no entanto, mostrar que (a) e (b) têm propriedades distintas que se manifestam superficialmente de formas diferentes. Essa diferença, segundo o autor, pode ser capturada mediante alguns “testes sintáticos”. Os resultados apresentados por esses testes motivam, empiricamente, uma tipologia verbal que recobre a tipologia tradicional, determinando a classificação dos verbos em três categorias distintas, a saber: *transitivos, intransitivos e inacusativos*.

O autor propõe testes sintáticos para a identificação dessas categorias como a *construção do participio absoluto* e a possibilidade de *ocorrência em posição predicativa* e em *posição atributiva*. A chamada *construção do participio absoluto*, segundo Eliseu, é uma forma reduzida de oração, dependente de uma oração principal que normalmente ocorre à sua direita. Essa oração é caracterizada internamente pela ocorrência de uma forma de participio passado seguida ou não de um sintagma nominal que, no caso dos verbos transitivos, é o sintagma com a função de objeto direto. Somente o sintagma nominal subcategorizado pelo verbo pode ocorrer no participio absoluto, como nos mostra as sentenças a seguir (cf. ELISEU, 1984, p. 10):

- (16) a. A Ana arrumou o quarto.
 b. Arrumado o quarto, ...
 c. *Arrumada a Ana, ...

A formação do participio absoluto a partir de construções transitivas é regularmente possível e, segundo o autor, pode ser utilizada como um teste empírico para a verificação da transitividade de um verbo. Em construções com dois SNs, a atribuição das suas propriedades sintáticas não é problemática, já que o sujeito e o objeto direto possuem todas as suas propriedades típicas, diferentemente das construções contendo um único SN. Isso ocorre com os verbos inacusativos, pois ao contrário do sujeito dos intransitivos, o sujeito dos verbos inacusativos compartilha algumas propriedades com os objetos diretos dos verbos transitivos. Conseqüentemente, podemos ter uma sentença como “Naufragado o navio”, mas não podemos ter “*Apitado o comboio”. Dessa forma, a possibilidade de formação

do participípio absoluto também pode ser utilizada como teste para a distinção entre os verbos inacusativos e intransitivos.

A distinção entre verbos inacusativos, transitivos e intransitivos no PE, pode se dar como nos exemplos abaixo (ELISEU, 1984, p.11), conforme ilustrado respectivamente por (17), (18) e (19):

(17) a. Crescidos os filhos, o João e a Rita foram viver para a província.

b. Falida a fábrica, os operários ficaram no desemprego.

(18) a. Encontrada a solução, o problema parece fácil.

b. Reparado o automóvel, continuamos a viagem.

(19) a. *Corridos os atletas, o governo promoveu uma homenagem.

b. *Soluçada a Joana, os pais telefonaram ao médico.

Os verbos com o mesmo perfil de *naufragar*, como em (15a), possuem, além da possibilidade de ocorrer no participípio absoluto, um conjunto de outras afinidades com os verbos transitivos, pois tanto o participípio passado dos verbos inacusativos como também dos verbos transitivos pode ocorrer em *posição predicativa*, ao passo que o participípio passado dos verbos intransitivos não, conforme exemplos a seguir (ELISEU, 1984, p. 12):

(20) a. A Maria está crescida (inacusativo)

b. A solução está encontrada (transitivo)

c. *Os atletas estão corridos (intransitivo)

O participípio passado dos verbos inacusativos e dos transitivos também pode ser realizado em *posição atributiva* enquanto os intransitivos não permitem esse tipo de construção, conforme exemplo a seguir:

(21) a. As meninas crescidas não choram (inacusativo)

- b. As soluções encontradas não são satisfatórias
(transitivo)
- c. *Os atletas corridos foram homenageados pelo
governo (intransitivo)

Os testes propostos por Eliseu (1984) servem como base para sua argumentação de que existe no PE uma classe de verbos que determina construções com um único argumento, distinta da classe dos verbos intransitivos. Esses verbos são chamados de inacusativos e compartilham algumas propriedades comuns com os verbos transitivos, como mostra Eliseu. Porém, somente a utilização de testes sintáticos não é suficiente para caracterização da classe dos inacusativos, já que existem formas transitivas que permitem a formação da construção passiva, como em “*Os impostos foram aumentados*”, como apontado pelo próprio autor.

Em vista disso, Eliseu acrescenta alguns testes morfológicos que envolvem a formação de nomes e adjetivos, tornando possível determinar se os verbos analisados estão submetidos às mesmas restrições dos verbos do tipo de *naufregar*. Uma possibilidade levantada pelo autor é a formação com o sufixo²⁵ *-vel*, que geralmente é possível a partir de verbos transitivos, mas não a partir de verbos inacusativos e intransitivos; já o sufixo *-or* é normalmente possível a partir de verbos transitivos e intransitivos, mas não de inacusativos. Dessa forma, não podemos ter os inacusativos **crescível*, **falível*, **germinável*; **caidor*, **crescedor*, **falidor*; mas podemos ter os transitivos *reparável*, *resolúvel*, *legível*; *agressor*, *gastador*, e não temos **encontrador*; enquanto com os intransitivos temos *corredor*, *trabalhador*, mas não temos **mentidor*, **corrível*, **soluçável*, **ladrável*.

Com base nos testes que serviram como argumento para a delimitação da classe dos verbos inacusativos, o autor resume algumas características e propriedades que são atribuídas aos verbos inacusativos de forma geral (cf. ELISEU, 1984, p. 21):

²⁵ Segundo Eliseu (1984), a semelhança entre os verbos inacusativos e intransitivos quanto à impossibilidade de formação de adjetivos em *-vel* é uma consequência do fato de ambos os tipos de verbos possuírem um único argumento nuclear.

a) os verbos inacusativos ocorrem em construções “intransitivas” cujo constituinte nominal é o sujeito (superficial) das orações;

b) o sujeito dos verbos inacusativos pode ser objeto em determinados processos que afetam tipicamente o objeto direto dos verbos transitivos (cf. formação do particípio absoluto);

c) as formas com particípio desses verbos têm propriedades comuns aos particípios dos verbos transitivos (cf. ocorrência no particípio absoluto, em posição predicativa e atributiva);

d) o sujeito dos verbos inacusativos não pode ser interpretado como um agente (cf. formação em –or); e

e) no caso dos verbos inacusativos que ocorrem em pares de construções transitiva/intransitiva, a relação entre o verbo e o sujeito da forma intransitiva é a mesma que existe entre o verbo e o objeto direto, na forma transitiva.

É importante ressaltar que, de acordo com a teoria temática utilizada por Eliseu e pela seleção categorial feita pelo autor, para que o léxico possa ser a entrada das regras de base é necessário que lhe seja atribuída uma especificação adequada. Segundo Eliseu, é preciso que as propriedades de seleção dos elementos lexicais, que são núcleos de construções, estejam representadas na sua entrada lexical sob a forma de uma estrutura de complementos. Dessa forma, a representação de um item lexical deverá conter indicações sobre os elementos selecionados semanticamente por esse item (os seus argumentos) e o tipo de relação semântica que os caracteriza (relações temáticas ou papéis temáticos, como *agente*, *paciente*, *tema* ou *objeto*, *alvo*, *proposição*).

Para o autor, a atribuição de relações temáticas também está associada à subcategorização, ou seja, por definição, um núcleo marca tematicamente os seus complementos; por isso, a importância da especificação dessas relações. No entanto, a atribuição da relação temática quando se trata do sujeito é independente da subcategorização, isto é, a atribuição temática não implica a subcategorização. Dessa forma, “o verbo marca diretamente o objeto, enquanto o argumento na posição de sujeito, se existir, é marcado composicionalmente pelo sintagma verbal, sendo a marcação pelo verbo de forma indireta” (ELISEU,

1984, p. 29). Um exemplo clássico de marcação composicional do sujeito, ilustrado por Eliseu é o seguinte:

- (22) a. O João partiu a janela.
 b. O João partiu o braço.

Nesse caso, o constituinte o *João* pode receber papéis temáticos diferentes, em (a) é agente e em (b) é paciente. Segundo Eliseu, a interpretação do argumento na posição de sujeito, interpretado como agente, não depende exclusivamente do verbo, mas do complexo verbo-complemento(s). Ainda com relação à atribuição temática dos verbos inacusativos, o autor argumenta que se os efeitos sobre as estruturas argumentais desses verbos são levados em conta na análise, é possível a constatação de que eles são predicadores de um lugar, cujo argumento único é um argumento interno que não exerce o papel temático de *agente*.

Como os verbos inacusativos possuem um argumento interno, podem ser objeto de determinados processos derivacionais que afetam igualmente o argumento interno dos verbos transitivos. O deslocamento do objeto para a posição de sujeito só é possível, segundo Eliseu, se esta for uma posição não temática (de forma a evitar uma violação do critério temático). A perda da natureza temática nessa posição pode, portanto, ser reduzida a uma consequência necessária do caráter inacusativo de certas formas verbais com argumento interno, de modo a se estabelecer as condições relevantes de boa formação.

Com relação à atribuição de Caso, Eliseu (1984) segue a proposta de Burzio de que existe uma correlação necessária entre a não atribuição de relação temática à posição de sujeito e a não atribuição de acusativo ao SN, ou seja, os verbos que não marcam tematicamente o sujeito não podem atribuir acusativo. Entretanto, Eliseu observa que há no português europeu alguns casos em que essa generalização pode ser contestada, pois existem verbos acusativos sem sujeito temático no português europeu e, nesse caso, a atribuição de Caso acusativo parece ser independente da não atribuição temática ao sujeito, ou seja, o verbo pode atribuir acusativo apesar de não marcar tematicamente a posição de sujeito. Outro ponto destacado por Eliseu em relação à proposta de Burzio diz respeito à derivação,

pois para Burzio, a forma inacusativa é derivada da forma transitiva através de um processo lexical, enquanto para Eliseu, as formas transitivas são derivadas a partir das formas inacusativas. O autor destaca que na construção transitiva o verbo atribui Caso acusativo independentemente de sua caracterização como atribuidor de Caso na sua forma primitiva.

Segundo o autor, de forma geral, o verbo na forma inacusativa é marcado no léxico como não atribuidor de Caso acusativo e esta especificação constitui a característica básica desses verbos, definindo uma classe verbal. Dessa forma, a propriedade sintática primária dos verbos inacusativos, segundo o autor, é justamente a não atribuição de Caso acusativo ao seu complemento.

Dado o exposto a respeito do trabalho de Eliseu (1984), acrescentamos a esta discussão um apontamento feito por Tarallo e Kato (1989) sobre os verbos inacusativos. Segundo Tarallo e Kato (1989), um fenômeno observado não apenas nas línguas marcadas positivamente em relação ao parâmetro da inversão do sujeito, como o italiano e o espanhol, mas também nas línguas marcadas negativamente em relação a esse traço, é o fenômeno das chamadas construções *apresentativas*. Essas construções são as que ocorrem com verbos existenciais e de aparecimento, nas quais o sujeito ou é vazio, como no português, ou é um expletivo semanticamente vazio, como no francês. Vejamos, a seguir, um exemplo (cf. TARALLO e KATO, 1989, p. 24):

- (23) a. Chegaram os ovos / chegou os ovos.
b. Os ovos chegaram.

Esse tipo de construção, segundo Eliseu (1984), seria derivada de uma ordem básica sujeito-verbo (SV) no PE. Uma característica importante desse tipo de construção, segundo Tarallo e Kato (1989), é que ela é restrita a certos tipos de verbos que Eliseu (1984) chamou de verbos ergativos (inacusativos). Esse tipo de construção verbal apresenta um único argumento que pode ocupar tanto a posição de objeto quanto a de sujeito e ainda apresenta um objeto que não aceita Caso acusativo. Essas características são atribuídas ao Caso

absolutivo nas línguas ergativas²⁶, também chamadas por esse motivo de línguas inacusativas.

Segundo Tarallo e Kato (1989), ao contrário de outros autores que trabalharam com o português, para Eliseu os verbos inacusativos não constituem uma subclasse dos verbos intransitivos, mas constituem uma classe de verbos à parte, com propriedades que permitem, de um lado, aproximá-los dos verbos transitivos e, de outro, dos intransitivos. A análise de Eliseu mostra que o português tem uma classe bastante grande desses verbos, não apenas verbos de existência e de apresentação, mas também verbos aspectuais, incoativos e pronominais passivos. Segundo Tarallo e Kato (1989), isso não significa, porém, que todas as línguas que manifestam construções ergativas apresentam essa produtividade do português europeu.

De volta à questão acerca do fenômeno da inacusatividade e dos testes que podem ser realizados para identificação da classe dos inacusativos no português, temos o trabalho de Nascimento (2002) que, em sua tese de doutorado, retoma alguns testes propostos por Eliseu para o PE e os aplica no estudo da inacusatividade no PB com alguns acréscimos em relação ao estudo realizado por Eliseu. Nessa pesquisa, a autora apresenta como principal característica do fenômeno da inacusatividade sua constituição a partir de verbos que selecionam um único argumento, que é o argumento interno.

Segundo Nascimento (2002), se consideramos o fenômeno da inacusatividade no nível mais geral, o da tipologia linguística, ele é fundamental para traçar uma distinção entre as línguas chamadas ergativas e as nominativas, já que “o único argumento de um verbo inacusativo vai acabar como o objeto direto (marcado por caso absolutivo - acusativo) nas línguas ergativas, e como sujeito (marcado pelo caso nominativo -

²⁶ Línguas ergativas são as línguas em que há uma oposição fundamental entre duas funções sintáticas como, por exemplo, entre o sujeito de um verbo transitivo e o objeto direto desse verbo; além disso, a função do objeto direto confunde-se com a do sujeito de um verbo intransitivo. Essas línguas são faladas principalmente em algumas aldeias indígenas das Américas. No Brasil, temos as línguas maxacali e tembé como exemplos de línguas ergativas.

ergativo) nas línguas nominativas” (NASCIMENTO, 2002, p. 2). A autora segue a proposta de divisão dos verbos monoargumentais em duas classes para o PB, a dos *intransitivos* e a dos *inacusativos*, embora, constate que nem sempre o contraste entre esses verbos ocorra de forma clara nessa língua. Em sua análise, Nascimento (2002) descreve as características sintáticas dos verbos cujo argumento único é o interno e verifica como se comportam esses predicadores quanto ao tipo de argumento selecionado, já que as diferenças na estrutura dos verbos inacusativos no PB são determinadas pela natureza do complemento.

Uma das formas propostas por Nascimento (2002) para a identificação dos verbos inacusativos no PB é a aplicação de testes como os realizados por Eliseu (1984) para o PE. De modo paralelo ao que Eliseu (1984) fez para verificar a inacusatividade de alguns verbos no PE, Nascimento também faz para os verbos no PB, utilizando os seguintes processos: *formação do particípio absoluto*; *formação do particípio passado com valor de adjetivo*; *formação de nominais em [-or]*; *alternância AVB→BV*²⁷; *alternância AVB→AV*; e *alternância VB (PA)→AVB*.

Segundo Nascimento (2002), os verbos no PB possuem dois tipos de argumentos na sua estrutura lexical, o argumento externo e o argumento interno. O primeiro, segundo a autora, é identificado como aquele que vai ocupar a posição de especificador (Spec IP) e que pode exercer a função temática típica de *agente*; o segundo é realizado sintaticamente dentro do VP (do inglês *verb phrase*)²⁸ e não pode exercer a função temática de *agente*.

As características apresentadas pela estrutura argumental do verbo podem ser detectadas de diversas maneiras, tais como: pela formação do particípio, do *particípio absoluto* e do *particípio passado com valor de adjetivo*. A autora alega que nas construções com particípio, o argumento que se mantém é o AI, pois quando temos verbo transitivo, o particípio tem valor passivo, o que mostra que o argumento preservado é o AI. Como o particípio absoluto é possível também com verbo inacusativo, a

²⁷ Essa estrutura já havia sido apontada por Eliseu (1984), mas o autor não utiliza o termo *alternância* em sua análise.

²⁸ A representação dessas estruturas será dada na seção seguinte.

autora conclui que o argumento preservado de fato é o AI. As sentenças (24a) e (24b) são utilizadas para ilustrar esse argumento, enquanto a agramaticalidade da sentença em (24c) indica que “os *atletas*” não pode ser considerado AI do verbo *correr* (cf. NASCIMENTO, 2002, p. 10):

- (24) a. Lidos os livros, eles foram arquivados.
 b. Crescidos os filhos, eles tomaram juízo.
 c. *Corridos os atletas, eles descansaram.

Nascimento (2002) argumenta que construções com o particípio absoluto como (24c) mostram que a classe dos verbos monoargumentais engloba duas subclasses distintas, segundo selecionam ou não um AI. Dessa forma, os verbos intransitivos selecionam AE, enquanto os inacusativos selecionam AI. Nesse sentido, a análise com particípios realizada por Nascimento (2002) se aproxima da análise feita por Eliseu (1984), já que para o autor, os inacusativos não constituem uma subclasse dos verbos intransitivos, mas uma classe de verbos à parte, com propriedades que ora se aproximam dos verbos transitivos, ora dos intransitivos. A autora destaca também que a forma com o particípio passado de verbos inacusativos e de verbos transitivos pode ter valor de adjetivo e pode ocorrer com função predicativa ou atributiva, como visto em Eliseu (1984), e ilustrado por Nascimento (2002, p.11):

- (25) a. O filho está *crescido*.
 b. A calha está *consertada*.
- (26) a. Filho *crescido* tem juízo.
 b. Calha *consertada* não goteja.

Segundo Nascimento, nas sentenças (25) e (26) *crescido* é derivado de verbo inacusativo, enquanto *consertada* é derivado de verbo transitivo. Esses exemplos mostram que verbos como *crescer* e *consertar* têm AI, que nessas sentenças correspondem, respectivamente, a *filho* e *calha*. A autora contrasta esse tipo de verbo com sentenças que contêm verbo intransitivo, observando que o verbo não pode ocorrer no particípio passado nesse tipo de construção, seja em função

predicativa ou atributiva, conforme ilustrado em (27) por Nascimento (2002, p.11):

- (27) a.*Os clientes estão *telefonados*.
b.*Os clientes *telefonados* foram atendidos.

A agramaticalidade das duas sentenças em (27) é decorrente do fato de que um verbo como *telefonar* não seleciona AI e que o argumento que deve estar presente nas construções de particípio deve ser o AI. Dessa forma, a autora constata que a possibilidade de alguns verbos monoargumentais do PB assumirem a forma do particípio em emprego absoluto, atributivo e predicativo constitui uma evidência da existência de verbos inacusativos no PB.

Outro teste apresentado por Nascimento (2002) é o da possibilidade de formação de nominais em [-or], como Eliseu (1984) já havia mostrado para o PE. Este é mais um processo que pode ser considerado como evidência das propriedades temáticas dos verbos envolvidos. Nesse processo, o verbo primitivo tem em sua grade temática um papel temático *agente*, que é o papel temático típico de AE. Logo, esse sufixo (desinência) só pode ser afixado a verbos que podem selecionar um AE, como *escrever* e *trabalhar*.²⁹

A derivação de nominais em [-or] pode formar nomes como *escritor* a partir de verbos como *escrever*. Nesse processo, somente o AE pode preceder o nominal derivado numa situação como a apresentada em (28):

- (28) a. O João escreve livros.
b. O João é (um) escritor.

Segundo a autora, nesse caso, podemos considerar que [-or] é um sufixo que pode valer pelo *agente*, sendo o *agente* o papel temático típico do AE. Quando o nome derivado figurar como predicado de uma *small clause* (SC), ele só poderá ser aplicado a um *Determiner phrase* (DP) com papel temático

²⁹ Segundo Nascimento (2002), um verbo inacusativo como *chegar* não pode derivar um nominal pelo acréscimo do sufixo [-or]: chegar → *chegador, já que *chegar* não tem em sua grade temática um *agente*, portanto, um AE.

agente, ou seja, o sujeito da SC vai acabar como sujeito da sentença, conforme ilustrado em (29) por Nascimento (2002, p.13):

(29) João é [escritor]

Um sintagma nominal derivado de transitivos como *escrever* em (29) ou de intransitivos como *trabalhar* em (30) pode aparecer como predicado de uma SC e atribuir papel temático *agente* ao sintagma nominal (SN) que vai acabar como sujeito da sentença. Assim, ao considerarmos os verbos monoargumentais, a previsão é de que os verbos intransitivos, diferentemente dos inacusativos, possam dar origem a derivados em [-or], já que os intransitivos são os únicos que apresentam um AE proeminente para que seja aplicado um predicado como *trabalhador* como em (30a):

(30) a. João é trabalhador.
b. *João é crescedor

A agramaticalidade de (30b) mostra que um derivado em [-or] não pode ser formado do verbo inacusativo *crescer*, nem pode ser aplicado como predicado a João. Dessa forma, uma estrutura argumental que contemple um AE não é própria do verbo *crescer*, em contraste com o que ocorre com o intransitivo *trabalhar* em (30a).

Outro teste apresentado por Nascimento é o teste das *alternâncias*, como a *Alternância AVB→BV*, em que V corresponde ao verbo, A e B aos SNs (AE e AI), respectivamente, e (→) indica a direção do processo. Nascimento (2002) alega que uma peculiaridade apresentada por determinados verbos, como é o caso do verbo *quebrar*, é a possibilidade de alternar entre duas estruturas argumentais: uma em que seleciona dois argumentos (AVB); outra em que seleciona somente um argumento (BV), como exemplifica a autora:

(31) a. José quebrou o vidro.
b. O vidro (se) quebrou

A diferença entre a estrutura argumental de (31a) e de (31b) é que somente na primeira temos um AE, que é *José*. Quanto à marcação de Caso³⁰, segundo a autora, em (a) o *vidro* é acusativo e em (b) é nominativo. Contudo, apesar de ter a atribuição de Caso diferente nas duas sentenças, a autora ressalta que o *vidro* deve ser considerado como AI nas duas sentenças, já que a relação temática que mantém com o verbo é a mesma. Essa alternância é restrita apenas a certos verbos *transitivos*, como mostra Nascimento (2002, p.16):

- (32) a. José comeu o bolo.
b. *O bolo comeu

Ao contrário de *quebrar* em (31), o verbo *comer* não pode preservar o AI em prejuízo do AE em (32). Essa possibilidade de alternância é mais uma evidência, segundo a autora, para mantermos separadas as classes dos verbos inacusativos dos verbos intransitivos no PB. Outra alternância possível nessa língua é a *alternância AVB→AV*. Segundo a autora, os verbos que podem aparecer no par AVB→AV mostram que o argumento que se mantém é o AE (A) e que o verbo é intransitivo, como observamos nas sentenças:

- (33) a. João lê livros todos os dias.
b. João lê todos os dias.
c. *O livro lê todos os dias

Em (33c) a agramaticalidade da sentença mostra que o argumento que pode ser detematizado é o AI e não o AE. Verbos como em (33), ao contrário de (31), apresentam uma contraparte intransitiva e não inacusativa.

Existe ainda mais uma alternância relevante para sustentar a subclassificação dos monoargumentais em intransitivos e inacusativos no PB e corresponde ao par VB(PA)→AVB (em que PA é um PP que contém um DP=A), como ilustra Nascimento (2002, p. 20):

³⁰ Nascimento (2002) também segue a proposta apresentada em Burzio (1986) para atribuição de Caso.

- (34) a. Cabe muita gente na Belina
 b. A Belina cabe muita gente.
 c. Cresceu o dentinho do nenê.
 d. O nenê cresceu o dentinho.

Nesse caso, o alçamento do SN que deriva as sentenças AVB em (b) e (d) somente pode ocorrer se o verbo em questão não selecionar AE. Essa restrição leva à conclusão de que os verbos que podem se alternar no par VB(PA)→AVB são inacusativos. Essa diferença, segundo Nascimento, é mais um indício de que, devemos manter a distinção intransitivo/inacusativo, já que está restrita à ocorrência com verbos inacusativos.

Nascimento (2014), em estudo posterior, faz alguns acréscimos ao estudo de 2002 no que diz respeito aos verbos inacusativos. A autora propõe uma descrição desses verbos em termos de duas grandes categorias: a dos *inacusativos primitivos* e a dos *inacusativos derivados*. Na primeira categoria, a autora inclui os verbos inacusativos que não derivam de estruturas transitivas e que não podem aparecer com mais de um argumento. Essa classe é composta por verbos que só podem ter um AI. Uma distinção marcante entre os verbos desse grupo, segundo a autora, é a categoria do argumento selecionado, que pode ou não ser um DP. O grupo dos inacusativos primitivos que selecionam DP apresenta como principal característica a ordem em que os constituintes podem aparecer na sentença, conforme Nascimento (2014, p.248):

- (35) a. Há muitas casas neste bairro
 b. Apareceram umas espinhas no rosto do João
 c. Floresceram uma margaridas no meu jardim

Na sentença em (a), temos um verbo existencial; em (b) um apresentativo; e em (c), um incoativo. Desses verbos, apenas o existencial cria resistência à anteposição do argumento, como mostra Nascimento (2014, p. 249):

- (36) a. *Muitas casas há neste bairro
 b. Umas espinhas apareceram no rosto do João
 c. Umas margaridas floresceram no meu jardim

Essa característica, por consequência, leva à separação dos verbos inacusativos que selecionam DP em duas subclasses: a dos *verbos existenciais* e a dos verbos *não-existenciais*. As sentenças construídas com verbos existenciais caracterizam-se pela função apresentativa, em que o verbo introduz um novo sujeito no discurso³¹. Segundo Nascimento (2014), a função apresentativa dessas sentenças deve-se ao fato de que a posição pós-verbal em que se encontra o DP é própria para receber sintagmas focalizados, que carregam informação nova, ou pelo menos parte da informação nova.

A categoria dos verbos inacusativos que não selecionam DP engloba tanto os inacusativos primitivos que podem selecionar um CP, quanto aqueles que selecionam algum outro constituinte complexo, como um infinitivo, particípio ou gerúndio, ou ainda uma *small clause* (SC).

A segunda categoria proposta por Nascimento, a dos *inacusativos derivados*, compreende os verbos que são derivados de verbos que apresentam uma estrutura transitiva por meio da supressão do AE. Quando um verbo biargumental é reduzido a um verbo de um argumento apenas, o resultado do processo pode ser ou um inacusativo ou um intransitivo, dependendo do argumento que é preservado na estrutura. Caso o argumento preservado seja aquele que detém o papel temático “*tema*”, então o resultado será um verbo inacusativo, caso o argumento preservado não seja o *tema*, então teremos uma estrutura intransitiva. Pertencem a essa categoria, os verbos psicológicos³² e os verbos não-psicológicos que podem sofrer a alternância AVB → BV.

A figura a seguir traz a subdivisão proposta por Nascimento (2014) para os verbos inacusativos no PB:

³¹ Nascimento (2014) segue a proposta de Franchi *et alli* (1988).

³² Neste trabalho não iremos explorar a categoria dos verbos psicológicos em nossa análise já que não há como verificar a ordem do sujeito por se tratar de verbo biargumental (o verbo psicológico seleciona experienciador e tema).

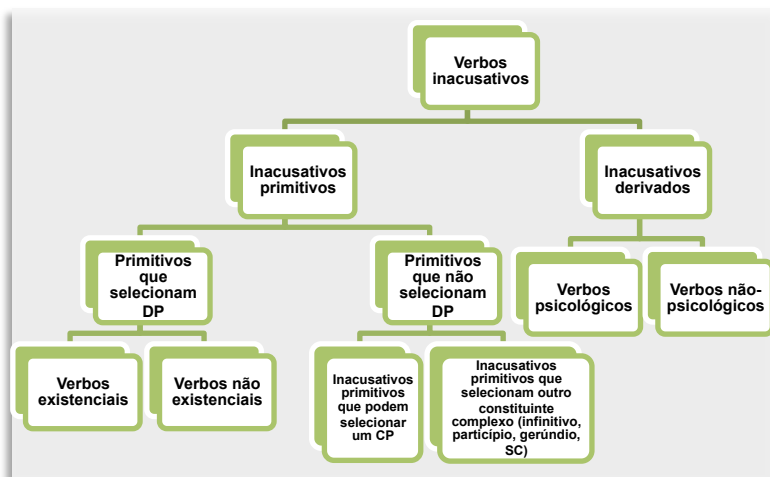


Fig. 2.2 – Subdivisão dos verbos inacusativos no PB com base na proposta de Nascimento (2014)

Da categoria dos verbos não-psicológicos fazem parte os verbos que podem se alternar entre uma estrutura tipicamente transitiva e outra, derivada dela, a inacusativa, como no exemplo (37) (cf. NASCIMENTO, 2014, p. 251):

- (37) a. O João esvaziou a caixa d'água
 b. A caixa d'água (se) esvaziou
 c *O João (se) esvaziou

Em (37), o argumento que se mantém no par BV em (b), a *caixa d'água*, é o equivalente ao *tema* da sentença transitiva AVB em (a). Esse argumento tem acusativo na sentença AVB (a), mas não na sentença BV (b).³³

Quanto aos verbos psicológicos, Nascimento (2014) os define como sendo aqueles que apresentam uma grade temática relativamente invariável, que pode envolver um DP com papel temático Experienciador (E) e outro com função temática Tema

³³ Nascimento (2014) segue a proposta de Burzio (1986) para esses verbos e se refere a eles como os que podem sofrer o processo identificado por AVB→BV, como já mencionado em Nascimento (2002).

(T); ou apenas um dos dois, como na sentença a seguir (cf. NASCIMENTO, 2014, p. 252):

- (38) a. A chuva assusta a Maria
b. A Maria teme a chuva

O que chama a atenção nas sentenças biargumentais com verbos como *assustar*, segundo a autora, é que os DPs são projetados de uma forma que contraria a hierarquia dos argumentos que podem ocupar a posição sujeito, ou seja, o argumento mais proeminente em (a) é *a Maria* (o Experienciador), e não *a chuva* (o Tema); contudo, é *a chuva* que vai aparecer antes do verbo, promovido para Spec IP. Os verbos como os apresentados em (38) têm mais uma característica marcante que aparece quando consideramos sentenças monoargumentais, conforme Nascimento (2014, p. 252):

- (39) a. A Maria se assusta
b. *A chuva (se) teme

Nascimento (2014) propõe que o argumento projetado como complemento em (39) pode aparecer sozinho numa estrutura como em (a), com *assustar*, mas não em uma estrutura como em (b), com um verbo como *temer*. Esse argumento mostra que são duas estruturas distintas, uma inacusativa, a de *assustar* em (38a) e em (39a) e outra tipicamente transitiva, como a estrutura em (38b) de *temer*.

Após os testes propostos por Eliseu (1984) e por Nascimento (2002; 2014), apresentamos, na próxima seção, o estudo de Ciríaco e Cançado (2004) que também propõe a separação dos verbos inacusativos das demais classes verbais, porém tomando como base as suas propriedades sintáticas e semânticas para classificá-los com base na prototipicidade do verbo. Essa proposta será adotada neste trabalho para a classificação dos verbos inacusativos.

2.4 A Premissa de Prototipicidade do Verbo

Na literatura, existem alguns testes que visam a distinguir os verbos inacusativos dos inergativos, mas que não podem ser aplicados a todas as línguas da mesma forma. Na seção anterior, apresentamos alguns desses testes, como os propostos por Eliseu (1984) e por Nascimento (2002; 2014).

Em geral, os testes propostos pela literatura para diferenciar a classe dos inacusativos dos inergativos apoiam-se basicamente no tipo de papel temático recebido pelo argumento desses verbos e também na existência ou não de um argumento externo. Em termos de estrutura sintática, conforme já apresentamos na seção anterior, uma das principais características que distinguem essas duas classes de verbos no PB é justamente a ausência de argumento externo apresentada pela classe dos inacusativos, visto que possuem somente um argumento interno, conforme estrutura em (b), enquanto os inergativos possuem um argumento externo e nenhum argumento interno direto, conforme ilustrado em (a):

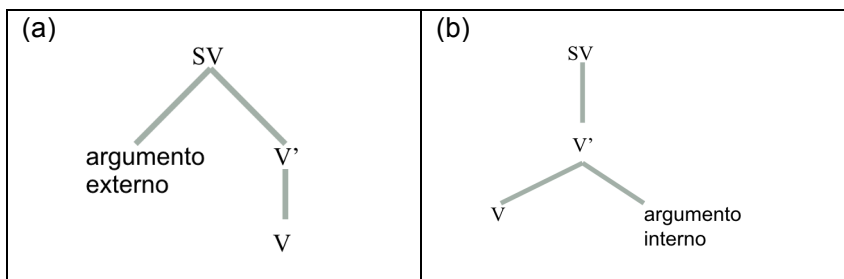


Fig. 2.3: Representação estrutural de um verbo inergativo e de um verbo inacusativo.

Enquanto o argumento interno de um verbo inacusativo estabelece uma relação sintática direta com o verbo no interior de V' , o argumento externo de um verbo inergativo está imediatamente dominado pelo sintagma verbal (SV) e, portanto, estabelece uma conexão sintática com V' . Essa oposição entre argumento externo e argumento interno é uma das principais diferenças estabelecidas entre os verbos inergativos e inacusativos, como já apontamos anteriormente.

Quanto às diferenças semânticas, Ciríaco e Cançado (2004) destacam que a literatura traz como principal diferença entre essas duas classes de verbos o tipo de papel temático atribuído aos seus argumentos. Sendo assim, os verbos que possuem somente um argumento, cujo papel temático típico é o de agente, geralmente, associado à posição de sujeito, são classificados como inergativos, enquanto aqueles que selecionam um só argumento com papel temático de tema ou paciente associado, geralmente, à posição de objeto, são classificados como inacusativos. Essa associação entre o papel temático e a posição do argumento, embora não possa determinar a estrutura sintática de todos os verbos, funciona bem para a classe dos verbos transitivos com dois argumentos, já que um deles será tipicamente um agente e o outro paciente ou tema. Entretanto, quando os verbos são monoargumentais, essa associação não ocorre de forma tão natural. Além disso, as autoras lembram que a definição de papel temático é bastante complexa, pois as noções de agente, paciente e tema são muito vagas e carecem de maior explicitação e contextualização.

Diferentemente do italiano, que traz a cliticização do *ne* como evidência de inacusatividade, conforme apontado por Burzio (1986), visto que esse clítico é uma propriedade do DP objeto nessa língua e está associado ao uso com verbo inacusativo, o PB não traz explicitamente uma marca em sua estrutura que seja capaz de ser associada diretamente ao uso com verbo inacusativo nas construções monoargumentais. Ciríaco e Cançado (2004) propõem que a possibilidade de posposição do único argumento apresentado por esses verbos seria o traço de maior evidência de inacusatividade no PB. Isso decorre do fato de o argumento de um verbo inacusativo ser, segundo as autoras, em sua origem, um objeto. Nesse caso, a ordem posposta para esse tipo de verbo torna-se natural, pois sendo o argumento de um verbo inacusativo um objeto, ele estará *in situ* nessa ordem.

Contudo, as autoras verificaram que somente a aplicação de testes de posposição e de atribuição de papel temático como critério de classificação podem apresentar alguns problemas para o PB. Com relação aos verbos inacusativos, a primeira dificuldade apontada pelas autoras diz respeito ao comportamento misto apresentado por essa classe de verbos, já que esses diagnósticos utilizados para a inacusatividade não

abrangem de forma uniforme essa classe. Se tomamos uma sentença do PB como em (40), por exemplo, verificamos, através da aplicação dos testes de posposição e de verificação do papel temático, os seguintes problemas:

(40) João amadureceu com a morte da mãe.

Em (40), o verbo *amadurecer* toma somente um argumento, ou seja, *João*, que mantém uma relação de paciente com o verbo *amadurecer*. Ciriaco e Cançado (2004) argumentam que na literatura assume-se que os papéis temáticos como o de *paciente* ou o de *tema* são mais recorrentes na posição de objeto direto, ou seja, associam-se mais frequentemente a um argumento interno. Sendo assim, *amadurecer* poderia ser considerado um verbo inacusativo. Porém, quando o teste de posposição é aplicado como critério de inacusatividade, temos:

(41) *Amadureceu João com a morte da mãe.

Em (41) o verbo *amadurecer* não se comporta exatamente como um inacusativo, já que a posposição do DP não é aceita naturalmente. Como o critério de posposição e de atribuição de papel temático não podem ser adotados como meios eficazes na identificação dos verbos inacusativos, as autoras propõem cinco diagnósticos³⁴ baseados em outras propriedades apresentadas por essa classe de verbos e que podem ser aplicados para o seu reconhecimento.

2.4.1 Os diagnósticos de inacusatividade

Na busca de uma delimitação das propriedades que caracterizam os verbos monoargumentais em inacusativos e inergativos, Ciriaco e Cançado (2004) valem-se de duas perspectivas, uma semântica e outra sintática, tomando como

³⁴ As autoras utilizam o termo *diagnóstico* não apenas como sinônimo de teste, mas como forma de capturar também a aplicação das propriedades semânticas aos verbos do *corpus* analisado por elas.

ponto de partida a análise das propriedades de 40 verbos monoargumentais do PB, divididos em quatro categorias, sendo:

i. **Inacusativos prototípicos:** adormecer/dormir, amanhecer, aparecer, surgir, morrer, sumir, desaparecer, desmaiar, acontecer, desabrochar, chegar, florescer, nascer, brotar, partir, ocorrer, murchar, germinar, adoecer.

ii. **Inacusativos menos prototípicos:** decair, desfalecer, despertar, fracassar, amadurecer, cair, sair.

iii. **Inergativos prototípicos:** caminhar, cantar, correr, dançar, falar, nadar, pular, respirar, voar, andar, repousar.

iv. **Inergativos menos prototípicos:** sentar, suar, transpirar.

A noção de prototipicidade utilizada pelas autoras para essa divisão está associada à ideia de que uma determinada categoria possui um (ou mais) membro central e, também, outros membros mais ou menos periféricos. Esses membros periféricos ocupam uma região de intersecção entre os dois membros centrais de duas categorias distintas, possuindo características de uma e de outra categoria. Assim, o que classifica um verbo como pertencente à determinada classe ou categoria é a quantidade de propriedades que ele possui dessa classe. Caso possua mais características que se aplicam aos verbos inacusativos prototípicos, assim será classificado; porém, caso possua mais características dos inacusativos, mas compartilhe algumas propriedades com os inergativos menos prototípicos, será classificado como inacusativo menos prototípico.

Dessa forma, os verbos são classificados de acordo com uma escala baseada em feixe de propriedades caracterizadoras, indo desde o verbo inacusativo prototípico até o verbo inergativo prototípico, conforme ilustra a figura 2.4 a seguir:

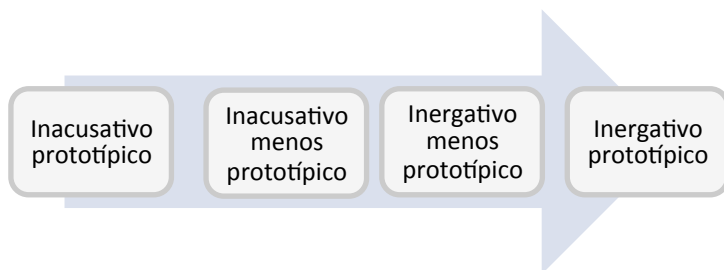


Fig. 2.4: Escala de prototipicidade do verbo monoargumental - elaborado pela autora com base em Ciríaco e Cañado (2004)

Ciríaco e Cañado destacam que os verbos monoargumentais classificados como inacusativos e inergativos podem aceitar ou não todas as propriedades, podendo, em alguns casos, oscilar ora para uma classificação, ora para outra. Essas propriedades são verificadas por meio de cinco diagnósticos aplicados aos verbos monoargumentais. Os diagnósticos semânticos utilizados pelas autoras estão ligados à explicitação da rede temática específica de cada verbo e à explicitação da classe aspectual de cada sentença analisada. Já os diagnósticos sintáticos estão ligados à posposição do sujeito, à indeterminação do sujeito e à constatação da existência ou não da forma do particípio.

Com relação à explicitação da rede temática, as autoras se valem de duas propriedades que consideram as mais relevantes para a análise: ser desencadeador de um processo (Des) e ser afetado³⁵ por esse processo; com relação à explicitação da classe aspectual, as autoras argumentam que existe uma relação estreita entre inacusatividade e a propriedade aspectual *achievement*³⁶ (Achiv). Já as propriedades sintáticas propostas

³⁵ Propriedade de mudança de estado acarretada pelo verbo a seu argumento, ou seja, se o verbo acarretar mudança de um estado A para um estado B a um argumento, este será associado à propriedade de afetado.

³⁶ Segundo Basso (2007), os *achievements* são verbos de realização caracterizados por serem télicos, não durativos e por não serem compatíveis com a construção “por X tempo”.

como diagnósticos pelas autoras são a posposição do sujeito (Posp) como evidência da inacusatividade; a indeterminação do sujeito (Ind), pois sendo esta uma propriedade restrita a verbos que possuem sujeito (profundo) é de se esperar que a indeterminação seja aceita apenas pelos verbos inergativos e não pelos inacusativos; e a constatação da existência da forma do particípio (Part) que, segundo as autoras,³⁷ é considerado um diagnóstico bastante preciso da existência de inacusatividade.

Com base nessas características, os verbos classificados pelas autoras como **inergativos prototípicos** são verbos que aceitam todas as propriedades apontadas como características de verbos que têm somente um argumento externo, tais como: possuem um desencadeador em sua rede temática; são verbos de atividade, pois aceitam a expressão durativa “*por x minutos*”; não aceitam a posposição do sujeito; aceitam a indeterminação do sujeito, mas não aceitam a forma do particípio absoluto.

Os verbos que são classificados como **inacusativos prototípicos** aceitam todas as propriedades consideradas características de inacusatividade, tais como: não aceitam um desencadeador em sua rede temática; são *achievement*, pois não aceitam a construção “*por x minutos*”; aceitam a posposição do sujeito; não aceitam a indeterminação do sujeito; mas aceitam a forma do particípio absoluto, que é uma forma que só ocorre com objetos, e o único argumento desses verbos apresenta características típicas de objeto.

Os verbos classificados como **inacusativos menos prototípicos** apresentam a maioria das propriedades exibidas pelos verbos inacusativos prototípicos, porém podem compartilhar de algumas propriedades com os verbos inergativos menos prototípicos.

Ao contrário, os verbos classificados como **inergativos menos prototípicos** apresentam a maioria das propriedades exibidas pelos verbos inergativos prototípicos, mas podem compartilhar de algumas propriedades com os inacusativos menos prototípicos. Podemos ilustrar esse feixe de propriedades baseado em propriedades mais ou menos prototípicas da seguinte forma:

³⁷ Testes envolvendo o particípio também foram apresentados em Eliseu (1984) e em Nascimento (2002) na primeira seção.

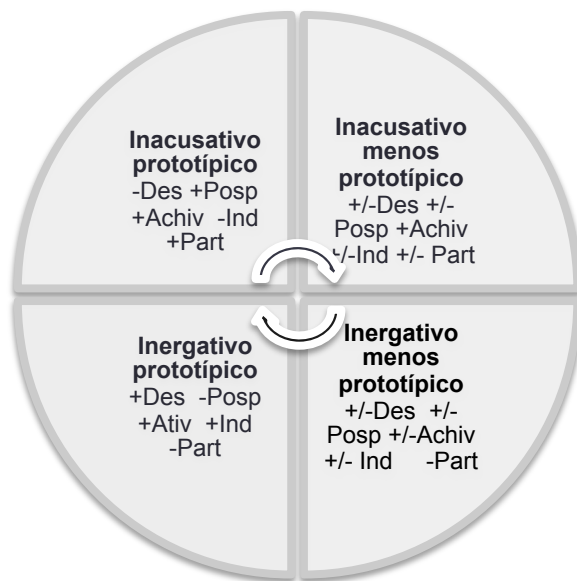


Fig. 2.5: Conjunto de propriedades prototípicas dos verbos monoargumentais - elaborado pela autora com base em Ciríaco e Cançado (2004)

Para melhor ilustrar o comportamento dos verbos monoargumentais quanto ao grau de prototipicidade, podemos fazer uma analogia a respeito das propriedades apresentadas pelos verbos monoargumentais com a tabela periódica dos elementos, pois da mesma forma que um elemento químico passa a ser classificado em uma determinada família ou grupo conforme seu número atômico aumenta ou diminui na tabela, o verbo monoargumental também pode ser tomado de maneira não uniforme, podendo ser classificado dentro de determinado grupo como prototípico ou menos prototípico, conforme o tipo de argumento selecionado, conforme às propriedades sintático-semânticas apresentadas e ao contexto em que se encontram, conforme a figura 2.5.

Os diagnósticos semânticos e sintáticos propostos pelas autoras mostram que a distinção entre inacusativos e inergativos não depende apenas de uma propriedade e nem pode ser feita de forma estanque, já que por vezes determinado verbo pode apresentar um comportamento misto, o que tornaria a análise problemática, caso esses verbos fossem divididos em duas classes discretas. Passamos a apresentar mais detalhadamente cada um desses diagnósticos nas próximas seções.

2.5 Diagnósticos semânticos

2.5.1 A rede temática

Uma das propriedades semânticas investigadas pelas autoras diz respeito aos papéis temáticos atribuídos aos argumentos dos verbos monoargumentais. Ciríaco e Cañado (2004) seguem o trabalho proposto por Cañado (2003), baseado na proposta de Dowty (1989) e também de Franchi (1997), na investigação do tipo de papel temático atribuído aos argumentos desses verbos. Nessa proposta, os papéis temáticos são decompostos em acarretamentos lexicais e a ideia de composicionalidade na atribuição desses papéis também se faz presente. Nessa perspectiva, os papéis temáticos não são noções primitivas, mas são definidos como um grupo de propriedades semânticas acarretadas pelas proposições a determinados argumentos.

Segundo Cañado (2003), a adoção de um caráter mais flexível para os acarretamentos, juntamente com a abordagem composicional dada às relações temáticas, permite a atribuição de um estatuto teórico aos papéis temáticos, assumindo-os como parte de uma teoria gramatical, por exemplo, como postulado na construção do Princípio de Hierarquia Temática. Dessa forma, podemos abranger uma variedade de significados dos itens lexicais e suas composições. A vantagem dessa definição é que de acordo com esse modelo não são os papéis temáticos que fazem parte da hierarquia, mas certas propriedades semânticas que compõem o papel. Assim, o que determina a posição

sintática de um argumento é a propriedade semântica a este relacionada, e não mais noções como *agente*, *paciente* etc.

Na proposta de Cançado (2003), não é necessário estabelecer se é o *beneficiário* ou o *experenciador* o mais proeminente em uma hierarquia, apenas é necessário estabelecer se os papéis temáticos têm ou não determinada propriedade relevante para a sua proeminência. O mais importante é que essa propriedade pode aparecer tanto em um *experenciador*, quanto em um *agente* ou em um *beneficiário*, já que não há uma ordem rígida para os papéis em uma hierarquia, mas sim uma ordem para as propriedades, que são em menor número. O foco da proposta de Cançado (2003) são as propriedades que compõem os papéis temáticos enquanto noções discretas e são essas propriedades que Ciríaco e Cançado (2004) adotam em seu trabalho para a abordagem dos papéis temáticos. Na literatura, as relações temáticas, geralmente, se estabelecem entre o verbo e seus argumentos³⁸, como ilustra o exemplo de Cançado (2003, p. 98):

(42) João quebrou o vaso com um martelo.

Em (42) o verbo *quebrar* atribui o papel temático de agente a *João* e de paciente ao *vaso*. De acordo com a proposta de Cançado (2003), o papel temático atribuído a *João* é o grupo de propriedades semânticas atribuídas a *João*, estabelecidas pelos acarretamentos decorrentes da proposição *João quebrou o vaso com um martelo*. Nessa perspectiva, é possível elencarmos um conjunto de propriedades a partir da análise dessa sentença, tais como: João tem controle sobre o desencadeamento do processo, João teve intenção de quebrar o vaso, João é animado e ainda utilizou um instrumento para a ação. Para a autora, o papel temático do argumento *João* na sentença em (42) é todo esse grupo de propriedades.

A base da proposta de Cançado (2003) é o estudo de Franchi (1997) acerca dos papéis temáticos que, mesmo em

³⁸ Segundo Cançado (2003), há autores como Anderson (1979), Cinque (1980), Torrego (1985) e Giorgio e Longobardi (1991), que estendem a noção de papel temático também aos sintagmas nominais.

outro quadro teórico, vale-se da proposta de Dowty (1989)³⁹, estabelecendo uma definição mais rigorosa para o conteúdo semântico dos papéis temáticos que se definem a partir da família de acarretamentos partilhados por argumentos de “expressões predicadoras”.

Apesar de adotar a ideia da composicionalidade na atribuição de papéis temáticos como proposto por Franchi, a autora distancia-se desse autor que tem como preocupação o estabelecimento de um formalismo para a noção dessa predicação composicional. Diferentemente de Franchi, Cançado não se compromete com esse caráter formal, assumindo simplesmente uma maneira descritiva de se atribuir um conteúdo semântico às noções de papéis temáticos. A autora ressalta que a definição de papel temático dada como a interseção de qualquer conjunto de acarretamentos, ainda deixa um problema em aberto, pois, dessa forma, poderíamos ter uma lista enorme de propriedades. Para que a caracterização empírica do sistema de papéis temáticos do português brasileiro seja possível, é necessário que os acarretamentos que determinam certas propriedades semânticas que compõem o papel temático dos argumentos sejam definidos.

A principal vantagem da definição adotada por Cançado (2003) para os papéis temáticos está na flexibilidade de sua proposta com relação à caracterização desses papéis. A autora propõe três propriedades semânticas principais, relacionadas às três grandes categorias semânticas: *desencadeador* que é relacionado a ações/causações; *afetado* que é relacionado a processos; e *estativo* que é relacionado a estados. O *controle* é uma propriedade compatível com as três propriedades citadas anteriormente, mas que nunca ocorre isolado e está sempre associado à propriedade de animacidade.

³⁹ Cançado (2003) baseia-se inicialmente na proposta de Dowty que decompõe os papéis temáticos em propriedades semânticas, mas assume uma direção inversa do autor que trata os papéis temáticos como uma noção “fuzzy” (não discreta). Ao contrário, o foco maior da proposta de Cançado são as propriedades que compõem os papéis temáticos, enquanto noções discretas.

Sobre a propriedade de *ser desencadeador*, a autora propõe que quando uma proposição acarreta ter algum papel no desenrolar de um processo para determinado argumento, este será um acarretamento que compõe o seu papel temático, e a esse argumento é associada a propriedade de *ser desencadeador*, como vemos nos exemplos apresentados por Cançado (2003. p.103):

- (43) a. A chegada de Paulo assustou Maria.
b. Paulo leu um livro.

A propriedade de *ser desencadeador*, segundo a autora, não deve ser simplesmente comparada ao papel temático de *agente* ou de *causa*, ou a qualquer outro papel temático, já que o papel temático de *agente* está normalmente associado à *intenção* e ao *controle* e embora essas propriedades possam ser compatíveis com *ser desencadeador*, não é o caso de (43a) e (43b). Em geral, a autora considera que o *desencadeador* pode ser compreendido como a propriedade acarretada pelo verbo a seu argumento quando este argumento possui algum papel no desencadear do processo, enquanto *ser afetado* pode ser compreendido como a propriedade de mudança de estado acarretada pelo verbo a seu argumento. Dessa forma, se o verbo acarretar mudança de um estado A para um estado B a um argumento, este será associado à propriedade de *afetado*.

Para Ciríaco e Cançado (2004), a propriedade de *ser desencadeador* é mais provável para o argumento de um verbo inergativo; enquanto a propriedade de *ser afetado* é mais provável para o argumento de um verbo inacusativo. O verbo *chegar*, considerado um verbo inacusativo prototípico pelas autoras, e o verbo *correr*, considerado um verbo inergativo prototípico, ilustram essas propriedades:

- (44) a. *João* chegou de repente.
b. *João* correu ontem.

Em (44a), temos como papel temático de João a propriedade semântica de *afetado*, pois se é verdade que João chegou de repente, é verdade que João mudou de um estado A para um estado B, ou seja, o estado A, em que João não estava presente antes, e o estado B, em que ocorre a chegada de João.

Entretanto, João não desencadeia o processo de chegada, já que o processo desencadeado pelo verbo *chegar* só expressa a perspectiva final do evento, sem mostrar o ponto inicial em que o processo se desenrola. Em (44b), diferentemente do que ocorre em (a), temos como papel temático de João a propriedade de ser *desencadeador* do processo, pois se é verdade que João correu ontem, é verdade que João tem papel no desencadeamento do processo de correr e, sendo verdade que João correu, é verdade também que ele mudou de um estado A para um estado B no espaço. Logo, João também apresenta a propriedade de ser *afetado* como sendo uma das propriedades que compõem seu papel temático. Partindo dos acarretamento das sentenças, podemos classificar o papel temático do argumento do verbo *chegar* como afetado, e o papel temático do argumento do verbo *correr* como o grupo de propriedades desencadeador e afetado.⁴⁰

Na proposta de Cançado (2003), *ser desencadeador* é uma propriedade que pode ser associada a outras propriedades, em um grupo específico de propriedades. Consequentemente, *ser desencadeador* pode ser parte de um *agente*, ou *causa*, ou até mesmo de um *paciente*. É possível até mesmo que um *desencadeador* de um processo mental seja o *desencadeador* e ao mesmo tempo parte de um *experienciador*. Para a autora, a propriedade de ser *desencadeador* é compatível com *controle*. Isso quer dizer que um papel temático pode ter, entre as propriedades que o compõem, ambas as propriedades de *desencadeador* e *controle*; dependendo do evento descrito. Assim, o *controle* mais o *desencadeador* podem ser tomados como a capacidade de se iniciar ou não um processo, sendo que o *controle*, porém, age diretamente no começo do processo. Dessa maneira, as propriedades semânticas assumidas pela autora não podem ser comparadas às noções comuns de papéis temáticos utilizadas na literatura.

⁴⁰ Segundo Ciríaco e Cançado (2004) essa abordagem não fere o critério Theta, proposto por Chomsky, pois cada argumento está recebendo somente um papel temático. Se adotarmos a perspectiva de que papéis temáticos não são noções primitivas, um único papel temático pode ser um grupo de propriedades, ou seja, nada impede que um desencadeador seja também afetado por esse processo. Assim, quem corre também desencadeia a ação de correr.

Outra possibilidade, é a ideia de divisão um evento em dois sub-eventos, ou seja, o que foi feito pelo *desencadeador* e o que resultou dessa ação (cf. CANÇADO, 2003, p. 104):

- (45) a. João quebrou o vaso com um martelo.
 b. João quebrou o vaso original, achando que era falso.
 c. João quebrou o vaso com o empurrão que levou do irmão.

Em (45) temos as sentenças (a) e (b) necessariamente acarretando que *João* é o *desencadeador* do processo e que *João* tem controle sobre o primeiro sub-evento de *quebrar*, independentemente do resultado da ação. Entretanto, a sentença (c) não acarreta que *João* tenha *controle* no desenrolar do processo, embora *João* ainda seja o *desencadeador* do processo de *quebrar*, já que ele tem algum papel no desenrolar do processo.

A propriedade de ser *afetado* é a segunda propriedade investigada por Cançado (2003). Essa propriedade é definida pela mudança de estado, ou seja, toda vez que para um determinado argumento, uma proposição acarretar uma mudança de um estado A para um estado B, sendo este um acarretamento que compõe o papel temático desse argumento, o argumento será associado à propriedade de *afetado*.

A propriedade de ser *afetado* também é compatível com a propriedade de ter *controle*, ou seja, um papel temático pode ter entre as suas propriedades, ambas as propriedades, de *controle* e *afetação*, dependendo do evento descrito. Dessa forma, quando temos ambas as propriedades, *afetado* mais *controle*, podemos presumir também a capacidade de interrupção do processo. Nesse caso, não temos nenhum tipo de controle sobre o começo do processo, mas podemos interromper seu desenrolar, conforme ilustrado no exemplo de Cançado (2003, p. 104):

- (46) João recebeu uma herança.

Nessa sentença, *João* é afetado pelo recebimento de uma herança, já que não tinha herança antes e depois passa a ter. Entretanto, João pode interromper o desenrolar desse processo,

caso queira. Essa diferença pode ser captada comparando a sentença (46) com (47), em que não se pode atribuir a João o controle do processo e sua interrupção:

(47) João recebeu um tapa.

A terceira propriedade apresentada por Cançado (2003) corresponde ao *estativo*. Essa propriedade diz respeito a permanência das propriedades de um argumento em determinado intervalo de tempo t . Dessa forma, quando as propriedades de determinado argumento permanecem as mesmas em um intervalo de tempo $t_1 = t_2 = t_3$, esse argumento é associado à propriedade de ser um objeto estativo, como ilustra Cançado (2003, p. 105) com a sentença em (48):

(48) João leu um livro.

A autora argumenta que se é verdade que em (48) *João leu um livro*, então necessariamente é verdade que *o livro* não se alterou durante todo o processo de leitura, ou seja, permaneceu com as mesmas propriedades durante o processo de leitura durante o tempo transcorrido.

Segundo Cançado (2003), se adotarmos a definição de papéis temáticos como sendo um grupo de propriedades conforme sua proposta, todos os papéis ilustrados em (49) terão em comum a propriedade de ser estativo dentro da proposição em que se encontram, além de outras propriedades mais específicas, como vemos em Cançado (2003, p. 105):

- (49)
- a. *João* tem uma casa (possuidor)
 - b. *João* adora festas (experenciador)
 - c. Maria leu *o livro* (objeto)
 - d. Esse livro custa *100 reais* (valor)
 - e. Essa casa apresenta *uma linda arquitetura* (qualidade)
 - f. O menino atravessou *o rio* (locativo)

Dessa forma, podemos pensar que não existe uma única propriedade, mas vários tipos de propriedades estativas, sendo esta a mais relevante para estabelecermos o Princípio da Hierarquia Temática. Além disso, a autora argumenta que o

estativo também é uma propriedade compatível com *controle*. Disso decorre que, em alguns casos, é possível interrompermos o estado em que alguém se encontra, mesmo se não tivermos o controle sobre o começo ou sobre o desenrolar desse processo, como no caso de proposições que expressam estados psicológicos, como no exemplo (50), em que João possui controle sobre a situação:

(50) João não vai mais odiar José; ele decidiu.

Cançado (2003) propõe que as propriedades de ser *desencadeador*, *ser afetado*, *estativo* e *controle*, são propriedades semânticas relevantes para a organização da estrutura sintática, pelo menos para o português brasileiro. Outro importante diagnóstico semântico para a identificação dos verbos inacusativos diz respeito à noção de aspecto.

2.5.2 O aspecto

Os verbos e os sintagmas verbais expressam determinadas relações e propriedades com características bem precisas e recorrentes nas línguas do mundo. Chierchia (2003) argumenta que essas relações e propriedades podem ser reunidas em várias classes, chamadas classes acionais. Segundo o autor, são três as classes acionais principais.

A primeira delas inclui verbos que descrevem eventos dotados de um ponto de culminação intrínseco, tais como os verbos *chegar* ou *encontrar*. A segunda classe é composta por verbos que descrevem ações ou processos que não têm um ponto de culminação inerente e que, portanto, podem ser interrompidos a qualquer momento ou prolongados indefinidamente, como é o caso do verbo *caminhar*. Há ainda uma terceira classe de verbos e predicados que descrevem estados, como *ser loiro* ou *saber português*. Essas descrições expressas pelos verbos geram acontecimentos que podem ser classificados como *télicos* ou *atélicos*, seguindo uma classificação determinada por certos critérios.

A literatura, de forma geral, estabelece que os verbos denotam conjuntos de coisas ou relações e trazem consigo

semanticamente a ideia de uma ação ou um estado. Porém, nem todos os verbos denotam a mesma ação, o mesmo evento. No caso de uma atividade, uma corrida por exemplo, podemos pegar qualquer parte mínima da corrida que ainda assim temos garantida sua realização. Simplificando, qualquer parte própria de corrida é corrida. Isso decorre das atividades serem consideradas atélicas.

Num evento atélico, qualquer pedaço mínimo do evento já garante sua realização, pois o pedaço do evento é completo em si. Em outras palavras, uma parte de corrida é também corrida, da mesma forma, sua soma também é corrida. Assim temos: corrida + corrida = corrida. Nas sentenças a seguir é possível observar alguns padrões:

- (51) a. *João teve dor de cabeça em 40 min.
 b. João teve dor de cabeça por 40 min.
 c. *João correu em 40 min.
 d. João correu por 40 min.

Em (51a) nota-se que apesar de ser uma sentença possível no português brasileiro, afirmar que alguém teve dor de cabeça em 40 minutos torna a sentença inaceitável do ponto de vista semântico e pragmático. Ter dor de cabeça é um processo no qual qualquer parte do evento observado é o próprio evento, por isso é algo durativo e pode ser considerado atélico. O mesmo é observado em (51c) em que o verbo *correr* é uma atividade e, assim sendo, é um processo atélico. As sentenças (51b) e (51d), no entanto, não trazem esse problema de interpretação, já que ter dor de cabeça e correr por 40 minutos, trazem consigo a ideia de duração de um evento que não precisa ter um ponto final de culminação. Nesses casos, podemos observar qualquer parte do evento e ainda assim, olharmos para o evento em si. Essa noção de telicidade é necessária para compreendermos a segunda propriedade semântica apresentada como diagnóstico por Ciríaco e Cançado (2004).

As autoras recorrem à classificação de Vendler (1967) para explicitação da rede aspectual. Baseada nessa classificação, os verbos podem ser classificados em quatro classes aspectuais: estativos, atividades, *achievements* e *accomplishments*. O foco das autoras recai sobre as atividades e sobre os *achievements*. Os *achievements* são verbos pontuais,

não durativos, que se referem apenas ao ponto final do evento. Os verbos de atividades são caracterizados por se referirem ao tempo transcorrido desde o início do evento, sendo durativos, mas atélcos, ou seja, não visam alcançar o ponto final do evento em questão, podendo até mesmo exprimir uma leitura repetitiva. Quanto aos verbos inacusativos, as autoras argumentam que podem ser entendidos como verbos que visam apenas o ponto final do evento, apresentando características ligadas a eventos não durativos, que formem predicados de *achievements*.

O teste utilizado pelas autoras para capturar a propriedade semântica do aspecto foi baseado em Vendler (1967) e Dowty (1979), dentre outros. A principal característica do teste consiste em adicionar a expressão “*por X minutos*” à sentença⁴¹. Essa expressão é aceita por predicados de *atividade*, mas não por predicados de *achievement*, constituindo um diagnóstico semântico para verificação da inacusatividade. Sendo assim, é esperado que o verbo *chegar*, que é inacusativo, não aceite o adjunto “por X tempo” como ocorre em (52a); enquanto o verbo *correr*, que é inergativo, aceite:

- (52) a. *João chegou por 15 minutos.
b. João correu por 15 minutos.

⁴¹ Segundo Ilari e Basso (2004), expressões durativas, como “por X tempo”, fazem alusão apenas ao tempo transcorrido desde o início do evento, mas não ao final dele. São expressões que não consideram o ponto final, não sendo aceitas por eventos télicos. Logo em:

- (i) “O João cantou por 15 minutos”

podemos ter a leitura do tempo transcorrido desde o início do evento de cantar; mas em

- (ii) “A menina adoeceu de dengue por 15 minutos”, essa leitura não é possível.

Basso (2007), em sua dissertação de mestrado, argumenta que os *achievements*, apesar de serem télicos, não são compatíveis com “por X tempo” e isso teria a ver com duratividade, já que os *achievements* não são durativos, como vemos no exemplo apresentado pelo autor:

- (iii) “?? João chegou no trabalho por 15 minutos”.

Isso decorre de a ação do verbo *chegar* ser pontual e não aceitar a expressão durativa. Já o verbo *correr*, que é durativo, aceita uma expressão como “em X tempo” que denota a duração do evento. Podemos representar essa diferença entre os verbos da seguinte forma:

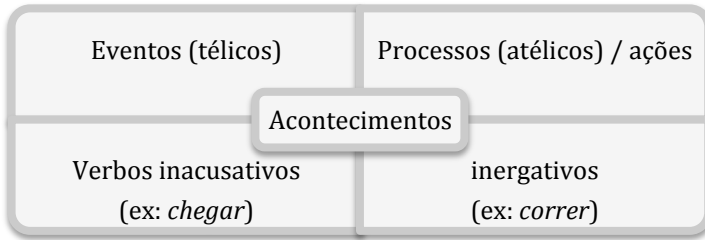


Fig. 2.6: Relação entre telicidade e tipo de verbo - elaborado pela autora com base em Basso (2007)

A figura 2.6 ilustra a relação entre inacusatividade e telicidade. Vejamos outros exemplos de Ciríaco e Cançado:

- (53) a. ?O João morreu por 15 minutos.
 b. O João andou por 15 minutos.
 c. *A flor apareceu no jardim por minutos.
 d. O João pulou por 15 minutos.

Os verbos *andar* e *pular* são verbos de atividade e possuem argumentos que são desencadeadores da ação. Portanto, são verbos inergativos. As sentenças com os verbos *morrer* e *aparecer* não possuem argumentos desencadeadores da ação e são considerados *achievements*. Logo, são classificados como inacusativos. Como a expressão “por 15 minutos” pressupõe duração do evento, os verbos inacusativos não são compatíveis com essa construção.

2.6 Diagnósticos sintáticos

2.6.1 A posposição do sujeito

Segundo Ciríaco e Cançado, a ordem posposta do sujeito em relação ao verbo é aceita mais facilmente por verbos inacusativos, o que, segundo as autoras, torna a posposição uma forte evidência de inacusatividade do verbo no PB. Essa característica é utilizada como uma das propriedades que compõem os verbos inacusativos e que fazem parte do feixe de propriedades caracterizadoras desses verbos. Entretanto, esse teste nem sempre é indicativo de inacusatividade, como apontado pelas próprias autoras, já que não pode ser aplicado em cem por cento dos casos, conforme contraste ilustrado nas sentenças em (54):

- (54)
- a. Saiu um menino lá da sala.
 - b. Adoeceu uma criança na escola.
 - c. ? Nadou um menino na piscina.
 - d. ? Caminhou uma moça na lagoa.

Observamos que a posposição é aceita de forma mais natural quando o verbo é inacusativo, como *sair* (inacusativo menos prototípico) e *adoecer* (inacusativo prototípico). Já com verbos inergativos, como *nadar* e *caminhar*, a posposição não é aceita de forma natural, como observamos em (54c) e (54d).

2.6.2 A indeterminação do sujeito

Outro diagnóstico sintático utilizado por Ciríaco e Cançado é o da indeterminação do sujeito⁴². A indeterminação é uma propriedade restrita aos verbos que possuem sujeito profundo, ou seja, aos verbos que selecionam um argumento externo, característica ligada à classe dos inergativos. As autoras utilizam esse teste com verbos inacusativos e inergativos:

⁴² A indeterminação do sujeito já havia sido utilizada por Belletti & Rizzi (1988) para os verbos psicológicos considerados inacusativos.

- (55) a. *Chegaram muito ontem.
 b. *Chegou-se muito ontem.
 c. Correram ontem na lagoa.
 d. Correu-se muito ontem na lagoa.
 e. Caíram lá de cima.
 f. *Caiu-se lá de cima.

De fato, as autoras mostram que predominantemente verbos como *chegar* não aceitam a indeterminação e verbos como *correr* aceitam-na naturalmente. Embora alguns verbos possam apresentar um comportamento misto, como é o caso do verbo *cair* (inacusativo menos prototípico).

2.6.3 O participio absoluto

Ciríaco e Cançado empregam o participio absoluto como o último diagnóstico de inacusatividade aplicado aos 40 verbos analisados por elas. Como visto na seção anterior, Eliseu (1984) também utilizou o participio absoluto como teste de inacusatividade, assumindo que os verbos inacusativos admitiam que o participio aparecesse como predicativo, adjunto do nome e, principalmente, em construções absolutas, sendo estas construções uma evidência para o fenômeno. De acordo com a análise realizada por Ciríaco e Cançado, os verbos inacusativos aceitam a formação com o participio absoluto enquanto os inergativos não aceitam, conforme exemplos propostos pelas autoras com verbos prototípicos dessas duas classes:

- (56) a. Chegadas as cartas, pude descobrir a razão de tanta tristeza.
 b. Aparecidos os instrumentos, pudemos começar a operação.
 c. * Corridos os atletas, a prova acabou.
 d. * Nadado o nadador, a competição acabou.

Com base na análise dos verbos do PB, as autoras atestam que não há uma homogeneidade no comportamento desses verbos. Porém, como ressaltado por elas, há uma

tendência de a maioria dos verbos se comportarem de maneira uniforme, aceitando ou não todas as propriedades investigadas. Com isso, os verbos podem ser classificados como mais prototípicos ou menos prototípicos.

2.7 Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentamos a Hipótese Inacusativa, formulada inicialmente no âmbito da gramática relacional, por Perlmutter (1978). Essa hipótese serviu como base para o trabalho de diversos autores que buscaram explicar o comportamento diferenciado dos verbos inacusativos em relação aos verbos intransitivos. Em relação a Perlmutter, fica fortalecida a ideia de construções intransitivas inacusativas em oposição às intransitivas inergativas. No primeiro caso, o DP que acompanha o verbo tem um grau baixo de subjetividade, muito próximo ao estatuto de objeto, quando ao contrário, a construção é considerada inergativa.

Eliseu (1984), seguindo um conjunto de princípios formulados no âmbito da Gramática Gerativa, mostra que, no PE, o constituinte nominal em posição de sujeito nas construções inacusativas é um elemento subcategorizado pelo verbo e apresenta diversos testes sintáticos utilizados para a identificação e caracterização das construções inacusativas. Tanto Eliseu (1984) quanto Burzio (1986) partem de uma abordagem sintática da inacusatividade, embora reconheçam que pode haver correspondência entre o significado dos verbos e sua caracterização como inacusativo ou como inergativo. Esses testes são retomados por Nascimento (2002) em seu estudo sobre o PB e servem para comprovar que os verbos inacusativos constituem uma classe à parte de verbos nessa língua. A análise feita por Nascimento (2014) retoma o estudo feito em (2002) e mostra que mesmo os verbos inacusativos não constituem uma classe homogênea, existindo duas categorias de verbos inacusativos, a dos inacusativos primitivos e a dos inacusativos derivados.

Por fim, na última seção, apresentamos alguns diagnósticos sintáticos e semânticos propostos por Ciríaco e

Cançado (2004) para identificação dos verbos inacusativos no PB. Para as autoras, as propriedades que caracterizam os verbos em determinada classe podem oscilar, ora tendendo para inacusatividade, ora para inergatividade. Com o intuito de dar tratamento adequado à classe dos verbos inacusativos, as autoras propõem uma classificação baseada em prototipicidade, agregando a essa classificação tanto características semânticas quanto sintáticas. Nessa proposta, não existe uma delimitação discreta entre as classes de verbos inergativos e inacusativos no PB, mas sim, uma classificação prototípica.

A partir dos estudos da inacusatividade apresentados neste capítulo, partimos da ideia de que os verbos monoargumentais não constituem uma classe homogênea e assumimos, indo na mesma direção das autoras, que a classe dos verbos inacusativos pode apresentar diferenças tanto sintáticas quanto semânticas. A nomenclatura por nós adotada neste trabalho toma a divisão dos verbos monoargumentais em inacusativos e inergativos.

A seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para a análise dos dados analisados pelo programa estatístico, refinando as hipóteses para cada grupo de fatores e para as variáveis dependentes. Nas últimas seções, apresentamos os resultados gerais e os resultados obtidos em cada período de tempo, descrevendo e analisando esses resultados para cada variável dependente.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Introdução

Este capítulo tem por objetivo apresentar os procedimentos metodológicos que foram utilizados na condução desta pesquisa bem como descrever e analisar os resultados obtidos na análise estatística dos dados selecionados para este estudo. A primeira seção é dedicada à caracterização da amostra, ao tratamento estatístico dos dados, ao envelope de variação, ao delineamento de hipóteses específicas para as variáveis dependentes - ordem do sujeito e preenchimento do sujeito - e aos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos controlados para cada uma das variáveis. A segunda seção é destinada à descrição dos resultados gerais e dos resultados por período de tempo obtidos na análise por meio do programa computacional GOLDVARB YOSEMITE e à verificação das hipóteses levantadas para cada variável. A terceira seção traz uma análise comparativa dos resultados encontrados para as duas variáveis dependentes.

3.2 A seleção dos documentos que compõem o *corpus*

A amostra selecionada para esta pesquisa é composta por *cartas de leitores* e *anúncios* de jornais publicados nos séculos XIX e XX, das regiões do planalto serrano e litorânea catarinenses, mais especificamente, dos municípios de Lages e de Florianópolis⁴³. Essa amostra faz parte do banco de dados do projeto **Para a História do Português Brasileiro de Santa Catarina** (PHPB-SC), que é um projeto que visa pesquisar e catalogar documentos para composição de um *corpus* de apoio

⁴³ Algumas cartas de leitor pesquisadas e classificadas como sendo de Florianópolis, muitas vezes, eram citadas como Desterro. Como se trata da mesma região, optamos, no momento da categorização dos dados, por manter a mesma nomenclatura.

ao estudo da história social e linguística da escrita catarinense nos séculos XIX e XX. O *corpus* impresso de Santa Catarina utilizado nesta pesquisa é parte de um *corpus* nacional, composto por digitalizações de documentos impressos e manuscritos de diversos estados brasileiros, que está sendo disponibilizado para estudos linguísticos.

Depois de editados, os documentos selecionados são disponibilizados por meio digital⁴⁴ para que possam ser utilizados em pesquisas linguísticas que visem a estudar determinado fenômeno na escrita do português brasileiro. Parte do *corpus* utilizado nesta tese, referente à região de Florianópolis, já está disponibilizado no site.

Normas de Edição PHPB

Versão Nova de 2010
contemplando especificidades
para edições de impressos e
de manuscritos.

Plataforma de Corpora PHPB

A Plataforma de CORPORA do
PHPB sistematiza TODOS os
materiais editados pelos
membros do Projeto. A Prévia
do CORPUS MÍNIMO COMUM
e do CORPUS
DIFERENCIAL, aqui presente é
uma parcela do conjunto maior
em que se constitui a
Plataforma.

Equipes Regionais do PHPB

13 equipes regionais: Alagoas,
Bahia, Ceará, Mato Grosso,
Mines Gerais, Pará-Oeste,
Paraíba, Paraná, Pernambuco,
Rio Grande do Norte, Rio de
Janeiro, Santa Catarina e São
Paulo.

Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB) >

CORPORA IMPRESSOS - Séculos XIX e XX

[IMPRESSOS ALAGOAS](#)
[IMPRESSOS BAHIA](#)
[IMPRESSOS CEARÁ](#)
[IMPRESSOS MINAS GERAIS](#)
[IMPRESSOS PARÁ](#)
[IMPRESSOS PARAÍBA](#)
[IMPRESSOS PARANÁ](#)
[IMPRESSOS PERNAMBUCO](#)
[IMPRESSOS RIO GRANDE DO NORTE](#)
[IMPRESSOS RIO DE JANEIRO](#)
[IMPRESSOS SANTA CATARINA](#)
[IMPRESSOS SÃO PAULO](#)

Subpáginas (12): [IMPRESSOS ALAGOAS](#) [IMPRESSOS BAHIA](#) [IMPRESSOS CEARÁ](#) [IMPRESSOS MINAS GERAIS](#) [IMPRESSOS PARÁ](#) [IMPRESSOS PARAÍBA](#) [IMPRESSOS PARANÁ](#) [IMPRESSOS PERNAMBUCO](#) [IMPRESSOS RIO DE JANEIRO](#) [IMPRESSOS RIO GRANDE DO NORTE](#) [IMPRESSOS SANTA CATARINA](#) [IMPRESSOS SÃO PAULO](#)

[Fazer login](#) | [Atividade recente no site](#) | [Denunciar abuso](#) | [Imprimir página](#) | Tecnologia [Google Sites](#)

Fig. 3.1: Imagem do site PHPB nacional com os estados brasileiros que compõem os corpora, incluindo Santa Catarina

⁴⁴ Parte do corpus utilizado está disponível em:
<https://sites.google.com/site/corporaphpb/>

As amostras do banco de dados do PHPB-SC pesquisadas com dados oriundos de documentos de Florianópolis foram coletadas nos arquivos da Biblioteca Pública de Santa Catarina, da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Os jornais utilizados desses arquivos foram: O Despertador, O Argos, O Dia, A Regeneração, Gazeta de Joinville, Jornal República, Jornal do Commercio, Jornal Legalidade, Jornal O Estado, O Novo Iris, O Rebate, Diário da Tarde, O Albor, Imprensa Nova, Jornal de Santa Catarina, Diário Catarinense e Jornal A Notícia, todos da região litorânea de Santa Catarina. Já os arquivos pesquisados com documentos provenientes de Lages originam-se do Arquivo e Museu Histórico Thiago de Castro e da Biblioteca Pública Municipal de Lages. Os jornais utilizados desses arquivos foram: O Lageano, Gazeta de Lages, Região Serrana, O Imparcial, O Planalto, A Época, Correio de Lages, Guia Serrano, Cruzeiro do Sul, O Município, Jornal da Serra, Jornal de Lajes e Correio Lageano, todos da região do planalto catarinense.

O gênero *carta do leitor*, embora mais formal que a carta pessoal, é caracterizado por possuir os mesmos elementos constitutivos da carta pessoal mas, em geral, não consegue fornecer ao pesquisador algumas informações importantes sobre os informantes, como sexo e idade dos autores dessas cartas. Outra diferença entre esses dois gêneros é que as cartas pessoais geralmente são manuscritas enquanto as cartas ao redator e os anúncios são impressos.

Com relação à amostra utilizada nesta pesquisa, a única informação de que dispomos é de que as cartas de leitores e os anúncios que compõem a amostra foram escritos por diferentes pessoas e destinados aos redatores dos jornais desses municípios. O público leitor dessas cartas era, em sua maioria, formado por moradores dessas regiões, sendo que na amostra da região do planalto serrano, havia também cartas de leitores da região de Campo Bello e adjacências; enquanto na amostra da região litorânea, havia também cartas de leitores das regiões de Brusque, São Francisco e Laguna.

O conteúdo das cartas de leitores era bem variado, abordando desde notícias sobre disputas políticas ou de terras até retratos da vida social, cultural e esportiva das regiões de Lages e Florianópolis. O conteúdo dos anúncios, geralmente

girava em torno de vendas de produtos, cobranças de dívidas, comercialização e notificação sobre fuga de escravos. Dentre os anúncios, havia também alguns com propagandas de empresas e serviços. Em nossa análise, optamos por agrupar os dados provenientes de cartas do leitor e anúncios, devido aos poucos dados provenientes de anúncios em cada período quando comparados aos dados provenientes de cartas de leitores. No anexo II, trazemos um exemplo de carta de leitor e de anúncio das regiões utilizadas neste estudo.

Apenas para ilustrar a forma como foram levantados os dados para análise, mostramos, a seguir, dois trechos que foram retirados de cartas de leitores dos municípios de Lages e Florianópolis em que destacamos os verbos *aparecer* e *sair* utilizados em nossa análise, nos quadros 3.1 e 3.2 respectivamente:

[p. 1] APEDIDO || Illustre Director da Gazeta. || Estou fatalmente condem[n]a- | do ao silencio: -a sizuda criti- | ca reprime implacavel o meu | idealismo ! || Ha poucos mezes appareceu | nas columnas do extincto Lage- | ano um rival de Bellagarde | com mesquinha satyra á – he- | catombe. || Agora um outro eminente a- | nalytico e vosso novel collega, | chegou tacitamente á conclusão | de que eu, em outro artigo sob | a epigraphe de Gratas impres- | sões, contido em vosso periodico | de 23 de Agosto findo, compa- | rei os habitantes dessa Cidade | com o gado suino aqui dos pa- | gos ! || Ora taes resultados são com ef- | feito para emmudecer um humil- | de cultor das lettras como eu - || Preparam o espirito publico á | prevenção, e se não emprehen- | der-se uma util retirada, o pati- | bulo se armará ante as vocifera- | ções desses apóstolos da sciencia. || Não volto mais, amigo re- | dactor, emquanto dominarem | esses Esculapios prodigiosos da | sã Litteratura, que até sem bis- | turi já chegam a descobrir a na- | tureza do veneno que corre em | suas veias, e que escarn[e]cem | estoicos dos vãos primeiros do | pensamento, fitando a immen- | sidade. || E depois os improvisados | criticos não commentam o es- | boço litterario, não [a]pontam a | verdadeira senda, e fica um as- | pirante a conjecturar o funda- | mento de suas reprovações, sem | jamais encontrar as causas de | ter sido incomprehensivel e de- | sagradavel, e portanto sem me- | ios de correcção e prova. || Ora uma lucta destas é esteril | e prejudicial. [...]

Quadro 3.1: Carta de um leitor do jornal “Gazeta de Lages” do município de Lages para o redator do mesmo jornal, publicada em outubro de 1892.

*[...] É de- | sagradável amigo, um ser como | eu que o meu
vencimento mal dá | para atender minhas necessida- | des
primárias e agora estou com- | pletamente limpo. Como
poderei | chegar a presença de minha es-|posa e meus
filhinhos que estão | a minha espera como quem es-|pera
Deus. || — Verificando a realidade do | fato que me relatou
Ricardo, e | como sempre fui piedoso meti as | mãos no
bôlso escolhi uma nota | de Cruzeiros \$ 5.000 e dei ao
coitado pa-|ra procurar safar-se na presen-|ça de seus
entes queridos. || — Despetindo-me de Ricardo, | embora
fui, pensando em levar | a público o que está se passando |
naquela ARAPUCA clandestina | situada bem no coração da
cida-|de sem que as autoridades conhe-|çam a realidade da
miserável si-|tuação daqueles que ali vão na | esperança de
uma sorte que ja-|mais terão. É um absurdo dei-|xar a
mercê daqueles aquela fon-|te ilegal de conseguir dinheiro.
| É alarmante. É insuportável co-|nhecer êsse fato sem levar
ao co-|nhecimento das autoridades do | que está se
passando que sòmen-|te com esta poderá cerras as por-|tas
daquela ARAPUCA clandes-|tina que atrai para ali dezenas |
de cidadãos que entram com di-|nheiro e saem sem eles.
[...]*

Quadro 3.2: Carta de um leitor do jornal “A Nação” de Florianópolis para o redator do mesmo jornal, publicada em agosto de 1965.

As regiões do planalto serrano e litorânea do estado de Santa Catarina foram escolhidas devido à representatividade local que apresentavam no estado na época em que foram publicados os jornais utilizados na pesquisa. Lages foi escolhida por se tratar de uma região importante na história do estado e o município de Florianópolis por ser a capital do estado de Santa Catarina, sendo a distância entre as duas cidades em torno de 225 Km. A colonização açoriana na região litorânea, especialmente no município de Florianópolis, e a colonização paulista no planalto catarinense, especialmente em Lages, começaram em meados do século XVIII.

A ocupação dos Campos de Lages e de seu limite geográfico começou a ser viabilizada a partir das articulações da

coroa portuguesa, em 1720, para abertura de uma estrada que ligasse o sul pelo interior, a partir do Sertão de Curitiba. Lages foi fundada pelo bandeirante paulista Antônio Correa Pinto, que chegou ao "Sertão das Lagens" em 1766 (oficializada em 1771). Segundo Corrêa (2012), o Continente das "Lagens", como era conhecido, pertenceu à província de São Paulo até 1820, época em que foi desanexada da Província de São Paulo. A identidade do povo serrano foi fortemente influenciada pelos tropeiros viajantes que saíam de São Paulo rumo ao Rio Grande do Sul e vice-versa e também pela forte presença dos padres Franciscanos no município, presentes desde a sua fundação. Já Desterro, ou Vila de Nossa Senhora do Desterro, foi fundada em 1726, período em que se tornou independente. Nessa época, no litoral, havia três pequenos núcleos habitacionais principais: São Francisco, Desterro e Laguna. Vinte anos mais tarde, com o início da colonização açoriana, a ilha passou a ter maior ocupação populacional, principalmente com o impulso ocasionado pela falta de terras disponíveis para produção na ilha dos Açores, o que acabou estimulando a vinda de imigrantes açorianos para o litoral catarinense. Em 1894, Desterro passou a ser chamada oficialmente de Florianópolis, como forma de homenagem ao Marechal Floriano Peixoto.

Esse olhar, mesmo que breve, para a formação dos municípios serve para nos situarmos quanto às regiões onde foram coletados os documentos pertencentes ao acervo do PHPB-SC utilizados nesta pesquisa, já que não temos acesso às informações sociais das pessoas que escreviam para esses jornais como idade, sexo e profissão, sendo as informações extralinguísticas, como data e local, as únicas de que dispomos.

3.2.1 As variáveis dependentes

Assumimos como variáveis dependentes neste estudo a variação interna da ordem dos constituintes e do preenchimento do sujeito em construções verbais, contendo verbos inacusativos e inergativos, ao longo dos períodos selecionados. As construções com verbos inacusativos e inergativos foram divididas em prototípicas e menos prototípicas. As construções contendo verbo existencial foram separadas das construções com verbos inacusativos prototípicos, devido aos resultados

categoricos apresentados pelo verbo existencial em diversos estudos. As construções passivas inacusativas também foram utilizadas nesse estudo e categorizadas separadamente das inacusativas prototípicas. Embora nosso foco de estudo recaia sobre as construções inacusativas, observaremos também os dados contendo verbos inergativos com o intuito de compararmos o comportamento das variáveis estudadas em relação às duas classes de verbos considerados tradicionalmente como sendo intransitivos.

A análise está, portanto, centrada em sentenças declarativas monoargumentais, sendo a análise dos dados realizada de três formas distintas. Primeiramente, tratamos de fazer uma rodada geral, considerando apenas as construções da variável ordem do sujeito, que apresentam sujeito preenchido posposto e anteposto ao verbo, ou seja, VDP *versus* DPV, excluindo dessa análise os dados referentes ao sujeito nulo. Em seguida, procedemos a rodadas separadamente dentro de cada um dos três períodos selecionados, uma com a variável ordem do sujeito, contendo as variantes VDP *versus* DPV, e outra com a variável preenchimento do sujeito, contendo as variantes sujeito nulo *versus* sujeito preenchido. Nesse último caso, o sujeito preenchido controlado contém as ocorrências de VDP e DPV da primeira rodada que se apresentam com sujeitos definidos (excluindo-se dessa rodada os sujeitos indefinidos e genéricos). Sendo assim, temos as seguintes configurações:

1ª Etapa: rodada geral, com a análise da ordem do sujeito – que se realiza com as variantes sujeito posposto *versus* sujeito anteposto (VDP *versus* DPV)

2ª Etapa: rodadas específicas, com a análise da ordem do sujeito – que se realiza com as variantes sujeito posposto *versus* sujeito anteposto (VDP *versus* DPV), por período de tempo: século XIX (período de 1851 – 1900), século XX-I (período de 1901 a 1950) e século XX-II (período de 1951 a 2000).

3ª Etapa: rodadas específicas com a análise do preenchimento do sujeito – que se realiza com as variantes sujeito nulo *versus* sujeito preenchido (V *versus* DPV/VDP), por período de tempo: século XIX (período de 1851 - 1900), século XX-I (período de 1901 a 1950) e XX-II (período de 1951 a 2000).

Na primeira rodada estatística, investigamos quais os fatores linguísticos e extralinguísticos condicionam a ordem VDP. Nossa hipótese mais geral é de que haja maior produtividade de DPV em relação à VDP no século XX do que havia no século XIX, já que a posposição do DP em relação ao verbo vem se mostrando cada vez menos frequente no PB e, dessa forma, acreditamos também que haja uma diminuição de VDP na segunda metade do século XX em relação à primeira metade do século XX.

Feito esse levantamento estatístico geral, e observando que o tempo é fator bem significativo, fizemos uma análise mais detalhada dessa variável por período de tempo, uma rodada em cada um dos períodos (XIX, XX-I e XX-II) – num total de três rodadas. Nossa hipótese é de que no século XIX não haja restrições significativas com relação à ordem VDP, enquanto no século XX (nos períodos XX-I e XX-II) as restrições vão aumentando, chegando ao final do século com a ordem VDP restrita a inacusativos prototípicos e existenciais.

Como já apontamos, a possibilidade de o português apresentar a ordem VDP é uma característica das línguas de sujeito nulo, por isso, na medida em que o português se torna uma língua com menor tendência à ordem VDP deve diminuir também a tendência ao sujeito nulo. Para verificarmos em que medida esses dois fenômenos estão correlacionados – ordem e preenchimento – optamos por uma outra etapa metodológica do trabalho, uma análise estatística, considerando o sujeito expresso (SV/VS) e o sujeito nulo em cada um dos períodos investigados (XIX, XX-I e XX-II), num total de três rodadas na terceira etapa.

Nossa hipótese mais geral com relação à frequência para essa rodada é de que haja uma diminuição do sujeito nulo com o passar dos séculos, devido à tendência de o PB exibir mais sujeito pleno do que sujeito nulo com o passar do tempo, como muitos estudos linguísticos já apontaram. Essa mudança provavelmente está atrelada à mudança que se observa no paradigma pronominal com a entrada de alguns pronomes no PB.

De modo geral, acreditamos que a mudança linguística esteja relacionada à queda das seguintes possibilidades de uso:

posposição do DP e sujeito nulo, conforme ilustram os exemplos (1a) e (1b), respectivamente:

(1) a. Não **sahindo elles** da Laguna, cousa admiravel! Aparecem chegados da Europa cheios de luzes e progressos (XIXF43)

b. Não sahindo elles da Laguna, cousa admiravel!
Aparecem chegados da Europa cheios de luzes e progressos (XIXF43)⁴⁵

3.2.2 Os grupos de fatores condicionadores

O *corpus* utilizado nesta análise é formado por textos de jornais provenientes da amostra PHPB-SC dos séculos XIX e XX. Deste *corpus*, levantamos um total de 971 dados, sendo 332 ocorrências de sujeito nulo e 639 de sujeito preenchido, para as duas variáveis dependentes. O conjunto de dados contendo sujeito preenchido é composto por 219 ocorrências de posposição e 420 ocorrências de anteposição do DP. Esses dados foram categorizados a partir de dez grupos de fatores e posteriormente quantificados com o auxílio do programa computacional **GOLDVARB YOSEMITE** (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2015, versão para Macintosh).

A categorização dos dados foi realizada com base em informações colhidas da literatura, utilizando alguns estudos teóricos sobre a ordem dos constituintes e sobre o preenchimento do sujeito, que nos permitiram vislumbrar quais os possíveis condicionadores do fenômeno em estudo. A análise quantitativa das variáveis busca verificar aspectos relativos às forças internas e externas que atuam no favorecimento da ordem VDP e do sujeito nulo. A análise está inserida nos pressupostos

⁴⁵ Em nossa análise consideramos, muitas vezes, a mesma sentença para a análise do sujeito posposto e para a análise do sujeito nulo, como observamos nos exemplos (1a) e (1b) em que consideramos a sentença contendo o DP *elles* posposto ao verbo *sair* em (1a) e consideramos a mesma sentença na análise em (1b) como exemplo de sujeito nulo do verbo *aparecer*.

da Sociolinguística Histórica, que estuda o desenvolvimento das línguas no decorrer do tempo, verificando de que forma e em que condições as mudanças linguísticas ocorrem (cf. LABOV, 1994; CONDE SILVESTRE, 2007).

Nesta seção, passamos a apresentar os grupos de fatores a serem considerados na análise das variáveis dependentes. Os grupos de fatores foram escolhidos a partir de nossas hipóteses mais gerais sobre quais desses grupos poderiam favorecer ou não a ocorrência de posposição do DP e de sujeito nulo em construções inacusativas e inergativas. A elaboração das hipóteses para cada grupo de fatores foi baseada em resultados apontados por pesquisas anteriores acerca dos objetos em estudo (cf. DUARTE, 1993; PONTES, 1986; BERLINCK, 1988; COELHO, 2000; SANTOS e SOARES DA SILVA, 2012; GRAVINA, 2014). Os grupos de fatores escolhidos⁴⁶ para a análise são:

- Natureza do verbo monoargumental
- Animacidade do DP
- Traços de definitude e de especificidade do DP
- Forma de realização do DP
- Pessoa do discurso
- Forma verbal
- Material interveniente entre V e DP
- Item lexical
- Localidade
- Data do *corpus*

Apresentamos abaixo os grupos de fatores utilizados em todas as rodadas estatísticas, seguidos de um exemplo para cada um dos fatores e também de nossas hipóteses.

⁴⁶ Embora o grupo de fatores construção da sentença seja relevante para o fenômeno do preenchimento do sujeito, utilizaremos, neste estudo, apenas os grupos de fatores que inferimos que sejam relevantes para ambos os fenômenos, ordem dos constituintes e preenchimento do sujeito.

3.2.2.1 *Natureza do verbo monoargumental*

O grupo de fatores *natureza do verbo monoargumental* foi categorizado com base nas características semânticas e sintáticas propostas por Ciríaco e Cançado (2004),⁴⁷ apresentadas no segundo capítulo, porém, com a inclusão das construções passivas inacusativas⁴⁸ e das construções contendo verbo existencial⁴⁹ como duas categorias distintas das construções inacusativas consideradas prototípicas. Relembramos, brevemente, quais são essas características semânticas e sintáticas apresentadas pelas autoras para a classificação dos verbos como sendo inacusativos e inergativos mais prototípicos e menos prototípicos:

- Verbos inacusativos prototípicos: são os verbos que não aceitam um desencadeador em sua rede temática; são considerados *achievement*; não aceitam a indeterminação do sujeito e aceitam construções com o particípio absoluto;

- Verbos inacusativos menos prototípicos: são os verbos que possuem a maioria das características dos inacusativos prototípicos, porém podem apresentar algumas características comuns aos verbos inergativos menos prototípicos;

⁴⁷ Excluímos dessa lista de características apresentadas pelas autoras a posposição do sujeito, já que essa característica é uma de nossas variáveis dependentes.

⁴⁸ A sentença na voz passiva é também um tipo de construção inacusativa em que o agente é retirado da posição de argumento externo e que o particípio passivo não atribui Caso acusativo (cf. Kato e Mito, 2015). Nesse tipo de construção, o constituinte interpretado como sujeito representa o argumento interno do verbo e recebe o papel temático de tema.

⁴⁹ Os inacusativos existenciais são os verbos inacusativos classificados como primitivos (cf. NASCIMENTO, 2014) e que selecionam um DP como argumento. Esse grupo de verbos são considerados inacusativos prototípicos, mas por apresentarem a posposição do DP de forma quase que categórica, optamos por separá-los em uma categoria distinta dos demais verbos inacusativos prototípicos.

- Verbos Inergativos prototípicos: são os verbos que possuem um desencadeador em sua rede temática; são considerados verbos de atividade; aceitam a indeterminação do sujeito e não aceitam construções com o particípio absoluto;

- Verbos classificados inergativos menos: são os verbos que possuem a maioria das características dos inergativos prototípicos, porém podem apresentar algumas características comuns aos verbos inacusativos menos prototípicos.

Os seguintes fatores foram levantados para esse grupo, conforme ilustram os exemplos abaixo:

- Verbo inacusativo prototípico (cf. (2a))
- Verbo inacusativo menos prototípico (cf. (2b))
- Verbo inergativo prototípico (cf. (2c))
- Verbo inergativo menos prototípico (cf. (2d))
- Verbo inacusativo existencial (cf. (2e))
- Construção passiva inacusativa (cf. (2f))

(2) a. A oposição que aquelle periodico declara [...].
No primeiro caso por que ella **appareceu** só depois (XIXF59)

b. Não sendo ca menos curioso que Vossa Merce, e ao demais aguçada a minha curiosidade pela promessa de alviçaras, **saí** abalroando uns e outros para saber do Machado. (XIXF340)

c. Vi ali debaixo da figueira, [...] **Caminhei** um pouco mais, olhando para os lados procurando encontrar alguém (XXIIF135)

d. Você **suou** muito para ganhar seu dinheiro (XXIIL387)

e. **Existe** nesta cidade um moço de bom comportamento (XIXL367)

f. Era preciso que **fosse inquirido** Francisco L. A., o que ainda não foi (XIXL802).

As hipóteses para esse grupo de fatores são:

Para a ordem do sujeito, nossa expectativa é de que quanto mais inacusativo for o verbo mais suscetível estará à posposição. Assim, é de se esperar que o verbo inacusativo prototípico e o verbo inacusativo existencial apresentem mais posposição do DP do que o verbo inergativo prototípico em todos os períodos analisados e, além disso, que seja mais significativo nas rodadas em relação à posposição do que outros grupos de fatores. Essa hipótese se deve ao fato de os argumentos selecionados por esses verbos serem menos agentivos e realizarem preferencialmente o papel temático de tema.

Para o preenchimento do sujeito, esperamos que esse grupo de fatores não seja tão significativo quanto esperamos que seja para a ordem do sujeito.

3.2.2.2 *Animacidade do DP*

O grupo de fatores *animacidade do DP* foi classificado conforme presença de traço [+animado] ou [-animado]. Como já apontado por Pontes (1986) e por Berlinck (1988), não existe consenso entre os falantes do PB acerca da definição de animacidade, a não ser nos casos típicos em que o DP seja considerado humano ou animal. Além disso, essa definição é complexa por se tratar de uma noção que está intimamente ligada a determinadas propriedades como vida, movimento e agentividade.

Nesta pesquisa, para a classificação desse grupo de fatores, consideramos o fato de o DP se tratar ou não de um *ser vivo* e não somente de apresentar ou não o traço [+humano]. Nesse caso, os dados em que o DP se refere a uma planta ou animal, por exemplo, foram todos classificados como sendo DP portador de traço [+animado]⁵⁰. Já os dados que contêm DPs abstratos, como em “**A vida** portanto deve ser vivida com o pensamento voltado para a realidade” foram categorizados como portadores de traço [-animado]. Temos os seguintes fatores para esse grupo, seguidos de um exemplo para cada fator:

⁵⁰ Consideramos como sendo casos de “não se aplica” os dados com pronomes pessoais em primeira e segunda pessoa, seja do singular ou plural, pois nesses casos categoricamente teremos o traço [+animado].

DP com traço [+animado] (cf. (3a)):

DP com traço [-animado] (cf. (3b)):

- (3) a. Alli chegando muitos amigos meus e do
Excelentíssimo Senhor Doutor (XIXF83)
b. A concorrência interna, a nacional, caminhava
a passos largos (XIXF89)

As hipóteses para esse grupo de fatores são:

Para a ordem do sujeito, nossa expectativa é de que a posposição do DP seja favorecida quando o DP apresentar o traço [-animado], conforme apontam os trabalhos de Berlinck (1988), Lira (1996), Coelho (2000) e Ziles (2000).

Com relação ao preenchimento do sujeito, esperamos que o traço [+animado] seja favorecedor do sujeito expresso. Essa hipótese leva em conta os resultados apontados por Duarte (1993), já que o pronome expresso é influenciado fortemente pelo traço [+humano] do antecedente. Contudo, observamos que o traço [+animado] é mais abrangente do que o traço [+humano] em nossa análise.

3.2.2.3 Traços de definitude e especificidade do DP

Para a classificação do grupo de fatores *traços de definitude e especificidade do DP* tomamos como base a proposta de Belletti (1988) e de Enç (1991), acrescentando o traço [+genérico] à essa classificação (cf. COELHO, 2000). Dessa forma, teremos quatro possibilidades distintas de representação, a saber: o DP portador do traço [+definido] [+específico], que é geralmente associado a uma informação dada anteriormente no contexto, havendo uma relação de identidade entre o DP e seu antecedente no discurso; o DP portador do traço [-definido] [+específico], que diz respeito aos casos em que o DP é indefinido, mas específico, estando o DP atrelado a um referente já citado anteriormente no contexto e, nesse caso, não há uma relação de identidade entre o DP e seu

antecedente, mas sim uma relação de inclusão; o DP portador de traço [-definido] [-específico], que corresponde aos casos em que o DP é indefinido e não é especificado anteriormente no contexto, sendo geralmente atrelado à informação nova, não referenciada anteriormente no contexto, nos termos de Enç (1991), esse tipo de DP aparece quando não há relação de identidade nem de inclusão com algum outro antecedente no discurso; já as sentenças genéricas são assim classificadas por expressarem uma regularidade que não tem uma relação de identidade referencial com determinado indivíduo ou fato particular, somente com uma entidade ou fato genérico.

Esse grupo de fatores foi separado em quatro categorias distintas, conforme exemplos a seguir:

- DP com traço [+definido] [+específico] (cf. (4a))
- DP com traço [-definido] [+específico] (cf. (4b))
- DP com traço [-definido] [-específico] (cf. (4c))
- DP com traço [+genérico] (cf. (4d))

(4) a. entendia que **os defuntos** ainda **morrião**
(XIXF16)

b. Volta a **aparecer um discípulo** do "Capa Preta", que muito assustou (XXIL511)

c. Vi ali debaixo da figueira, sentado num dos bancos, lá perto das 2 horas da madrugada, cabisbaixo, **um cidadão falando** como se tivesse alguém ao seu lado (XXIIF133)

d. [...] Ora, existem nos cartorios **causas importantes** para serem julgadas (XIXF49)

As hipóteses para esse grupo de fatores são:

Para a ordem do sujeito, esperamos que os DPs que apresentam o traço [+definido] [+específico] sejam predominantemente antepostos ao verbo e que a posposição seja favorecida pelo traço [-definido] [-específico]. Essa hipótese se fundamenta nos resultados apresentados por Coelho (2000).

Na investigação desse grupo de fatores para a variável preenchimento do sujeito por período de tempo, apenas

consideraremos os dados contendo DPs com traço [+definido][+específico], excluindo os dados com DPs que apresentam os traços [-definido][+específico], [-definido][-específico] e [+genérico] da rodada estatística. Como apenas controlaremos o fator com o traço [+definido][+específico] não apresentamos hipótese para o preenchimento do sujeito com relação a esse grupo de fatores.

3.2.2.4 Forma de realização do DP

Consideramos nesse grupo de fatores as diversas possibilidades de realização do DP, seja nome próprio, composto, pronomes etc. No caso dos pronomes pessoais, há uma referência estabelecida com outros elementos apresentados no discurso a partir de relações de coindexação.

Para os pronomes pessoais categorizados nesse grupo, temos uma especificação em outro grupo de fatores para os casos de primeira, segunda ou terceira pessoa. Exemplificamos abaixo cada forma considerada na análise.

- Pronome demonstrativo/ DP + demonstrativo (cf. (5a))
- Sujeito indeterminado/ quantificacional (cf. (5b))
- DP (Det+nome)/ (Det+adj+nome) (cf. (5c))
- Det+possessivo/ Det+possessivo +nome (cf. (5d))
- Det + nome próprio/ nome próprio (cf. (5e))
- DP composto (DP + DP) (cf. (5f))
- DP + pronome relativo (cf. (5g))
- DP nu (*bare*) (cf. (5h))
- Pronome pessoal (cf. (5i))

(5) a. Já que **esta 3a. força** ainda embrionária não nascerá (XXIIF139)

b. [...] decorrência do que **alguns itens** já foram esgotados mas deverão chegar na semana que vem.

c. O 6º batalhão de caçadores aqui chegou (XIXF9)

d. Estas iniciativas, que fazem com que **nossa terra** se desenvolva, cresça e chegue realmente a ser autossuficiente (XXIIL502)

e. Constando ter aparecido nesta Cidade, no dia 22 do corrente, **o Creoulo Francisco** (XIXF346)

f. Tão criteriosamente andaram **o superintendente e dois amigos** (XIXL592)

g. Acontece **que o pequeno centro urbano do distrito** cresce anualmente (XXIIF144)

h. Em Caxias do Sul, onde existem **belos jardins** as pessoas que apanham qualquer flor, são punidas severamente de conformidade com a lei (XXIIL486)

i. Como **eu** viajo só uma vez por ano posso, perfeitamente, me abrigar (XXIIF155)

As hipóteses que serão investigadas nesse grupo de fatores são as seguintes:

Para a variável ordem do sujeito, acreditamos que ocorra um percentual maior de anteposição do DP quando a realização do DP se der por meio de nomes próprios e que a posposição seja favorecida por meio do DP indeterminado ou quantificacional e do DP nu (*bare*). Essa hipótese leva em consideração os resultados já verificados em Coelho (2000).

Para a variável preenchimento do sujeito, inferimos que o percentual de sujeito nulo será maior quando o fator estiver relacionado ao DP pessoa do discurso, como verificado no estudo de Gravina (2014) para o mesmo gênero textual analisado nesta tese.

3.2.2.5 Pessoa do discurso

O grupo de fatores denominado *pessoa do discurso* somente foi aplicado aos casos em que a realização do DP

ocorre na forma de *pronome pessoal*, podendo ser de *primeira, segunda ou terceira* pessoa do singular ou plural⁵¹.

Mostramos abaixo os fatores para essa variável seguidos, respectivamente, de um exemplo para cada fator:

- Primeira pessoa (singular/plural) – [+pessoa]
- Segunda pessoa (singular/plural) – [+pessoa]
- Terceira pessoa (singular/plural) – [-pessoa]

(6) a. Procurai imitar me, procedei como **eu procedo**
(XXIF751)

b. E como Tylan controla o Mycoplasma, tem mais uma coisa em que **você** não precisa pensar: carcaças condenadas por DRC (XXIIF94)

c. As razões pois que adduz na circular que está distribuindo, não são verdadeiras, nem sinceras; **ellas** não podem **proceder** (XIXF80)

As hipóteses para esse grupo de fatores são as seguintes:

Para a ordem do sujeito, esperamos que os pronomes de primeira e de segunda pessoas favoreçam a anteposição do DP, por apresentarem traço inerentemente [+animado]. Essa preferência pela ordem DPV deve também estar presente nos contextos com pronomes de terceira pessoa marcados com traço [+animado]. Essa hipótese se fundamenta nos estudos de Duarte (1993).

Para o preenchimento do sujeito, nossa expectativa vai em uma direção muito parecida com a ordem do sujeito. Esperamos que o percentual de ocorrências com pessoa do discurso com o traço [+pessoa], ou seja, de primeira e de segunda pessoa, diminua para o sujeito nulo nos dois últimos períodos analisados em comparação ao percentual obtido para os dados do século XIX e que o traço [-pessoa] seja favorecedor do sujeito nulo.

⁵¹ Os demais casos, em que a realização do DP não ocorre na forma de pronome pessoal, foram categorizados como “não se aplica” (/).

3.2.2.6 *Forma verbal*

O grupo de fatores *forma verbal* foi classificado conforme a forma em que o verbo inacusativo ou inergativo se apresenta na sentença, podendo estar no particípio, no gerúndio, no infinitivo ou flexionado.

Apresentamos, abaixo, exemplos de cada uma das formas consideradas na análise:

- Verbo no gerúndio
- Verbo no particípio
- Verbo no infinitivo
- Verbo flexionado

(7) a. [...] mas não o suficiente, para evitar que aquele pesado caminhão passasse por cima do seu carro, e também atingindo um veículo Mitsubishi, **fugindo** logo em seguida, sem prestar socorro às vítimas (XXIIL699)

b. Eu considero o tal grupo inexistente para todos os efeitos visto que **está rachado** (XXIL460)

c. [...] eles não hão de **viver** sempre no matto (XIXF28)

d. Nem a ciência médica, os melhores especialistas em Oncologia, conseguiram evitar que Leandro **morresse**. (XXIIF194)

As hipóteses para esse grupo de fatores são:

Tanto para a ordem quanto para o preenchimento do sujeito nossa expectativa para esse grupo de fatores é de que não seja tão relevante para as variáveis quanto outros grupos de fatores, como a natureza do verbo ou o traço definitude e especificidade do DP. No entanto, é importante controlarmos esse grupo de fatores, para que possamos verificar a relação entre o gerúndio e a posposição do DP ao verbo e também verificarmos se quando temos somente sentenças finitas obtemos valores diferentes de quando analisamos o conjunto de dados incluindo as sentenças não finitas.

3.2.2.7 *Material interveniente entre V e DP*

O grupo de fatores *material interveniente entre V e DP* diz respeito aos casos em que temos presença ou ausência de material entre o verbo e o DP ou entre o DP e o verbo nas construções analisadas (**VxDP ou VDP e DPxV ou DPV**), sem levarmos em consideração o tipo de material, ou seja, se temos um conector, uma negação ou locativo espacial ou temporal etc. Dessa forma, temos duas possibilidades para esse grupo:

- Possui material interveniente (DPxV ou VxPD) (cf. (8a))
- Não possui material interveniente (DPV ou VDP) (cf. (8b))

- (8) a. o 6º batalhão de caçadores aqui chegou
(XIXF9)
- b. agora aparecer tanto ladrão, tantas tentativas
(XIXF33)

As hipóteses para esse grupo de fatores são:

A nossa expectativa para esse grupo de fatores com relação à ordem do sujeito é de que teremos um percentual maior de posposição nos casos em que não houver material interveniente entre o verbo e o DP. Esse grupo de fatores foi considerado apenas para os casos com sujeito preenchido, já que não há material interveniente entre o DP e o verbo no caso de sujeito nulo. Essa hipótese se justifica pelo fato de que estudos como o realizado por Gravina (2014) já mostraram que quando não há material interveniente entre V e DP temos índices percentuais maiores de posposição do DP ao verbo.

3.2.2.8 *Item lexical*

O grupo de fatores *item lexical* corresponde ao agrupamento de verbos conforme determinados critérios. Os verbos selecionados em nossos dados foram separados em sete grupos. Essa separação foi baseada na divisão proposta por

Santos e Soares da Silva (2012)⁵² para análise da variável *item lexical* que considerou os seguintes aspectos: a composição sintático-semântica, a frequência e o grau de rigidez na ordem VDP.

É importante salientarmos que no quesito composição sintático-semântica, consideramos não só as propriedades que utilizamos para a classificação dos verbos como inacusativos ou inergativos, mas também características como ser ou não um verbo de ação, de deslocamento concreto, de movimento e de mudança ou permanência de estado.

Apresentamos um exemplo para cada grupo de verbos abaixo dos grupos propostos:

- **Grupo I** – ficar, restar, sobrar, faltar, permanecer, adotar, consentir, acolher, sofrer, invernar, manifestar, convencer, aproveitar, hesitar, bastar, caber, surpreender, negar, constar, bastar, prevalecer
- **Grupo II** – existir
- **Grupo III** – chegar, vir, ir, entrar, cair, subir, sair, partir, embarcar, fugir, entrar, recuar, desembarcar, naufragar, regressar, descer, voltar, comparecer
- **Grupo IV** – acontecer, ocorrer, transcorrer, suceder, decorrer, proceder, começar, terminar, continuar, acabar, reinar, triunfar, aparecer, desaparecer, reaparecer, sumir, surgir, ressurgir, figurar, perder, ganhar, vencer, seguir, crescer, germinar, diminuir, avançar, passar, prosseguir, queimar, desabrochar, espalhar, rachar, amanhecer, secar, melhorar, ser, esgotar, encher, esticar, estropear, explodir, empatar, prover, fulminar, esquecer, advir, fechar, abater, corrigir, esgotar, repercutir, crer, gratificar, prover, empobrecer, exagerar, medrar, brilhar, demorar, repetir, falhar

⁵² A divisão proposta por Santos e Soares da Silva (2012), diferentemente da nossa proposta, considera o verbo correr, classificado no grupo VII, como sendo do mesmo grupo que o verbo acontecer, classificado no grupo IV. Além disso, acrescentamos mais itens lexicais à listagem utilizada pelos autores.

- **Grupo V** – morrer, nascer, envelhecer, perecer, renascer, rejuvenescer, falecer, sobreviver, viver
- **Grupo VI** – dormir, acordar, despertar, descansar, falar, gritar, julgar, agarrar, trabalhar, viajar, pichar, nadar, ajudar, cochilar, votar, servir, cantar, mentir, olhar, pisar, sapatear, pensar, escrever, escorregar, anunciar, ouvir, cortar, explicar, legislar, celebrar, suar, gemer, conversar, respirar, pular, saltar, estribar, provar, informar, gastar, operar, tripudiar, colaborar, resvalar, protestar, prometer, benzer, assobiar, pitar, esvoaçar, estrugir, prometer, ler, sentar, esbravejar, plantar, chorar, crocitar, almoçar, caluniar, atender, labutar, despedir, inquirir, tremer, redigir, rir, aprovar, interrogar, pagar, insinuar, observar, pintar, processar, sonhar, apunhalar, renovar, apertar, receber, prometer, folgar
- **Grupo VII** – correr, andar, caminhar, marchar, rolar, trafegar

- (9) a. **Restaria** então o menor vislumbre de esperança (XIXL933)
- b. (...) um guarda que não existe e nem nunca **existiu** no destacamento de Lages (XIXL538)
- c. Consta nos que **desembarcára** do vapor chegado da côrte um tripolante (XIXF865)
- d. (...) anunciaram a criação da Faculdade de Agronomia e Veterinária em Lages. Passado todo este tempo a Faculdade ainda não **apareceu** (XXIIF140)
- e. (...) antes de **morrer** ensinarei a meus filhos (XIXF76)
- f. (...) os nomes de João R. – que esta terra sempre **chorara**, e de outros tantos vultos que representam a força da civilização sobre o retrocesso (XXIL735)
- g. O Correio Lageano **caminha** lado a lado com os destinos de nossa terra (XXIL518)

As hipóteses para esse grupo de fatores são:

Para a ordem do sujeito, esperamos que determinados grupos, como o grupo V (*morrer, nascer* etc), apresente maior índice de anteposição do DP sujeito em relação a outros grupos de itens lexicais, visto que nesse grupo temos muitos verbos inacusativos prototípicos que selecionam DP com traço [+animado], o que favorece a anteposição.

Para o preenchimento do sujeito, esperamos que esse grupo de fatores se mostre relevante, principalmente quando associado ao grupo V (*morrer, nascer* etc), com maiores índices de preenchimento do sujeito. Essa hipótese se justifica pelo fato de que esse tipo de verbo pede sujeito com traço [+animado], que tende a ser expresso na sentença, conforme Duarte (1993).

3.2.2.9 *Localidade*

O grupo de fatores *localidade* foi categorizado conforme as duas regiões utilizadas na amostra do Banco PHPB-SC. A seguir, apresentamos um exemplo para cada localidade, respectivamente:

- Lages (cf. (10a))
- Florianópolis (cf.(10b))

(10) a. E o grãozinho **germinou**, cresceu e frutificou
(XXIL359)

b. Como única retribuição, que podemos oferecer-lhes, por tão assinalados benefícios, os quaes **permanecerão** gravados na lembrança dos abaixo assignados
(XIXF21)

As hipóteses para esse grupo de fatores são:

Nossas hipóteses tanto para a ordem quanto para o preenchimento do sujeito são de que não haja diferença entre as duas regiões estudadas dentro do mesmo período de tempo.

3.2.2.10 *Data do corpus*

O grupo de fatores *data do corpus* refere-se ao período utilizado na análise. Após a primeira rodada estatística geral, o grupo de fatores *data do corpus* foi desconsiderado e as variáveis foram analisadas dentro de cada período separadamente.

Os dados levantados na amostra foram divididos em três períodos:

- **século XIX** (período de 1851 – 1900)
- **século XX-I** (período de 1901 a 1950)
- **século XX-II** (período de 1951 a 2000)

(11) a. (...) porquanto *nasci* no suburbio da povoação (XIXL410)

b. Esses mesmo symptomas e o mesmo martyrio *reappareceram* com intensidade (XXIF318)

c. Embargar esta obra antes que *apareçam* os primeiros pilares de concreto (XXIIF160)

As hipóteses para esse grupo de fatores são:

Nossas hipóteses para esse grupo de fatores estão correlacionadas. Esperamos que haja uma diminuição de ocorrências de VDP e de sujeito nulo em cada período estudado, ou seja, esperamos que no século XX-II haja menos ocorrências de VDP e de sujeito nulo do que havia nos dois primeiros períodos. Essa hipótese está fundamentada em estudos diacrônicos, como Duarte (1993), Coelho (2000), Ziles (2000), Santos e Soares da Silva (2012), Santos *et al* (2014) e Gravina (2014) que apontam, por meio de amostras distintas, queda da ordem VDP e do sujeito nulo do século XIX para o século XX.

Quanto aos contextos condicionadores, esperamos que sejam diferentes quando compararmos século XIX e final do século XX, pois inferimos que haja maior influência de fatores semânticos do que sintáticos no final do século XX atuando tanto para a ordem quanto para o preenchimento do sujeito.

Baseamos essa hipótese nos resultados apontados no estudo de Santos e Soares da Silva (2012).

3.3 Descrição dos resultados

Esta seção é destinada a apresentar e descrever os resultados obtidos nas rodadas estatísticas efetuadas para as variáveis em estudo. Na primeira seção, apresentamos o percentual total obtido na primeira rodada geral em relação a cada grupo de fatores e descrevemos os resultados gerais obtidos para a variável ordem do sujeito⁵³, com o intuito de obtermos um panorama sobre o comportamento da ordem do sujeito. Nessa primeira etapa, consideramos na análise dos dados apenas as ocorrências com sujeito preenchido, excluindo os dados com sujeito nulo.

Na segunda e terceira seções, procedemos a uma análise diacrônica dos dados, por meio do tratamento estatístico dos dados para cada variável dependente e grupos de fatores. Essa análise é realizada considerando cada um dos três períodos separadamente, a saber: século XIX (período de 1851 – 1900), século XX-I (período de 1901 a 1950) e século XX-II (período de 1951 a 2000). Na última etapa de análise, investigamos a variável preenchimento do sujeito nas rodadas. Os resultados das duas últimas etapas são apresentados em formato de tabelas em que os percentuais e os valores de pesos relativos⁵⁴

⁵³ Na rodada geral apenas consideramos a variável dependente ordem do sujeito. Não faremos essa rodada com a variável preenchimento do sujeito, pois nosso interesse é compararmos os resultados para as duas variáveis em cada período de tempo, o que será feito nas próximas seções.

⁵⁴ Segundo Guy e Zilles (2007), o peso relativo de um fator é um valor calculado pelo programa estatístico, com base em um conjunto de dados, que serve para indicar o efeito deste fator sobre o uso da variante investigada no conjunto de dados. O valor dos pesos recai sempre no intervalo entre zero e um (0 e 1), em que um valor de zero indica que tal variante nunca acontece quando este fator está presente, e um valor de 1 indica que tal variante sempre ocorre quando o fator está presente.

são descritos focando nos grupos de fatores apontados como sendo significativos pelo programa computacional.

Primeiramente, antes da análise das variáveis dependentes, apresentamos o quantitativo de todos os 971 dados levantados na amostra PHPB-SC examinada, considerando o número de ocorrências de sujeito nulo e de sujeito preenchido (posposição e anteposição do DP em relação ao verbo) nos três períodos investigados. Esse levantamento preliminar foi realizado apenas com o propósito de verificarmos a quantidade de dados disponíveis associados às variantes de cada variável e em relação ao total de dados para garantirmos uma amostra equilibrada na análise. O quantitativo de dados em cada período está representado na tabela a seguir:

Data do corpus	Sujeito Nulo APL/TOTAL	Sujeito preenchido	
		VDP APL/TOTAL	DPV APL/TOTAL
Século XIX	152/412	107/412	153/412
Século XX-I	86/259	53/259	120/259
Século XX-II	94/300	59/300	147/300
Total	332/971	219/971	420/971

Tabela 3.1 –Distribuição dos dados de sujeito nulo e de sujeito preenchido (VDP e DPV), nos três períodos analisados

Essa tabela mostra a distribuição dos 971 dados levantados na amostra, contemplando todos os dados com DPs definidos, indefinidos e genéricos, sendo 332 ocorrências de sujeito nulo, 219 ocorrências de posposição do DP e 420 ocorrências de anteposição do DP. Dos 971 dados analisados, 480 são oriundos da região de Lages e 491 da região de Florianópolis, o que presume uma análise equilibrada com relação ao quantitativo de dados para cada região.

De acordo com a tabela 3.1 podemos observar que o quantitativo de dados de VDP em relação à totalidade de dados levantados é de apenas 219, ou seja, quase a metade dos dados quando comparado aos 420 dados de DPV. Esse levantamento,

porém, serve apenas para dimensionarmos a quantidade de dados contendo as duas variáveis dependentes em cada período de tempo, sem que seja possível realizarmos uma análise diacrônica mais apurada do fenômeno em estudo nessa amostra. Para que uma análise mais minuciosa seja possível, é necessário procedermos às rodadas com as duas variáveis dependentes separadamente verificando o comportamento de cada grupo de fatores selecionado em cada período analisado.

Na próxima seção, procederemos à primeira rodada apenas com os dados contendo sujeito expresso, ou seja, dados com posposição e anteposição do DP. Cabe ressaltar que optamos por exibir nessa primeira etapa apenas os resultados gerais, em termos percentuais, obtidos para todos os grupos de fatores considerados na análise da variável ordem do sujeito, sendo a variável dependente preenchimento do sujeito tomada para análise por período de tempo apenas na última etapa.

A hipótese mais geral que orientou essa análise foi a de que a diminuição de ocorrências de VDP no século XX em comparação ao século XIX acompanhou a tendência de o PB apresentar uma mudança em relação ao parâmetro do sujeito nulo, numa direção [+sujeito preenchido], nos mesmos períodos de tempo, como já apontado em diversos estudos sociolinguísticos discutidos no primeiro capítulo.

3.3.1 Sujeito posposto *versus* sujeito anteposto (VDP *versus* DPV) – resultados gerais da 1ª etapa

Nesta seção, apresentamos os resultados gerais com os respectivos percentuais obtidos para cada grupo de fatores, decorrentes da primeira rodada estatística com relação à variável ordem do sujeito. O objetivo desta rodada é apenas ter uma ideia geral dos efeitos de todos os fatores codificados na amostra para, posteriormente, na seção 3.3.2, verificarmos a atuação desses fatores em cada um dos três períodos de tempo investigados por meio de uma análise diacrônica.

Primeiramente, visualizamos no gráfico a seguir o percentual geral de ocorrências de VDP e DPV em relação aos 639 dados:

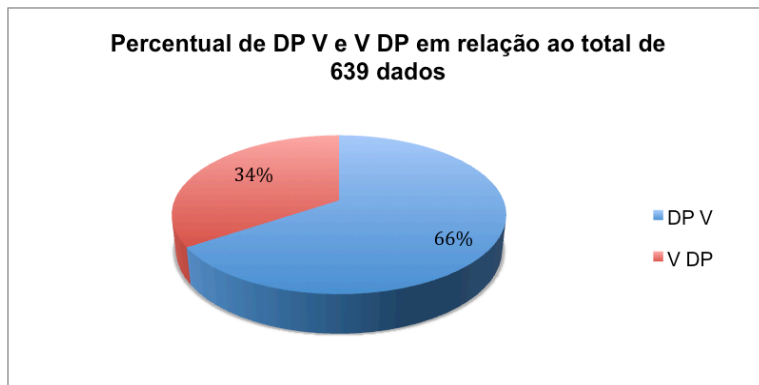


Gráfico 3.1: Frequência de DPV e VDP nos dados analisados

O gráfico 3.1 mostra um percentual de 66% para a anteposição do DP e 34% para a posposição. Para a análise da ordem VDP, os dados com sujeito nulo não foram considerados, apenas utilizamos os 639 dados⁵⁵ com sujeito exposto compostos por 219 ocorrências de posposição do DP ao verbo e 420 ocorrências de anteposição do DP ao verbo. Esses dados incluem as sentenças finitas e não finitas.

Para compararmos os valores percentuais quando consideramos apenas os dados com sentenças finitas (excluindo as gerundivas, participiais e infinitivas), procedemos uma rodada separadamente. Dos 403 dados com sentenças finitas, temos 139 dados de VDP e 264 dados de DPV, ou seja, 34,5% e 65,5% respectivamente. Esses valores percentuais são próximos aos valores obtidos por Coelho (2000), para sua amostra de 2033 dados de fala com sentenças finitas, de 32% para a ordem VDP e 68% para a ordem DPV respectivamente.

Comparando os valores percentuais totais obtidos em nossa amostra, observamos que quase não há diferença no percentual de VDP quando utilizamos na análise apenas as

⁵⁵ O gráfico apresenta os percentuais de sujeito nulo versus sujeito exposto, considerando todos os dados, sem levar em conta se o sujeito exposto é [+definido], [-definido] ou [+genérico]. Na análise dos grupos de fatores por período de tempo para o sujeito nulo descrito na terceira etapa, no entanto, apenas levaremos em consideração os dados contendo sujeito [+definido].

sentenças finitas em comparação à amostra contendo também as sentenças não finitas, pois a diferença é de apenas 0,5%. Logo, optamos por trabalhar com as sentenças finitas e não finitas conjuntamente, pois dessa forma teremos mais dados com verbos monoargumentais na amostra.

Os percentuais obtidos nessa rodada geral para os grupos de fatores linguísticos com relação às características do DP são:

Traços de definitude e especificidade do DP	VDP APL/TOTAL = %	DPV APL/TOTAL = %
DP [+definido] [+específico]	123/436 = 28,2%	313/436 = 71,8%
DP [-definido] [+específico]	22/98 = 22,4%	76/98 = 77,6%
DP [-definido] [-específico]	72/102 = 70,6%	30/102 = 29,4%
DP [+genérico]	02/03 = 66,7%	01/03 = 33,3%
Total	219/639 = 34,3%	420/639 = 65,7%
Animacidade do DP	VDP APL/TOTAL = %	DPV APL/TOTAL = %
DP [-animado]	144/363 = 39,7%	219/363 = 60,3%
DP [+animado]	74/258 = 28,7%	184/258 = 71,3%
Total	218/621 = 35,1%	403/621 = 64,9%
Forma de realização do DP	VDP APL/TOTAL = %	DPV APL/TOTAL = %
Pronome demonstrativo/ DP + dem.	12/86 = 14,0%	74/86 = 86,0%
DP composto (DP+DP)	11/30 = 36,7%	19/30 = 63,3%
DP (Det+nome)/(Det+adj+nome)	101/256 = 39,5%	155/256 = 60,5%
Sujeito indeterminado/quantificacional	27/52 = 51,9%	25/52 = 48,1%
Det+possessivo/Det+possessivo+nome	7/25 = 28,0%	18/25 = 72,0%
DP+pronomes relativo/pronome relativo	15/61 = 24,6%	46/61 = 75,4%
Det+nome próprio/nome próprio	27/66 = 40,9%	39/66 = 59,1%
Pronome pessoal	3/39 = 7,7%	36/39 = 92,3%
DP nu (<i>bare</i>)	16/24 = 66,7%	8/24 = 33,3%
Total	219/639 = 34,3%	420/639 = 65,7%
Pessoa do discurso	VDP APL/TOTAL = %	DPV APL/TOTAL = %
[+pessoa] (1ª e 2ª)	1/18 = 5,6%	17/18 = 94,4%
[-pessoa] (3ª)	2/21 = 9,5%	19/21 = 90,5%
Total	3/39 = 7,7%	36/39 = 92,3%

Tabela 3.2 - Frequências de VDP e DPV, segundo os grupos de fatores traços de definitude e especificidade do DP, animacidade do DP, forma de realização do DP e pessoa do discurso

Nessa etapa, não nos preocupamos em verificar os valores de peso relativo, apenas os percentuais gerais para cada grupo de fatores, pois trabalhamos com todos os dados ao mesmo tempo e apenas buscamos um quadro geral dos quantitativos obtidos para cada grupo de fatores, considerando a data do

corpus como sendo mais um grupo de fatores na análise da variável ordem do sujeito. A análise diacrônica dos dados será realizada nas próximas seções.

A partir dos resultados mostrados na tabela 3.2 observamos que o fator [-definido] [-específico] foi o que mostrou um percentual mais significativo de posposição do DP em relação à anteposição, com 70,6% de posposição em relação ao verbo, seguido do traço [+genérico] com 66,7%, embora a quantidade de dados com esse traço seja muito reduzida para que possamos fazer qualquer afirmação. Os demais contextos mostraram índices pouco reveladores de VDP, principalmente com os dados que apresentam características de DPs [+específicos], que mostraram ser favorecedores da anteposição do DP ao verbo.

Para análise da animacidade do DP, consideramos apenas os DPs que apresentam traço [+animado] ou [-animado] e desconsideramos os dados do grupo de fatores *pessoa do discurso* categorizados com o traço [+pessoa], ou seja, de primeira e de segunda pessoa do discurso, já que categoricamente são dados com traço [+animado]. Nesse caso, trabalhamos com apenas 621 dados. É possível observarmos que tanto o traço [-animado] quanto o traço [+animado] se mostram com índices reveladores de anteposição do DP nessa rodada, apresentando valores percentuais de 60,3% e 71,3% de anteposição, respectivamente.

Os fatores que mostraram índices acima de 50% com relação ao grupo de fatores forma de realização do DP foram o DP nu (*bare*) com percentual de 66,7% de VDP e o sujeito indeterminado com percentual de 51,9%. Os demais fatores mostraram índices pouco reveladores de VDP ou mostraram percentuais quase idênticos ao de anteposição do DP. Destacamos que a forma de realização do DP categorizada como pronome pessoal mostra um valor percentual de 92,3% de anteposição do DP ao verbo nessa rodada. Assim, observamos que os dados gerais apresentados na tabela 3.2 mostram que o grupo de fatores *pessoa do discurso* parece exercer forte influência sobre a ordem DPV, apresentando poucas ocorrências de posposição, mesmo quando realizado na forma de terceira pessoa.

Na próxima tabela, apresentamos os resultados obtidos para a ordem do DP com os grupos de fatores linguísticos

referentes às características do verbo com relação aos 639 dados. Nessa tabela, mostramos os resultados gerais para os grupos de fatores *natureza do verbo monoargumental*, *forma verbal*, *item lexical* e, ainda, para o grupo *material interveniente*, conforme os percentuais a seguir:

Natureza do verbo monoargumental	VDP APL/TOTAL = %	DPV APL/TOTAL = %
Construção passiva inacusativa	23/71 = 32,4%	48/71 = 67,6%
Inacusativo prototípico	126/359 = 35,1%	233/359 = 64,9%
Inacusativo menos prototípico	24/74 = 32,4%	50/74 = 67,6%
Inergativo prototípico	14/73 = 19,2%	59/73 = 80,8%
Inergativo menos prototípico	02/16 = 12,5%	14/16 = 87,5%
Inacusativo existencial	30/46 = 65,2%	16/46 = 34,8%
Total	219/639 = 34,3%	420/639 = 65,7%
Forma verbal	VDP APL/TOTAL = %	DPV APL/TOTAL = %
Verbo no particípio	36/101 = 35,6%	65/101 = 64,4%
Verbo no infinitivo	28/85 = 32,9%	57/85 = 67,1%
Verbo flexionado	139/403 = 34,5%	264/403 = 65,5%
Verbo no gerúndio	16/50 = 32,0%	34/50 = 68,0%
Total	219/639 = 34,3%	420/639 = 65,7%
Item lexical	VDP APL/TOTAL = %	DPV APL/TOTAL = %
Grupo I – ficar, restar	29/60 = 48,3%	31/60 = 51,7%
Grupo II – existir	30/46 = 65,2%	16/46 = 34,8%
Grupo III – chegar, vir, ir, entrar, cair	64/179 = 35,8%	115/179 = 64,2%
Grupo IV – acontecer, ocorrer,	55/179 = 30,7%	124/179 = 69,3%
Grupo V – morrer, nascer, envelhecer	15/40 = 37,5%	25/40 = 62,5%
Grupo VI – dormir, acordar	18/105 = 17,1%	87/105 = 82,9%
Grupo VII – correr, andar, caminhar	8/30 = 26,7%	22/30 = 73,3%
Total	219/639 = 34,3%	420/639 = 65,7%
Material interveniente	VDP APL/TOTAL = %	DPV APL/TOTAL = %
Possui material interveniente	72/311 = 23,2%	239/311 = 76,8%
Não possui material interveniente	147/328 = 44,8%	181/328 = 55,2%
Total	219/639 = 34,3%	420/639 = 65,7%

Tabela 3.3 - Frequências de VDP e DPV, segundo os grupos de fatores natureza do verbo monoargumental, forma verbal, item lexical e material interveniente

De acordo com os percentuais mostrados na tabela 3.3 observamos que somente o verbo inacusativo existencial indica um percentual significativo de posposição do DP em relação ao verbo, com percentual de 65,2%. Nos demais fatores, a

preferência é pela anteposição, principalmente quando o verbo presente na sentença é inergativo prototípico ou inergativo menos prototípico, em que obtivemos 80,8% e 87,5% de anteposição do DP, respectivamente. Mesmo os verbos inacusativos prototípicos privilegiaram a anteposição nessa rodada geral.

Quanto ao grupo de fatores *forma verbal*, os percentuais resultantes mostram índices baixos de posposição do DP ao verbo (todos na casa dos 30%) em todas as formas verbais testadas.

Com relação ao grupo de fatores item lexical, destacamos o percentual para o grupo II (*existir*), sendo o único grupo na análise geral com índices reveladores de posposição, com 65,2% de VDP. Destacamos o grupo V (*morrer, nascer*) com 62,5% de anteposição do DP ao verbo, o grupo VII (*correr, caminhar*), em que temos um alto percentual de anteposição do DP com 73,3% e também o grupo VI (*dormir, acordar*), com um percentual de 82,9% de DPV, ainda que alguns dos itens lexicais pertencentes a esse grupo tenham sido classificados em nossa análise como sendo inacusativos no grupo de fatores natureza do verbo monoargumental.

O próximo grupo de fatores, que corresponde ao material interveniente entre V e DP, mostra que a anteposição do DP é bastante frequente quando há material interveniente entre o DP e o verbo, ou seja, com a configuração DPxV, em que x representa o material interveniente, com percentual de 76,8%. Já a posposição apresenta maior percentual quando não há material interveniente entre V e DP, ainda que nos dois casos a preferência seja pela anteposição, independentemente de haver ou não material entre V e DP.

Com relação aos grupos de fatores extralinguísticos, os percentuais obtidos para as duas regiões mostram valores próximos entre si, tanto para posposição quanto para a anteposição, como mostra a tabela a seguir:

Localidade	VDP	DPV
	APL/TOTAL = %	APL/TOTAL = %
Florianópolis	103/311 = 33,1%	208/311 = 66,9%
Lages	116/328 = 35,4%	212/328 = 64,6%
Total	219/639 = 34,3%	420/639 = 65,7%
Data do <i>corpus</i>	VDP	DPV
	APL/TOTAL = %	APL/TOTAL = %
Século XIX	107/260 = 41,2%	153/260 = 58,8%
Século XX-I	53/173 = 30,6%	120/173 = 69,4%
Século XX-II	59/206 = 28,6%	147/206 = 71,4%
Total	219/639 = 34,3%	420/639 = 65,7%

Tabela 3.4 - Frequências de VDP e DPV, segundo os grupos de fatores localidade e data do *corpus*

Os percentuais de 33,1% de posposição do DP para Florianópolis e de 35,4% para Lages indicam que há similaridade entre as duas regiões pesquisadas quanto à ordem do DP, conforme mostra a tabela 3.4.

Observando o grupo de fatores *data* do *corpus*, nota-se a importância de se fazer um estudo separado por período de tempo. De acordo com a tabela, temos um aumento da ordem DPV (anteposta) e uma diminuição da ordem VDP (posposta) no século XX em relação ao século XIX. A ordem posposta diminui de 41,2% na segunda metade do século XIX para 28,6% na segunda metade do século XX, ou seja, no período correspondente a um século, há uma diminuição de 12,6% no percentual de posposição do DP. Salientamos que os resultados apresentados nas tabelas 3.3 e 3.4 apenas mostram os percentuais gerais de VDP e DPV, não nos preocupamos nessa primeira análise em verificar os valores de peso relativo, o que será feito nas duas seções seguintes, apenas procedemos à rodada com todos os 639 dados selecionados para o estudo da ordem do sujeito.

Nas próximas duas seções, passamos a apresentar os resultados das rodadas estatísticas para cada uma das variáveis dependentes, ordem e preenchimento do sujeito, em cada um dos três períodos de tempo selecionados, ou seja, o grupo de fatores *data do corpus* deixa de ser considerado um grupo isolado e os demais grupos de fatores passam a ser analisados dentro de cada período de tempo separadamente.

3.3.2 Ordem do DP sujeito por período de tempo – resultados da 2ª etapa

Nesta etapa, descrevemos os resultados selecionados como significativos para a posposição do DP em relação ao verbo em cada período de tempo analisado. Do conjunto de 639 dados com sujeito expreso, temos 219 ocorrências de posposição do DP e 420 ocorrências de anteposição do DP. Após eliminados⁵⁶ os casos de nocautes⁵⁷, restaram 614 dados na amostra para a rodada final.

O gráfico a seguir mostra a evolução do percentual da variável ordem do sujeito ao longo dos três períodos de tempo analisados, considerando os 614 dados analisados na etapa final:

⁵⁶ Na tabela 3.4 da seção anterior, apresentamos os percentuais gerais considerando todos os 639 dados de sujeitos preenchidos, sendo 219 dados de posposição. Nas tabelas apresentadas nesta seção, utilizamos os dados de posposição em cada período levando em conta apenas os dados utilizados na análise estatística final para o cálculo do peso relativo, ou seja, já excluídos os casos de nocautes, por isso temos 614 dados no total.

⁵⁷ Segundo Zilles e Guy (2007), um nocaute é um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente.

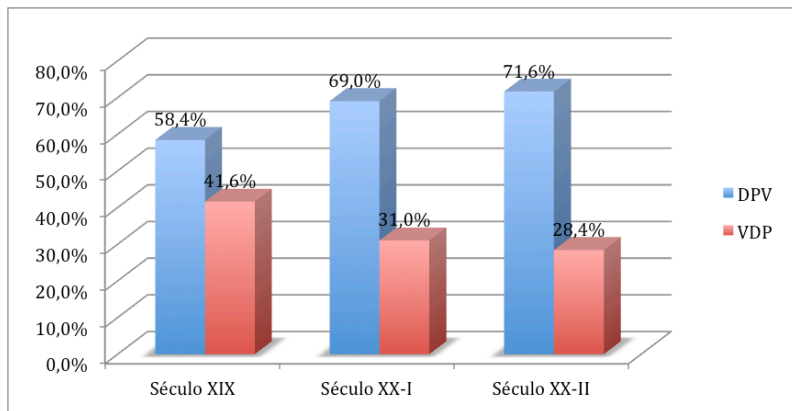


Gráfico 3.2: Frequência de DPV e VDP por período de tempo

Observamos pelo gráfico 3.2 que o percentual de posposição do DP ao verbo diminui no decorrer de um século quando observamos todos os dados, pois obtivemos um percentual de VDP de 41,6% no período correspondente ao século XIX, de 31,0% no período correspondente ao século XX-I e de 28,4% no período correspondente ao século XX-II. Verificamos, também, que a posposição do DP ao longo dos períodos analisados sofre uma diminuição de forma mais acentuada nos dois primeiros períodos analisados, do século XIX para o século XX-I, respectivamente.

Antes de prosseguirmos com a análise, apresentamos um quadro com os grupos de fatores selecionados como relevantes por ordem de significância pelo programa estatístico em cada período para a variante VDP:

Grupos de fatores selecionados para a ordem VDP	Século XIX (1851 – 1900)	Século XX-I (1901 – 1950)	Século XX-II (1951 – 2000)
Traços de definitude e especificidade do DP	1º	1º	1º
Traços de animacidade do DP	2º	-	-
Forma de realização do DP	3º	-	-
Material interveniente	4º	-	3º
A natureza do verbo monoargumental	-	-	2º
Item lexical	-	-	2º

Quadro 3.3: Grupos de fatores significativos selecionados por período de tempo para a variante VDP por ordem de relevância

O quadro acima reúne todos os grupos de fatores selecionados em cada período de tempo para a variante VDP. Nas próximas tabelas, apresentamos os resultados percentuais obtidos juntamente com os pesos relativos para cada grupo de fatores selecionado no período analisado; nos demais períodos em que esse mesmo grupo não tenha sido selecionado pelo programa computacional, apenas indicamos os percentuais sem os valores de peso relativo.

A tabela a seguir mostra os percentuais e pesos relativos obtidos para o grupo de fatores *traços de definitude e especificidade do DP* selecionado pelo programa estatístico como relevante nos três períodos para a posposição do DP ao verbo, já excluídos os casos de nocautes:⁵⁸

⁵⁸ Os dados contendo DP com traço [+genérico] foram excluídos da rodada final por período de tempo por apresentarem nocaute.

Traços de definitude e especificidade do DP	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
DP [+definido] [+específico]	63/179 = 35,2% 0,40	28/113 = 24,8% 0,43	31/130 = 23,8% 0,43
DP [-definido] [+específico]	11/37 = 29,7% 0,41	5/19 = 26,3% 0,45	6/39 = 15,4% 0,39
DP [-definido] [-específico]	32/39 = 82,1% 0,91	15/23 = 65,2% 0,81	21/35 = 60,0% 0,84
DP [+genérico]	1/1 = 100,0% -	0,0% -	0,0% -
Total	106/255 = 41,6%	48/155 = 31,0%	58/204 = 28,4%

Tabela 3.5 - VDP segundo o grupo de fatores traços de definitude e especificidade do DP por período de tempo

O grupo *traços de definitude e especificidade do DP*, que foi selecionado pelo programa nos três períodos de tempo analisados como sendo significativo nas rodadas, apresentou maior valor de peso relativo para o fator com traço [-definido][-específico]. Os valores de peso relativo para esse fator representam o dobro dos valores obtidos para os demais traços.

Cabe aqui lembrarmos o argumento apresentado no primeiro capítulo referente ao estudo realizado por Coelho (2000), que também utilizou esse grupo de fatores em sua análise. A autora traz o argumento de Enç (1991) segundo o qual sintagmas [+definidos] e [+específicos] exigem que seus referentes discursivos estejam ligados a referentes discursivos previamente estabelecidos no discurso (condição de ligação), enquanto os sintagmas com traço [-definidos] e [-específicos] não apresentam essa exigência, conforme mostram, respectivamente, os exemplos retirados de nossos dados:

(12) [...] a gente dá um ôsso no armoço, eles vão roêno inté que **chega a janta** agente dá outro (XXIL477)

(13) Consta nos que **desembarcára** do vapor chegado da côrte *um tripolante* (XIXF865)

(14) **Appareceu** no Globo 7 de deste mez **um artigo anônimo** (XIXF52)

Ao observarmos a sentença (12) notamos que “a janta” está ligada ao referente discursivo citado previamente “armoço” enquanto nas sentenças em (13) “um tripolante” e em (14) “um artigo anônimo” referem-se à informação nova que acaba de ser introduzida no discurso. Não teríamos a mesma interpretação se nas sentenças (13) e (14) tivéssemos “o tripolante” e “o artigo anônimo”, pois, nesse caso, somente seria possível uma leitura definida em que “o tripolante” e “o artigo anônimo” já fossem previamente conhecidos por nós.

Quando o sintagma é caracterizado por apresentar traço [-definido][-específico], o DP pós-verbal não está ligado a referentes dados anteriormente no discurso, garantindo assim a informação nova à sentença. Lira (1996) já apontava que a posposição do sujeito é mais frequente quando acompanhada de artigo indefinido em comparação ao sujeito posposto acompanhado por artigo definido, resultados que foram corroborados por Berlinck (1988) e por Coelho (2000). A análise feita por Zilles (2000) também mostrou forte associação entre ordem posposta e sujeito realizado como pronome indefinido.

Os verbos inacusativos, especificamente, somente apresentam argumento interno, caracterizado por não receber Caso acusativo e, dessa forma, o DP argumento interno do verbo inacusativo pode ocupar a posição de Spec de IP para receber Caso nominativo. Quando isso não ocorre e o DP permanece na posição pós-verbal é interpretado, em geral, como uma informação nova. Essa informação nova, no entanto, parece também estar associada ao traço [+/-específico], como apontam nossos resultados.

A análise dos dados revelou que o traço [+definido][+específico] está associado à anteposição do DP, enquanto o traço [-definido][-específico] está associado à posposição do DP ao verbo. Verificando os valores de peso relativo, temos 0,91 para o século XIX, 0,81 para o século XX-I e 0,84 de peso relativo para o século XX-II, o que mostra a importância desse traço para a posposição do DP ao verbo. Esses valores representam o dobro dos valores obtidos para os demais traços nos mesmo períodos de tempo.

Notamos, ainda, com relação a esse grupo de fatores, a quantidade de dados analisados por período na amostra; no período correspondente ao século XX-I, a quantidade de dados foi de apenas 48 dados dos 155 dados desse período, ou seja,

menos da metade quando comparado à quantidade de dados do século XIX. Ainda assim, o peso relativo obtido para o traço [-definido][-específico] é bastante elevado, com valor de 0,81, quase o dobro do valor do peso relativo obtido para os outros traços nesse mesmo período. No período correspondente ao século XIX, período em que dispomos de mais dados, 106 de um total de 255, o valor do peso relativo é de 0,91 para o traço [-definido][-específico].

Comparando os valores de peso relativo para os traços [-definido][-específico] com os valores obtidos nas rodadas para o traço [-definido][+específico] e [+definido][+específico], observamos que o que está interferindo na anteposição ou posposição do DP ao verbo é, na verdade, o traço [+/-específico], independentemente de o traço [+/-definido] estar associado ou não.

O resultado obtido nesta etapa de análise atesta a hipótese inferida para esse grupo de fatores, segundo a qual os DPs que apresentam o traço [+definido][+específico] são predominantemente antepostos ao verbo, sendo a posposição favorecida pelo traço [-definido][-específico]. Porém, ressaltamos que, de acordo com nossos resultados, o traço [-específico] é o principal responsável pela posposição do DP ao verbo.

O próximo grupo de fatores selecionado para a variável ordem do sujeito foi o grupo *traços de animacidade do DP*.⁵⁹ Esse grupo de fatores se mostrou relevante na análise apenas no primeiro período analisado, ou seja, no período correspondente ao século XIX, conforme mostra a tabela a seguir:

⁵⁹ Destacamos que foram excluídos da análise os dados com pronomes pessoais de 1a e 2a pessoa por serem todos [+animados]. Nesse caso, tínhamos apenas 2 dados no período correspondente ao século XIX e 11 dados no período correspondente ao século XX-II.

Traços de animacidade do DP	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
DP [-animado]	64/130 = 49,2% 0,60	35/100 = 35,0% -	39/125 = 31,2% -
DP [+animado]	42/123 = 34,1% 0,40	13/55 = 23,6% -	18/68 = 26,5% -
Total	106/253 = 41,9%	48/155 = 31%	57/193 = 29,5%

Tabela 3.6 - VDP segundo os grupos de fatores traços de animacidade do DP por período de tempo

O traço favorecedor da posposição para esse grupo de fatores foi o traço [-animado], com 0,60 de peso relativo, o que atesta a hipótese inferida para esse grupo, tendência já indicada nos estudos de Pontes (1986), Berlinck (1988), Zilles (1996) e Coelho (2000). Esse grupo de fatores não foi selecionado como significativo para a ordem nas duas últimas rodadas da segunda etapa por período de tempo, apenas no século XIX, por isso nos dois últimos períodos analisados somente mostramos os percentuais.

Observamos que no século XIX a posposição do DP se deu de forma mais acentuada do que nos outros períodos analisados, inclusive para o traço [+animado]. Nos dois períodos subsequentes, correspondentes ao século XX-I e XX-II, nota-se uma diminuição do traço [-animado] nos contextos de VDP. Os percentuais obtidos para a posposição neste grupo de fatores, todos os índices abaixo de 50% de ocorrências independentemente de o traço de animacidade ser [+animado] ou [-animado], revelam que a anteposição (DPV) prevalece em todos os períodos analisados na amostra.

Ressaltamos, porém, que diferentemente de Duarte (1993), que utiliza o traço [+/-humano] na categorização dos dados em sua amostra, optamos por utilizar o traço [+/-animado] para todos os seres vivos, incluindo plantas e animais. Essa opção se deve à quantidade de dados com animais no contexto em que os dados foram extraídos, pois diversas cartas traziam relatos sobre os tropeiros e sobre o trabalho com gado, contexto bastante comum nas cartas utilizadas na amostra, como ilustram os exemplos a seguir:

(15) Os animais carregados **rolavam** nos precipícios (XIXL428)

(16) [...] o próprio cangote do zebú, que é unidos seus carateristicos, **desapparece** na terceira geração, conservando o animal apenas as pernas longas (XXIL450)

A próxima tabela traz os percentuais e pesos relativos do grupo de fatores *forma de realização do DP*, que foi selecionado na amostra pelo programa estatístico somente no período correspondente ao século XIX, não sendo selecionado nos demais períodos, conforme mostramos a seguir:

Forma de realização do DP	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Pronome dem + Det+nome + possessivo	55/142 = 38,7% 0,50	26/98 = 26,5% -	36/119 = 30,3%
DP composto (DP+DP) + relativa	17/40 = 42,5% 0,44	7/28 = 25% -	2/22 = 9,1%
Sujeito ind. /quant.	12/20 = 60,0% 0,45	6/10 = 60,0% -	6/18 = 33,3% -
Det+nome próprio/nome próprio	16/33 = 48,5% 0,75	5/14 = 35,7% -	6/18 = 33,3% -
Pronome pessoal	2/12 = 14,3% 0,26	0% -	1/15 = 6,7% -
DP nu (<i>bare</i>)	4/6 = 66,7% 0,16	4/5 = 80,0% -	7/12 = 58,3% -
Total	106/255 = 41,6%	48/155 = 31,0%	58/204 = 28,4%

Tabela 3.7 - VDP segundo o grupo de fatores forma de realização do DP por período de tempo

Com relação a esse grupo de fatores, os maiores valores de peso relativo foram obtidos com sujeito indeterminado, que apresentou 0,45 de peso relativo, com o fator (pronome demonstrativo + determinante+pronome + pronome possessivo) com 0,50 de peso relativo, e com nome próprio, que apresentou 0,75 de peso relativo, embora o percentual de VDP para esses dois últimos fatores tenha sido de apenas 48,5% e de 38,7%, respectivamente, enquanto para o sujeito indeterminado

obtivemos 60,0%. Destacamos, ainda, que o percentual de sujeito posposto realizado como nome próprio diminui de um período para outro, chegando a 33,3% no período correspondente ao século XX-II. O alto valor de peso relativo para esse fator, talvez, deva-se em parte ao estilo jornalístico de escrita que, muitas vezes, tenta dar destaque à informação trazendo o nome próprio posposto ao verbo, focalizando a informação.

Para evitarmos nocaute e facilitar a análise, agrupamos os fatores DP composto + relativa em um único fator e também os fatores DP+nome e os pronomes demonstrativos e possessivos, pois apresentaram comportamento linguístico e estatístico muito próximos na rodada geral referente à primeira etapa de análise.

A hipótese inferida para esse grupo de fatores foi atestada, já que a posposição foi favorecida quando o DP é indeterminado ou nu (*bare*). Porém, quando o trata-se de nome próprio, também obtivemos valor de peso relativo bastante significativo, diferentemente do que havíamos inferido. Destacamos que esse grupo de fatores foi selecionado pelo programa estatístico somente no período correspondente ao século XIX, nos demais períodos esse grupo não foi selecionado.

A próxima tabela traz os percentuais e pesos relativos do grupo de fatores *natureza do verbo monoargumental* selecionado na amostra no período correspondente ao século XX-II, conforme mostramos a seguir:

Natureza do verbo monoargumental	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Construção passiva inacusativa	13/25 = 52% -	06/20 = 30,0% -	04/25 = 16,0% 0,45
Inacusativo prototípico	62/160 = 38,8% -	29/100 = 29,0% -	34/90 = 37,8% 0,71
Inacusativo menos prototípico	13/28 = 46,4% -	7/16 = 43,8% -	4/29 = 13,8% 0,55
Inergativo prototípico	07/23 = 30,4% -	06/19 = 31,6% -	01/30 = 3,3% 0,08
Inergativo menos prototípico	0% -	0% -	02/09 = 22,2% 0,26
Inacusativo existencial	11/19 = 57,9% -	100% -	13/21 = 61,9% 0,76
Total	106/255 = 41,6%	48/155 = 31,0%	58/204 = 28,4%

Tabela 3.8 - VDP segundo o grupo de fatores natureza do verbo monoargumental por período de tempo

O grupo de fatores *natureza do verbo monoargumental* somente foi selecionado no período correspondente à segunda metade do século XX. Nesse grupo, os fatores que se destacaram quanto à variável ordem do sujeito foram o verbo inacusativo prototípico com peso relativo de 0,71, apesar de os inacusativos prototípicos apresentarem apenas 37,8% de posposição nesse período, e o verbo inacusativo existencial com 0,76 de peso relativo, o que atesta a hipótese inferida para esse grupo de fatores de que os inacusativos prototípicos e existenciais seriam relevantes para a ordem VDP, conforme ilustram os exemplos abaixo retirados de nossos dados:

(17) [...] em casa do senhor José A. da Luz, **chegou** o senhor João B. (XIXL403)

(18) [...] onde **existe** a escolha e aprovação dos directorios da Laguna (XIXF229)

Os períodos correspondentes à primeira metade do século XX e à segunda metade do século XIX não selecionaram esse grupo de fatores, por isso, mostramos apenas os percentuais obtidos. As ocorrências com verbos inergativos menos prototípicos nos dois primeiros períodos analisados, séculos XIX e XX-I, e as ocorrências com verbos existenciais no século XX-I

apresentaram nocaute e foram excluídas na rodada final do período.

A próxima tabela traz os percentuais e pesos relativos do grupo de fatores *material interveniente entre V e DP*⁶⁰ selecionado na amostra nos períodos correspondentes ao século XIX e XX-II, conforme apresentamos a seguir:

Material interveniente entre V e DP	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Possui material interveniente	37/128 = 28,9% 0,35	23/84 = 27,4% -	12/92 = 13,0% 0,31
Não possui material interveniente	69/127 = 54,3% 0,65	25/71 = 35,2% -	46/112 = 41,1% 0,66
Total	106/255 = 41,6%	48/155 = 31,0%	58/204 = 28,4%

Tabela 3.9 - VDP segundo o grupo de fatores material interveniente entre V e DP por período de tempo

Com relação ao grupo de fatores *material interveniente*, o fator que mais se mostrou favorável à posposição é quando não há material interveniente entre o DP e o verbo, ou seja, a configuração VDP. Nos dois períodos selecionados para esse grupo de fatores, século XIX e XX-II, os valores de peso relativo correspondem a praticamente o dobro dos valores obtidos quando a variante possui material interveniente entre o DP e o verbo.

No século XIX, o valor de peso relativo para o fator *não possui material interveniente* foi de 0,65 contra 0,35 para o fator que *possui material interveniente* entre o DP e o verbo. No século XX-II a diferença é ainda maior, pois o valor de peso relativo para o fator *não possui material interveniente* é de 0,66 contra 0,31 quando o fator representa a variante que possui material interveniente, ou seja, VxDP.

A nossa expectativa para esse grupo de fatores com relação à ordem do sujeito foi atestada, pois a posposição foi

⁶⁰ Observamos que o grupo de fatores *material interveniente entre V e DP* somente foi categorizado para a variável ordem do sujeito.

favorecida nos casos em que não havia material interveniente entre o verbo e o DP.

O exemplo a seguir ilustra a posposição do argumento ao verbo sem material interveniente entre V e DP:

(19) Como **existe** pessoas sem caráter em nossa sociedade (XXIIF282)

É importante destacar também a falta de concordância na sentença (19) em que o argumento interno do verbo inacusativo ocorre na posição pós-verbal, posição típica de objeto no PB. Gravina (2014) destaca que a ordem posposta do sujeito com verbos inacusativos é produtiva em línguas como o PB devido a sua identificação pelos falantes como um complemento do verbo e não como um sujeito verdadeiro, o que pode ser verificado, em muitos casos, pela ausência de concordância entre o DP argumento interno e o verbo, como verificamos na sentença (19).

Até o momento, destacamos os grupos de fatores selecionados pelo programa estatístico como relevantes para a variável ordem do sujeito, tomando todos os grupos de fatores para análise na rodada. Nessa rodada com todos os grupos de fatores, o grupo item lexical não foi selecionado pelo programa estatístico. Porém, é necessário verificarmos se o grupo de fatores *item lexical* não foi selecionado no período correspondente ao século XX-II por estar concorrendo com o grupo *natureza do verbo monoargumental* neste período. Para isso, repetimos a rodada retirando o grupo natureza do verbo monoargumental, mantendo todos os demais grupos de fatores. sendo selecionado somente quando excluímos o grupo natureza do verbo monoargumental da rodada.

De fato, quando retiramos o grupo *natureza do verbo monoargumental* da rodada, o programa estatístico seleciona o grupo de fatores *item lexical* como sendo relevante para a ordem VDP.

A tabela a seguir revela os valores percentuais e de peso relativo obtidos para esse grupo de fatores no período correspondente ao século XX-II:

Item lexical	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Grupo I – ficar, restar	21/34 = 61,8% -	05/16 = 31,2% -	03/08 = 37,5% 0,51
Grupo II – existir	11/19 = 57,9% -	100,0% -	13/21 = 61,9% 0,75
Grupo III – chegar, vir, ir, entrar, cair	35/88 = 39,8% -	16/52 = 30,8% -	12/34 = 35,3% 0,68
Grupo IV – acontecer, ocorrer, transcorrer	22/58 = 37,9% -	17/47 = 36,2% -	16/69 = 23,2% 0,49
Grupo V – morrer, nascer, envelhecer	03/14 = 21,4% -	02/09 = 22,2% -	10/17 = 58,8% 0,84
Grupo VI – dormir, acordar	10/27 = 37,0% -	05/25 = 20,0% -	03/46 = 6,5% 0,18
Grupo VII – correr, andar, caminhar	04/15 = 26,7% -	03/06 = 50,0% -	01/09 = 11,1% 0,36
Total	106/255 = 41,6%	48/155 = 31%	58/204 = 28,4%

Tabela 3.10 - VDP segundo o grupo de fatores item lexical por período de tempo

Observamos na tabela 3.10 que o maior valor de peso relativo foi obtido para o grupo V (morrer, nascer) com 0,84 de peso relativo e para o grupo II (existir) com valor de 0,75 de peso relativo. O grupo III (chegar, cair) também apresentou valor expressivo, com 0,68 de peso relativo. Esses grupos apresentam verbos inacusativos prototípicos e verbos inacusativos menos prototípicos em sua composição, o que pode explicar sua relevância para a ordem VDP nesse mesmo período em que o grupo natureza do verbo monoargumental foi selecionado.

Os dados pertencentes ao grupo *pessoa do discurso* e os fatores com traço [+genérico] do grupo de fatores *traços de definitude e especificidade do DP* foram excluídos da rodada final, devido ao fato de apresentarem nocaute. Os grupos de fatores *forma verbal* e *localidade* também não foram selecionados pelo programa nessa etapa como sendo significativos para a análise em nenhum dos períodos analisados, atestando as hipóteses inferidas para esses grupos de fatores.

Após apresentarmos os resultados decorrentes das duas primeiras rodadas, referentes à rodada geral e à rodada por período de tempo, que proporcionaram a verificação dos fatores significativos para a posposição do DP, passamos aos resultados e respectivos pesos relativos dos fatores selecionados por

período de tempo na análise do sujeito nulo, elencando os resultados dos grupos de fatores que se mostraram significativos. A análise desse grupo também será retomada e discutida na última seção.

3.3.3 Preenchimento do sujeito por período de tempo – resultados da 3ª etapa

Dos 971 dados levantados para composição do *corpus*, 332 dados são de sujeito nulo e 639 dados são de sujeito preenchido, representando 34% e 66% dos dados, respectivamente. A quantidade de dados contendo sujeito nulo e de sujeito expresso totais por período de tempo foram apresentados na tabela 3.1 e incluíam os dados com sujeito expresso indefinido e genérico. Nesta última etapa de nossa análise, porém, os dados com sujeitos expressos indefinidos e genéricos e os dados com sujeito nulo genéricos foram excluídos para que pudéssemos comparar de forma mais adequada nossos resultados em relação ao sujeito nulo com dados da literatura. Dessa forma, refinamos nossa análise considerando apenas os resultados com sujeito expresso e nulo com referência definida a partir de agora.

É importante ressaltar que os grupos de fatores analisados para a variável preenchimento do sujeito foram os mesmos analisados para a variável ordem do sujeito, com exceção do grupo de fatores material interveniente, que somente foi analisado para a variável ordem do sujeito. Após excluídos os casos de nocaute das rodadas em cada período e também os dados indefinidos e genéricos, temos um total de 319 dados para a análise do sujeito nulo no século XIX, 203 dados no século XX-I e 211 dados no século XX-II, totalizando 733 dados com referência definida.

Para verificarmos quais grupos de fatores estão atuando em cada período, nesta etapa, descrevemos os resultados selecionados como sendo significativos para o preenchimento ou não do sujeito. Vale ressaltar que não levamos em consideração o fato de o DP ser posposto ou anteposto ao verbo, apenas o classificamos como sendo sujeito expresso e o comparamos com o DP categorizado como sujeito nulo, considerando nesta etapa

apenas os dados com sujeitos definidos, tanto para o sujeito expresso quanto para o sujeito nulo.

Os grupos de fatores selecionados pelo programa estatístico como sendo relevantes para a análise da variável preenchimento do sujeito são apresentados no quadro a seguir, por ordem de relevância:

Grupos de fatores selecionados para o sujeito nulo	Século XIX (1851 – 1900)	Século XX-I (1901 – 1950)	Século XX-II (1951 – 2000)
Traços de animacidade do DP	1º	1º	1º
Pessoa do discurso	2º	2º	-
Forma verbal	3º	3º	-
Item lexical	-	-	2º

Quadro 3.4: Grupos de fatores significativos selecionados por período de tempo para a variante sujeito nulo por ordem de relevância

Nessa etapa de análise, somente trabalhamos com os dados de referência definida. Os grupos de fatores traços de animacidade do DP, pessoa do discurso e forma verbal foram os grupos selecionados pelo programa estatístico para a variante sujeito nulo nos dois primeiros períodos analisados. No último período, temos somente os grupos de fatores traços de animacidade do DP e item lexical selecionados pelo programa como sendo relevantes para o sujeito nulo.

É importante salientarmos que na análise do grupo de fatores traços de animacidade do DP, os dados contendo pessoa do discurso categorizados com o traço [+pessoa], ou seja, de 1ª e 2ª pessoa, foram classificados como casos de “não se aplica”, devido ao traço [+animado] ser categórico para esse fator, por

isso não estão contemplados no percentual total final para esse grupo de fatores.

A tabela a seguir traz os valores obtidos para o grupo *traços de animacidade do DP*:

Animacidade do DP	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
DP [-animado]	23/108 = 21,3% 0,36	20/91 = 22,0% 0,39	20/100 = 20,0% 0,38
DP [+animado]	66/147 = 44,9% 0,61	34/80 = 42,5% 0,62	23/52 = 44,2% 0,71
Total	89/255 = 34,9%	54/171 = 31,6% -	43/152 = 28,3%

Tabela 3.11 – Sujeito nulo segundo o grupo de fatores traços de animacidade do DP por período de tempo

Conforme a tabela 3.11 nos mostra, o grupo de fatores *traços de animacidade do DP* foi selecionado como relevante nos três períodos analisados. O traço que apresentou maior valor de peso relativo nos três períodos para esse grupo foi o [+animado], com 0,61 no século XIX, 0,62 no século XX-I e 0,71 no período correspondente ao século XX-II. Percebe-se que o valor de peso relativo para esse traço aumenta com o passar do tempo em cada período estudado, o que nos dá indícios de que, a cada período, o fator animacidade do DP se torna mais significativo para o sujeito nulo no PB. No entanto, observamos que mesmo com o aumento no valor de peso relativo a cada período, os percentuais ficam praticamente constantes. A expectativa para esse grupo de fatores era de que o traço [+animado] fosse favorecedor do sujeito expresso, o que não foi atestado nessa amostra.

Segundo Duarte (1993), ocorre um aumento do sujeito expresso no decorrer dos séculos, principalmente quando o traço [+humano] está associado ao traço [+específico], sendo o processo de mudança em direção ao pronome expresso bastante influenciado pelo traço [+humano] do antecedente. No entanto, nossos resultados não foram na mesma direção dos apontados pela autora. A opção de categorização dos dados contendo seres vivos como [+animado] e para os dados contendo DPs abstratos como [-animado], talvez não tenha sido a ideal para compararmos com os dados de Duarte (1993), já que a autora opta pelo traço [+/-humano] do referente, o que

explica a diferença no resultado esperado e dificulta a comparação.

Embora o grupo de fatores *animacidade do DP* não tenha revelado o resultado esperado de acordo com nossa hipótese inicial, faremos adiante um cruzamento entre esse grupo de fatores e o grupo de fatores item lexical quando analisarmos esse grupo de fatores, para tentarmos explicar melhor esse resultado.

O próximo grupo de fatores selecionado como relevante para a variável preenchimento do sujeito é o grupo *pessoa do discurso*, conforme tabela a seguir:

Pessoa do discurso	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
[+pessoa] (1ª e 2ª)	62/64 = 96,9% 0,70	28/32 = 87,5% 0,61	47/58 = 81,0% -
[-pessoa] (3ª)	18/28 = 64,3% 0,12	06/11 = 54,5% 0,22	04/07 = 57,1% -
Total	80/92 = 87,0%	34/43 = 79,1%	51/65 = 78,5%

Tabela 3.12 – Sujeito nulo segundo o grupo de fatores pessoa do discurso por período de tempo

O grupo de fatores *forma de realização do DP*, que traz as demais formas de realização do DP além das pessoas do discurso, não foi selecionado pelo programa estatístico como relevante, apenas o grupo *pessoa do discurso*. Para a análise desse grupo de fatores, os dados foram categorizados separadamente como portadores do traço [+pessoa] e [-pessoa]. Esse grupo de fatores se mostrou relevante nos dois primeiros períodos analisados, porém não foi selecionado pelo programa estatístico na última metade do século XX.

O valor percentual de 87,0% obtido na segunda metade do século XIX para o grupo de fatores *pessoa do discurso* corrobora os resultados de Gravina (2014), apresentados na tabela 1.8 do primeiro capítulo, segundo os quais a autora obteve 85,0% de sujeito pronominal nulo com dados oriundos de jornais brasileiros no período correspondente ao final da primeira metade/início da segunda metade do século XIX.

Mostramos, a seguir, um gráfico ilustrando o percentual geral de ocorrências de sujeitos definidos considerando apenas o grupo de fatores pessoa do discurso:

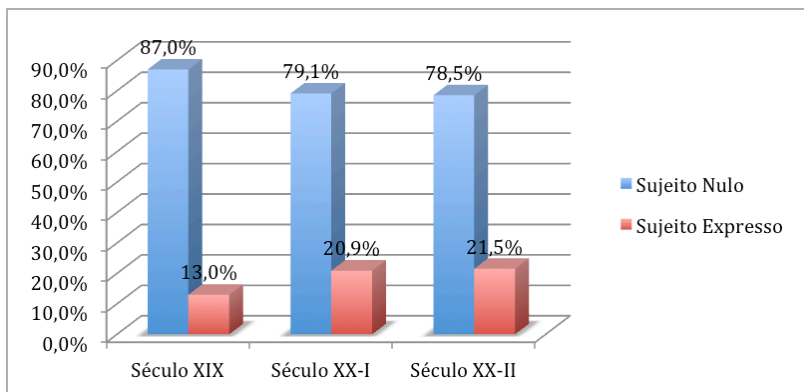


Gráfico 3.3: Frequência de sujeito nulo e expresso segundo o grupo de fatores pessoa do discurso por período de tempo

Os maiores percentuais e valores de peso relativo obtidos foram para o traço [+pessoa]. Porém, a cada período de tempo, tanto o valor percentual quanto o valor de peso relativo diminuem de um período para outro. No século XIX temos 0,70 de peso relativo para esse traço e no século XX-I o valor diminui para 0,61.

O próximo grupo de fatores que apresentamos é o grupo *forma verbal*. Os valores obtidos são apresentados a seguir:

Forma verbal	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Verbo no participio	09/41 = 22,0% 0,31	10/32 = 31,5% 0,43	05/21 = 23,8% -
Verbo no infinitivo	60/88 = 68,2% 0,71	23/39 = 59,0% 0,70	33/50 = 66,0% -
Verbo flexionado	68/167 = 40,7% 0,40	40/113 = 35,4% 0,43	44/121 = 36,4% -
Verbo no gerúndio	14/23 = 60,9% 0,67	09/19 = 47,4% 0,59	08/19 = 42,1% -
Total	151/319 = 47,3%	82/203 = 40,4%	90/211 = 42,7%

Tabela 3.13 - Sujeito nulo segundo o grupo de fatores forma verbal por período de tempo

O grupo de fatores⁶¹ *forma verbal* somente foi selecionado para o sujeito nulo nos períodos correspondentes aos séculos XIX e XX-I. Os fatores que se destacaram para essa variável foram o verbo no infinitivo e no gerúndio. O verbo na forma do participio foi o que menos favoreceu o sujeito nulo. No período referente ao século XIX, a forma verbal com verbo no infinitivo apresentou 0,71 de peso relativo e o gerúndio apresentou 0,67. No século XX-I o infinitivo apresentou valor de 0,70 e o gerúndio de 0,59. Os percentuais também diminuiram do século XIX para o XX-I para as duas formas.

Nossa hipótese inicial para esse grupo de fatores era de que esse grupo não se mostrasse relevante na análise, porém, o grupo foi relevante nos dois primeiros períodos para a variável preenchimento do sujeito.

Quanto ao grupo de fatores *item lexical*, destacamos apenas o último período, por ter sido esse o período em que o grupo foi selecionado pelo programa estatístico. Apresentamos na próxima tabela os valores obtidos para esse grupo:

⁶¹ Da mesma forma como procedemos uma análise considerando apenas as sentenças finitas para a ordem do sujeito, também o fizemos para a variável preenchimento do sujeito. Porém, os resultados mostraram percentuais muito próximos entre a análise com sentenças finitas e a análise incluindo sentenças não finitas, o que nos fez optar por mantermos todas as formas verbais nas rodadas, da mesma forma que fizemos para a variável ordem do sujeito.

Item lexical	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Grupo I – ficar, restar	09/30 = 30,0% -	07/20 = 35,0% -	06/10 = 60,0% 0,76
Grupo II – existir	01/12 = 8,3% -	0/1 = 0,0% -	0/8 = 0,0% -
Grupo III – chegar, vir, ir, entrar, cair	71/134 = 53,0% -	16/58 = 27,6% -	30/51 = 58,8% 0,68
Grupo IV – acontecer, ocorrer, transcorrer	28/67 = 41,8% -	29/66 = 43,9% -	15/60 = 25,0% 0,46
Grupo V – morrer, nascer, envelhecer	11/23 = 47,8% -	07/16 = 43,8% -	03/17 = 17,6% 0,19
Grupo VI – dormir, acordar	31/53 = 58,5% -	23/43 = 53,5% -	30/59 = 50,8% 0,45
Grupo VII – correr, andar, caminhar	0/13 = 0,0% -	1/1 = 100,0% -	6/14 = 42,9% 0,44
Total	151/319 = 47,3%	82/203 = 40,4%	90/211 = 42,7%

Tabela 3.14 - Sujeito nulo segundo o grupo de fatores item lexical por período de tempo

Nesse grupo de fatores, excluimos o fator correspondente ao grupo II (existir), por apresentar nocaute nos dois últimos períodos, e o grupo VII (correr, andar), nos dois primeiros períodos, também por nocaute.

Com relação à segunda metade do século XX, o grupo I (ficar, restar) foi o que mais se destacou, apresentando valor de 0,76 de peso relativo. Outro grupo que se destacou foi o grupo III (chegar, cair) que apresentou valor de peso relativo de 0,68.

A hipótese inferida para esse grupo de fatores era de que o preenchimento do sujeito fosse favorecido por verbos como morrer, nascer, pertencentes ao grupo V, pois geralmente exigem DP com traço [+animado], o que se confirmou no último período analisado. Na segunda metade do século XX, o grupo V apresentou valor de peso relativo de apenas 0,19 e também valor percentual de apenas 17,6% de sujeito nulo, ou seja, verbos inacusativos prototípicos como nascer e morrer favorecem o preenchimento do sujeito.

Na tabela a seguir, procedemos o cruzamento entre o grupo de fatores animacidade do DP e item lexical:

Cruzamento entre os grupos de fatores Animacidade do DP e item lexical	DP [-animado]			DP [+animado]		
	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	%	%	%	%	%	%
Grupo I – ficar, restar	2/21=10%	3/14=21%	2/6=33%	3/5=60%	1/3=33%	1/1=100%
Grupo II – existir	0/8 = 0%	-	-	1/4=25%	-	-
Grupo III – chegar, sair, ir, entrar, cair	9/33=27%	1/23=4%	7/21=33%	34/72=47%	8/26=31%	11/16=69%
Grupo IV – acontecer, ocorrer,	9/33=27%	11/35=31%	10/49=20%	12/27=44%	11/22=50%	0/4=0%
Grupo V – morrer, nascer,	0/1=0%	1/4=25%	0/4=0%	5/16=31%	3/9=33%	2/11=18%
Grupo VI – dormir, acordar	3/12=25%	4/15=27%	1/17=6%	11/23=48%	11/20=55%	6/12=50%
Grupo VII – correr, andar, caminhar	-	-	0/3=0%	-	-	3/8=38%

Tabela 3.15: Frequência de sujeito nulo segundo o cruzamento entre os grupos de fatores animacidade do DP e item lexical

O grupo II (*existir*) e o grupo VII (correr, andar) haviam sido excluídos na rodada final devido a apresentarem nocaute e por isso não aparecem no cruzamento entre os grupos de fatores nos dois últimos períodos e dois primeiros períodos respectivamente.

A tabela 3.15 revela que em todos os períodos o traço [+animado] favorece o sujeito nulo. No século XIX, destacamos os grupos I (ficar, restar, permanecer) com 60% de ocorrências de sujeito nulo com traço [+animado], o grupo III (chegar, sair, desembarcar) com 47% de ocorrências e o grupo VI (dormir, acordar, trabalhar) com 48%.

No século XX-I, os grupos que se destacaram foram os grupos IV (acontecer, ocorrer) com 50% de ocorrências e VI (dormir, acordar, trabalhar) com 55%. No último período, século XX-II, destacamos os verbos do grupo III (chegar, sair, desembarcar) com 69% de ocorrências, do grupo VI (dormir,

acordar, trabalhar) com 50% de ocorrências e o grupo VII (correr, andar, caminhar) com 38% de ocorrências. Esses foram os grupos verbais que mais se destacaram no cruzamento entre os grupos de fatores, apresentando maiores percentuais com traço [+animado] nos períodos analisados. Abaixo, ilustramos com exemplo para cada grupo:

(20) [...] não te esqueças de que teu irmão é sobretudo teu amigo, mas que não **exitará** em lançar sôbre ti as responsabilidades por atos indignamente construídos (XXIIF816)

(21) Apenas almoçei, tornei á **sair** (XIXF343)

(22) [...] o dentista [...]. Sei que êle é grande benfeitor do estabelecimento. **Trabalhou** de graça para seus pequenos clientes... (XXIIF125)

(23) Várias mocinhas e crianças, já foram alvo deste paranóico, que causa medo até mesmo de **andar** ainda de dia pela rua (XXIIL693)

Nas sentenças (20) e (21) temos verbos pertencentes aos grupos I e III respectivamente, que grupos são formados por verbos inacusativos prototípicos em sua maioria. Já as sentenças (22) e (23) trazem verbos pertencentes aos grupos VI e VII respectivamente.

O grupo VI traz verbos que representam ação, inclusive alguns inacusativos prototípicos, enquanto o grupo VII traz verbos inergativos que representam atividades, todos os verbos pertencentes a esse grupo trazem a ideia de deslocamento concreto, por isso a preferência por DP com traço [+animado]. Esse cruzamento nos ajuda a visualizar a causa do percentual alto de sujeitos com traço [+animado] selecionados pelos verbos com que trabalhamos nessa amostra.

Nesta etapa da análise, focamos nos grupos de fatores selecionados como significativos para a variante sujeito nulo, ou seja, o grupo *traços de animacidade do DP*, selecionado nos três períodos analisados, os grupos *pessoa do discurso* e *forma verbal*, selecionados nos dois primeiros períodos, e o grupo de fatores *item lexical*, selecionado no último período analisado. O

grupo de fatores *localidade* não foi selecionado como relevante na rodada para nenhum dos períodos.

Na próxima tabela, apresentamos os percentuais obtidos nessa rodada para o grupo de fatores *natureza do verbo monoargumental*, embora não tenha sido selecionado pelo programa estatístico como sendo relevante para a variante sujeito nulo. No entanto, optamos por apresentar esse resultado para podermos fazer uma comparação, na próxima seção, entre as duas variáveis dependentes no período correspondente ao século XX-II com relação a esse grupo de fatores, já que foi selecionado pelo programa para a variável ordem do sujeito no último período analisado. Abaixo, mostramos os percentuais obtidos para a variante sujeito nulo:

Natureza do verbo monoargumental	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Construção passiva inacusativa	07/25 = 28,0% -	07/25 = 28,0% -	04/18 = 22,2% -
Inacusativo prototípico	90/201 = 44,8% -	49/129 = 38,0% -	39/103 = 37,9% -
Inacusativo menos prototípico	27/44 = 61,4% -	08/21 = 38,1% -	18/35 = 51,4% -
Inergativo prototípico	20/29 = 69,0% -	15/23 = 65,2% -	21/39 = 53,8% -
Inergativo menos prototípico	06/08 = 75,0% -	03/05 = 60,0% -	08/16 = 50,0% -
Inacusativo existencial	01/12 = 8,3% -	0/1 = 0,0% -	0/8 = 0% -
Total	151/319 = 47,3%	82/203 = 40,4%	90/211 = 42,7%

Tabela 3.16 - Sujeito nulo segundo o grupo de fatores natureza do verbo monoargumental por período de tempo

É importante destacarmos que o grupo de fatores *natureza do verbo monoargumental* não foi selecionado para a variante sujeito nulo nem mesmo quando excluímos da análise o grupo item lexical, como procedemos para a análise da ordem do sujeito.

Observamos pelos percentuais obtidos nessa rodada que os fatores classificados como verbo inacusativo menos prototípico, inergativo prototípico e inergativo menos prototípico ficaram com valores percentuais de ocorrências bem próximos, todos na casa dos 50%, no período correspondente ao século

XX-II. Porém, esse período mostrou os menores percentuais de sujeito nulo com os verbos inacusativos em comparação aos demais períodos. Nesse tipo de verbo ocorre também menos marca de concordância verbal, justamente nos contextos em que temos maior tendência ao preenchimento do sujeito quando comparado aos demais períodos.

Na próxima seção, comparamos alguns resultados obtidos para as variáveis ordem e preenchimento do sujeito.

3.4 Ordem e preenchimento do sujeito: amarrando as pontas

Nesta seção, buscamos refletir sobre os principais resultados apontados pelas rodadas estatísticas acerca dos grupos de fatores que se mostraram significativos para o estudo da ordem e do preenchimento do sujeito na amostra do PHPB-SC, em cada período estudado, por meio da comparação entre os resultados obtidos para as duas variáveis em estudo.

Quando examinamos os grupos de fatores para cada variável dependente na amostra estudada, percebemos que os períodos em que há mais grupos de fatores selecionados como sendo relevantes para a análise das variáveis são os períodos correspondentes aos séculos XIX e XX-II, ou seja, a segunda metade de cada século mostra mais grupos de fatores capazes de influenciar a estrutura interna da língua na amostra estudada. Contudo, são os períodos com mais dados em análise, o que pode ter influenciado.

A partir das rodadas estatísticas com o programa GOLDVARB YOSEMITE descritas nas seções anteriores, realizamos um mapeamento dos grupos de fatores mais relevantes para a ordem e o preenchimento do sujeito. A segunda metade do século XIX mostra que os grupos de fatores selecionados para as duas variáveis dependentes concentram mais grupos de fatores semânticos e o último período, século XX-II, mais grupos de fatores sintáticos.

O quadro a seguir traz o mapeamento dos fatores condicionadores em cada período por ordem de relevância, já apresentados nos quadros 3.4 e 3.5 anteriormente, comparando as duas variantes VDP e sujeito nulo:

Grupos de fatores selecionados para a ordem VDP	Século XIX (1851 – 1900)	Século XX-I (1901 – 1950)	Século XX-II (1951 – 2000)
Traços de definitude e especificidade do DP	1º	1º	1º
Traços de animacidade do DP	2º	-	-
Forma de realização do DP	3º	-	-
Material interveniente	4º	-	3º
A natureza do verbo monoargumental	-	-	2º
Item lexical	-	-	2º
Grupos de fatores selecionados para o sujeito nulo	Século XIX (1851 – 1900)	Século XX-I (1901 – 1950)	Século XX-II (1951 – 2000)
Traços de animacidade do DP	1º	1º	1º
Pessoa do discurso	2º	2º	-
Forma verbal	3º	3º	-
Item lexical	-	-	2º

Quadro 3.5: Grupos de fatores significativos selecionados por período de tempo para as variantes VDP e sujeito nulo

Com base no quadro apresentado, podemos observar quais fatores se mantêm estáveis e quais cedem à ordem DPV e sujeito preenchido ao longo dos períodos analisados. Observamos que o grupo de fatores *traços de definitude e especificidade do DP*, mais especificamente o traço [+/-específico], é favorecedor da ordem VDP em todos os períodos de tempo, prevalecendo sobre os demais grupos de fatores em todos os períodos analisados. Já o grupo de fatores *animacidade do DP* somente se mostra relevante para a ordem VDP nessa amostra no primeiro período, ou seja, no século XIX. No último período analisado, século XX-II, os grupos que se destacam são de natureza sintática, ou seja, item lexical e natureza do verbo monoargumental.

Com relação ao preenchimento do sujeito, temos o grupo de fatores *traços de animacidade do DP* como relevante para a variável em todos os períodos analisados na amostra. Já os grupos *pessoa do discurso* e *forma verbal* são relevantes nos dois primeiros períodos, não sendo selecionados no último período analisado. Nesse período, o grupo *item lexical* é que passa a ser selecionado como relevante juntamente com o grupo *animacidade do DP*.

Em termos de quantidade de grupo de fatores relevantes para a análise, o primeiro período, correspondente ao século XIX (1851 – 1900), foi o que mais concentrou grupos de fatores significativos para as duas variáveis em estudo, ordem VDP e preenchimento do sujeito. Nesse período, temos quatro grupos selecionados para a ordem e três grupos selecionados para o sujeito nulo. Porém, nesse período temos uma quantidade significativa de dados disponíveis para análise, diferentemente do século XX-I, em que a quantidade de dados é inferior quando comparado aos dois outros períodos, o que pode ter influenciado na quantidade de grupos selecionados pelo programa computacional.

No segundo período, século XX-I (1901 – 1950), apenas um grupo de fatores foi selecionado para a ordem do sujeito e os mesmos três grupos de fatores selecionados como relevantes pelo programa estatístico para o sujeito nulo no primeiro período se repetiram no segundo período.

No último período, correspondente ao século XX-II (1951 – 2000), obtivemos três grupos selecionados pelo programa para a ordem do sujeito e dois grupos para o sujeito nulo, sendo os grupos *natureza do verbo monoargumental* e *item lexical* selecionados em rodadas separadas no período correspondente ao século XX-II para a variável ordem do sujeito.

O grupo de fatores *localidade* não se mostrou relevante para nenhuma das duas variáveis dependentes em nenhum dos períodos analisados, o que mostra não haver variação diatópica entre as localidades de Lages e de Florianópolis no que diz respeito aos fenômenos em estudo, conforme já havíamos inferido ao propormos a hipótese para esse grupo de fatores.

Comparamos, abaixo, os percentuais obtidos nas duas últimas etapas de análise para o grupo de fatores *natureza do*

verbo monoargumental, para as variantes ordem VDP⁶² e sujeito nulo, focando apenas nos dados com verbos inacusativos:

	Natureza do verbo monoargumental	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
Ordem VDP	Inacusativo menos prototípico	46,4%	43,8%	13,8%
	Inacusativo prototípico	38,8%	29,0%	37,8%
	Inacusativo existencial	57,9%	100%	61,9%
Sujeito nulo	Inacusativo menos prototípico	61,4%	38,1%	51,4%
	Inacusativo prototípico	44,8%	38,0%	37,9%
	Inacusativo existencial	8,3%	0,0% -	100% -

Tabela 3.17: Frequência de VDP e de sujeito nulo, segundo o grupo de fatores natureza do verbo monoargumental por período de tempo

De acordo com a classificação proposta por Ciríaco e Cañado (2004) utilizada neste estudo, os inacusativos menos prototípicos compartilham algumas propriedades com os inergativos menos prototípicos, ora tendendo para inacusatividade ora para inergatividade. Mesmo no século XX-II, em que o inacusativo prototípico apresentou percentual de 37,8% de VDP apenas, obtivemos peso relativo de 0,71 e com o verbo inacusativo menos prototípico, os resultados apontaram um percentual de 13,8% de VDP, com peso relativo de 0,55. Já os inacusativos existenciais são os mais prototípicos de todos e por isso foram separados dos demais inacusativos prototípicos, apresentando percentuais altos de VDP para a ordem do sujeito.

Segundo Nascimento (2014), as sentenças construídas com verbos existenciais são caracterizadas especialmente pela função apresentativa, em que o verbo introduz um novo sujeito no discurso. A autora argumenta que a função apresentativa

⁶² Nas tabelas em que comparamos os resultados das etapas por período de tempo para as duas variáveis dependentes, resgatamos os valores obtidos anteriormente nas duas últimas etapas de análise. No entanto, para a variável ordem do sujeito, somente estão sendo considerados os dados com sujeito preenchido, pois os dados com sujeito nulo não foram considerados na análise para essa variável.

dessas sentenças deve-se ao fato de que a posição pós-verbal em que se encontra o DP é própria para receber sintagmas focalizados, que carregam informação nova, ou pelo menos parte da informação nova, por isso os altos índices percentuais para a ordem VDP.

Para o preenchimento do sujeito, o grupo de fatores *natureza do verbo monoargumental* não foi selecionado e os valores apresentados para esse grupo na tabela 3.17 não mostram indicativos de mudança. No caso do verbo inacusativo existencial, nenhuma distribuição equilibrada apareceu. Em dois tempos tivemos nocaute, para direções contrárias. Dentre os verbos inacusativos, os verbos classificados como inacusativos menos prototípicos foram os que mostraram os maiores percentuais de sujeito nulo, conforme exemplo:

(24) Muito curioso, **sentei** e de início pedi um cigarro e não o consegui, pois o cidadão estava até mesmo sem cigarros. (754XXIIF)

Com relação ao grupo de fatores item lexical, selecionado no século XX-II para o sujeito nulo, os grupos contendo os verbos do grupo I (ficar, restar) e grupo III (chegar, cair) mostraram maior peso relativo para o sujeito nulo, conforme tabela 3.14 apresentada na seção anterior, com 0,76 e 0,68, respectivamente. Da mesma forma que os inacusativos prototípicos mostram mais resistência à anteposição no último período, os grupos de itens lexicais que contêm grande parte dos inacusativos prototípicos também oferecem mais resistência ao preenchimento do sujeito nesse mesmo período. Para a ordem VDP no século XX-II o grupo de fatores item lexical somente foi selecionado quando excluímos da análise o grupo natureza do verbo monoargumental.

Comparamos, na tabela a seguir, os valores percentuais para o grupo item lexical com relação às variáveis ordem e preenchimento do sujeito:

	Item lexical	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
Ordem VDP	Grupo I – ficar, restar	61,8%	31,2%	37,5%
	Grupo III – chegar, vir	39,8%	30,8%	35,3%
	Grupo V – morrer, nascer	21,4%	22,2%	58,8%
Sujeito nulo	Grupo I – ficar, restar	30,0%	35,0%	60,0%
	Grupo III – chegar, vir	53,0%	27,6%	58,8%
	Grupo V – morrer, nascer	47,8%	43,8%	18,8%

Tabela 3.18: Frequência de VDP e de sujeito nulo, segundo o grupo de fatores item lexical por período de tempo

Observamos pelos dados apresentados na tabela que o percentual de sujeito nulo caiu do século XIX para o final do século XX para os verbos pertencentes ao grupo V (morrer, nascer). A explicação se dá pelo traço [+animado] que o argumento selecionado pelo verbo traz, mesmo se tratando de verbos inacusativos prototípicos, em que seus argumentos não são desencadeadores da ação, sendo considerados *achievements*.

A explicação para os índices obtidos com verbos desse grupo pode estar no fato de que a perda do sujeito nulo atinge primeiro os contextos mais referenciais para depois atingir os menos referenciais (cf. SANTOS e SOARES DA SILVA, 2012). Sendo assim, seria possível prever que a perda da ordem VDP atinge primeiro verbos como *morrer* e depois passa a se implementar nos contextos com outros verbos inacusativos, uma vez que os dois fenômenos, apagamento e posposição do sujeito, são propriedades do parâmetro do sujeito nulo que está em processo de mudança no PB.

No entanto, cabe uma ressalva quanto ao alto índice obtido no último período para o grupo de fatores item lexical correspondente ao grupo V (morrer, nascer, falecer etc) para a variável ordem do sujeito. Esse grupo apresentou percentual de 58,8% de VDP de acordo com a tabela 3.18, o que não é

esperado para esse grupo de verbos, devido ao tipo de argumento selecionado.

Observando as dez sentenças de nossa amostra que contêm esses verbos analisados no século XX-II, verificamos que cinco sentenças pertencem a uma mesma carta dirigida ao redator de um jornal de Florianópolis, cujo conteúdo descrevia sucessivos falecimentos de uma mesma família, o que contribuiu para o percentual de 58,8% de VDP nesse período, conforme exemplos:

(25) [...] quando estupidamente faleceu minha querida mãe (XXIIF176)

(26) [...] falece, em 1987, no Hospital do Coração, em São Paulo, o querido Nazareno (XXIIF177)

(27) Em 1994, falece meu outro irmão e amigo Mário I. C. (XXIIF178)

(28) Em 1996, faleceram a minha querida Maria Aparecida, irmã que para mim foi tudo, pois era quem me fazia tudo (XXIIF179)

(29) [...] após duas semanas da morte de minha irmã, faleceu meu pai Jorge P. C. (XXIIF180)

Talvez o que possa explicar esse alto percentual de VDP com esse grupo de verbos no período correspondente ao século XX-II deva-se, em parte, por metade dos dados desse período pertencer a um mesmo autor, o que pode representar mais uma questão de estilo da escrita do autor ou uma estratégia discursiva do que propriamente uma tendência ao uso de VDP nesse período. Esse alto índice percentual obtido para o grupo V no último período analisado, nos faz refletir sobre a classificação dos verbos *falecer* e *morrer* como pertencentes ao mesmo grupo, pois o verbo *falecer* parece ainda permitir a ordem VDP mais facilmente do que o verbo *morrer* em dados escritos do PB.

Os verbos do grupo III (chegar, vir, sair), e do grupo VII (correr, andar, caminhar, rolar) também se destacaram com relação ao sujeito nulo, apresentando índices percentuais altos. Talvez, a explicação possa estar no tipo de argumento

selecionado, pois os verbos pertencentes a esses dois grupos são verbos de atividade que, em geral, exigem referentes com traço [+animado]. Verificamos os exemplos a seguir retirados de nossos dados:

(30) [...] pois que elle foi obrigado a sahir por circunstancia da familia, e hoje já ____ **voltou**.(XIXF207)

(31) Papai bem compreendia aquela situação e academicamente denunciava sua presença antes de ____ **sair** (XIXF293)

(32) Em Jaraguá do Sul, tínhamos uma opção para **andar** de maria fumaça (XXIIF196)

Segundo Duarte, o traço [-humano] seria um inibidor do pronome expresso, porém os resultados apontam percentuais não esperados para esse grupo de fatores. Pode estar havendo uma influência do tipo de verbo, pois os grupos que apresentam verbos de atividade que selecionam DPs [+animados] foram favorecedores do sujeito nulo, sendo que esse traço inclui animais e plantas e não só DPs com traço [+humano].

Os percentuais de VDP considerando todas as formas de realização do DP e os percentuais de sujeito nulo considerando apenas o grupo de fatores pessoa do discurso com os dados que apresentam o traço [+definido], ilustrados na tabela a seguir, podem nos auxiliar nessa visualização:

	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
Ordem VDP	41,6%	31,0%	28,4%
Sujeito nulo	87,0%	79,1%	78,5%

Tabela 3.19: Frequência de VDP (todas as formas de realização do DP) e de sujeito nulo (pessoa do discurso) por período de tempo

Os valores percentuais da tabela 3.19 retomam os valores apresentados nas tabelas 3.8, para a variável ordem do sujeito, e 3.12, para a variável preenchimento do sujeito. Quando verificamos apenas os resultados para a pessoa do discurso observamos percentuais expressivos de sujeito nulo na amostra, de 87,0% no século XIX, 79,1% no século XX-I e 78,5% no século XX-II. Esses valores corroboram os percentuais de sujeito

pronominal nulo verificado no *corpus* jornalístico da região de Minas Gerais analisado por Gravina (2008; 2014).

Ainda assim, os percentuais obtidos em nossa pesquisa com relação aos sujeitos pronominais são bem mais altos que os percentuais de sujeito nulo no PB mostrados no gráfico 1.1, obtidos por Duarte (1993), apresentados no primeiro capítulo. Esse resultado pode ser explicado, em parte, pelo tipo de gênero utilizado para realizar a pesquisa, pois, enquanto Duarte opta por trabalhar com peças de teatro de caráter popular, nossa pesquisa, assim como a de Gravina (2014), utiliza textos de jornais, que tendem a apresentar características mais conservadoras da língua portuguesa. Como apontado por essa autora, o gênero peça de teatro é mais ligado à oralidade, e por isso, mais propenso às inovações da língua. As peças de teatro são caracterizadas por possuírem diálogos entre personagens e por isso podem representar algo mais próximo à fala do que os textos de jornais que, em geral, mantêm uma escrita mais conservadora e formal, sem muitas inovações de escrita.

Gravina (2014) observa que os percentuais obtidos em Gravina (2008) para o uso da primeira pessoa nula nos jornais brasileiros são extremamente recorrentes. A autora considera que esse uso de sujeito nulo de primeira pessoa, singular e plural, configurou-se como algo de caráter textual e de elocução na tentativa de proporcionar proximidade com o leitor, ou seja, uma forma de inseri-lo nas afirmações que estavam sendo apresentadas nos textos. O uso de primeira pessoa do plural nula apresenta a vantagem de permitir ao autor da carta ou ao redator ser impessoal ao mesmo tempo em que estabelece uma proximidade do leitor com o tema abordado no periódico. O uso desse recurso estilístico possibilita ao autor ou redator se eximir em parte da responsabilidade do texto.

De forma geral, ao compararmos os resultados para ambas as variáveis dependentes, notamos que ocorre uma queda mais brusca no percentual do sujeito nulo e da posposição do DP, do século XIX para a primeira metade do século XX. Essa queda na frequência das duas variantes, sujeito nulo e VDP, acontece de forma mais discreta na passagem do período correspondente ao século XX-I para o período correspondente ao século XX-II. É importante ressaltarmos que a diminuição de ocorrências de VDP do século XIX para o século XX acompanhou a tendência de o PB apresentar uma mudança em

relação ao parâmetro do sujeito nulo, numa direção [+sujeito expresso] no mesmo período de tempo.

3.5 Síntese do capítulo

Neste capítulo, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa e apresentamos algumas informações acerca do *corpus* e hipóteses para as variáveis e grupos de fatores empregados na análise dos dados.

Na segunda seção, descrevemos os resultados das rodadas estatísticas, apresentando, primeiramente, as tabelas com os resultados gerais e percentuais obtidos para a variável ordem do sujeito. Numa segunda etapa, descrevemos e discutimos os resultados obtidos para a ordem VDP, por período de tempo e, numa terceira etapa, os resultados obtidos para o sujeito nulo, destacando os grupos de fatores selecionados pelo programa estatístico, por período de tempo.

Por fim, na última seção, fizemos um retrospecto de nossos resultados de sujeitos nulos e inversões do sujeito comparando com outros resultados obtidos nos trabalhos apresentados no primeiro capítulo. Verificamos que, de forma geral, mesmo com o aumento do preenchimento do sujeito no PB, tanto a ordem VDP quanto o sujeito nulo ainda são licenciados em alguns ambientes sintáticos.

Fazendo um retrospecto de nossos resultados de sujeitos nulos e inversões do sujeito e comparando-os com outros resultados obtidos nos trabalhos apresentados no primeiro capítulo, podemos apresentar o seguinte panorama: o PB teria sofrido uma mudança gramatical em relação ao sujeito nulo do século XIX para o século XX, deixando de ser uma língua de sujeito nulo para ser considerado uma língua de sujeito nulo parcial, conforme já argumentado em Gravina (2014). Porém, ainda há alguns contextos produtivos para o sujeito nulo no PB, como é o caso dos sujeitos pronominais definidos com o traço [+pessoa].

Em relação à inversão do sujeito, os dados revelam a tendência de o PB se tornar preferencialmente DPV, sendo as construções inacusativas e existenciais as que oferecem maior resistência à mudança. Os verbos inacusativos, por

selecionarem apenas o argumento interno, favorecem a posposição do sujeito, diferentemente dos verbos inergativos. Observamos que o DP pós-verbal carrega diferenças quanto à animacidade do DP, definitude e especificidade quando comparado ao DP pré-verbal. Em geral, os argumentos internos de verbos inacusativos carregam os traços [-definido], [-específico] e [-animado], além de serem mais ligados ao papel temático de tema, por não possuírem características agentivas, o que os aproxima das propriedades apresentadas pelos objetos diretos no PB.

Os resultados também indicam que a diminuição do percentual de posposição do DP ocorre paralelamente à diminuição de sujeito nulo ao longo dos três períodos selecionados na amostra, o que nos dá indícios de que a mudança para as duas variáveis pode estar encaixada no sistema linguístico do PB e que a implementação dessas mudanças ocorre de forma paralela, mesmo que os grupos de fatores que atuam para essa queda sejam diferentes para as variáveis analisadas.

Observando apenas os resultados do século XX-II, podemos dizer que os dois fenômenos investigados neste trabalho mostram as seguintes tendências: a ordem VDP ainda resiste quando o DP carrega o traço [-específico], principalmente quando o verbo é inacusativo existencial ou prototípico; também é contexto de resistência quando não há material interveniente entre V e DP. Esses contextos se assemelham ao foco apresentativo, com DP na posição pós-verbal. Já o sujeito nulo ainda resiste quando o DP é [+animado], especialmente nos grupos verbais I e III. Esses grupos verbais compreendem o que Ciríaco e Cançado (2004) chamam de inacusativos prototípicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, realizamos uma investigação acerca da variação na ordem e no preenchimento do sujeito em construções monoargumentais, centrando a pesquisa nas construções inacusativas, a partir de dados escritos oriundos de jornais que circularam em Santa Catarina nos séculos XIX e XX.

No primeiro capítulo, apresentamos o quadro teórico no qual a pesquisa está inserida e revisitamos alguns trabalhos sobre a ordem e o preenchimento do sujeito que nos permitiram vislumbrar quais os possíveis condicionadores dos fenômenos em estudo.

No segundo capítulo, apresentamos alguns estudos sobre o fenômeno da inacusatividade e trouxemos alguns testes que podem ser aplicados na identificação das construções inacusativas. Esses testes levam em conta características sintáticas e semânticas dos verbos inacusativos. Com base na escala de prototipicidade dos verbos elaborada por Ciríaco e Cançado (2004), mostramos os testes utilizados para a classificação dos verbos monoargumentais inacusativos e inergativos utilizados nesta pesquisa.

Por meio de rodadas estatísticas utilizando o programa GOLDVARB YOSEMITE, no terceiro capítulo, buscamos levantar quais os grupos de fatores que condicionaram a ordem e o preenchimento do sujeito em cada período de tempo estudado. De modo geral, os resultados apontaram que, em cada período de tempo, os grupos de fatores linguísticos que atuam no favorecimento das variáveis dependentes em estudo são diferentes. No segundo período do século XIX há mais destaque para fatores de ordem semântica atuando no favorecimento da ordem VDP e no favorecimento do sujeito nulo; já no segundo período do século XX, os grupos mais atuantes são de ordem sintática.

Após a análise dos dados, as perguntas levantadas no início desta pesquisa podem agora ser retomadas e respondidas. Com relação à ordem do sujeito, nossa análise mostrou que a inversão do sujeito é favorecida quando o verbo é inacusativo, sendo as construções inacusativas prototípicas e prototípicas existenciais as que exibem maiores percentuais de posposição. Com base nos resultados obtidos na amostra, pudemos verificar

também que mesmo a classe dos verbos inacusativos não é homogênea, pois os verbos inacusativos existenciais apresentam percentuais tão altos de posposição que têm de ser analisados separadamente, podendo ser considerados como uma classe separada dos demais verbos inacusativos prototípicos.

Quanto ao preenchimento do sujeito, embora nossa análise tenha revelado que com o passar do tempo o percentual de sujeito nulo diminuiu, ainda temos alguns contextos de resistência, em especial quando o sujeito é pessoa do discurso, o que pode ser explicado em parte pelo tipo de gênero selecionado para o estudo, que apresenta um caráter mais formal e conservador de escrita, como é o caso do gênero jornalístico. Os grupos de verbos reunidos de acordo com itens lexicais que apresentam verbos inacusativos em seu conjunto de dados mostraram ser contexto favorecedor de sujeito nulo. Nota-se que para ambos os fenômenos em estudo, ordem e preenchimento do sujeito, os grupos contendo verbos inacusativos prototípicos são ambientes condicionadores das variantes VDP e sujeito nulo. Porém, os verbos do grupo V, que contém verbos como *morrer* e *nascer*, apresentaram maior tendência ao preenchimento do sujeito no último período do século XX, mesmo sendo inacusativos.

Quanto ao estatuto teórico das construções inacusativas, podemos analisar essa questão reformulando-a para: “qual o estatuto teórico do argumento interno que acompanha o verbo inacusativo?”. Os dados analisados na amostra revelam que a posposição do DP ao verbo é favorecida quando o verbo é inacusativo prototípico, especialmente quando é existencial, e quando não há material interveniente entre V e DP. Com o passar dos séculos, a posposição do DP argumento interno do verbo inacusativo no PB fica cada vez mais restrita aos traços [-específico] e [-animado] do DP.

Os resultados encontrados em nossos dados apontam que o DP pós-verbal de construções inacusativas não pode ser considerado como sendo objeto, embora em alguns casos, como em sentenças com verbos existenciais, o DP pós-verbal apresente características típicas de objeto. Porém, o que nossa pesquisa mostra é que o DP pós-verbal é um sujeito ligado à informação nova e cada vez mais restrito ao uso com determinados verbos monoargumentais, especialmente em

contextos que apresentam construções com verbos inacusativos prototípicos.

Dessa forma, esta pesquisa contribuiu para os estudos diacrônicos acerca da ordem e do preenchimento do sujeito não só pelo fato de ter olhado para ambos os fenômenos comparativamente ao longo de dois séculos, mas pelo fato de ter utilizado uma escala de prototipicidade na análise das construções inacusativas que possibilitou verificar se as mudanças ocorrem de forma simultânea a todos os grupos de verbos sob o rótulo de “inacusativos” e também verificar quais os fatores condicionadores dessas mudanças a cada período de tempo.

É importante, contudo, salientarmos que os resultados descritos e analisados no terceiro capítulo não podem ser tomados como absolutos, devido ao tamanho da amostra utilizada, ainda que tenhamos tentado fazer o melhor uso possível dos dados (cf. LABOV, 1994). Ainda assim, os resultados observados na amostra analisada podem vir a se somar a outros estudos que venham a ser realizados sobre o tema e que queiram dar continuidade à pesquisa, especialmente, no âmbito da Sociolinguística Histórica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática Latina*. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

ANTONELLI, A. L. *Sintaxe de posição do verbo e mudança gramatical na história do português europeu* [Tese de Doutorado]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas: 2011.

BASSO, R. M. *Telicidade e detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual*. 288 f. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, SP, 2007.

BELLETTI, A. The Case of Unaccusatives. *Linguistic Inquiry*. Vol. 19 (1), p.1-34. 1988.

BERLINCK, R. de A. *Correlações entre Norma, Variação e Mudança: um olhar a partir da variação de preposições*. Palestra proferida em 17 dez. 2013, Florianópolis: UFSC, 2013. [anotações pessoais]

BERLINCK, R. de A. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1988.

BERLINCK, R. de A. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. São Paulo: Pontes, 1989, p. 95-112.

BERLINCK, R. de A.; COELHO, I. L. A ordem do sujeito em construções declarativas na história do português brasileiro. A sair em *História do Português Brasileiro*. Vol 3: Mudança gramatical do português brasileiro, Tomo 3: Mudança sintática na perspectiva formalista (no prelo).

BERLINCK, R. de A. BIAZOLLI, C. C.; BALSALOBRE, S. R. G. Gêneros do jornal e estilo: (re)visitando a variação linguística. In: GÓRSKI, E. M.; COELHO, I. L.; SOUZA, C. M. N. (Org.). *Variação Estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 261-280.

BERLINCK, R. de A.; DUARTE, M. E. L.; OLIVEIRA, M. de. Predicação. In: KATO, M. A ; NASCIMENTO, M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. Vol 2. São Paulo: Contexto, 2015. p. 81-150.

BERLINCK, R. de A. *Et al.* Mudança Sintática e a História do Português Brasileiro nos Séculos XIX e XX. In: SÁ JÚNIOR, L. A. ;MARTINS, M. A. (Org.). *Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 155-188.

BRAGA, M. L. Variáveis discursivas sob a perspectiva da Teoria da Variação. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2012. p. 101-116.

BRITO, A. M. Nomes derivados de verbos inacusativos. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II Série, vol. XXII, Porto, 2005, p. 47-64.

BURZIO, L. Italian Syntax. *A Government-Binding Approach*. Dordrecht, Reisel Publishing Company, 1986.

CANÇADO, M. Hierarquia Temática: uma proposta para o PB. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, especial, p. 17-43, 2003. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/2880/2362>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

CANÇADO, M. Posições Argumentais e Propriedades Semânticas. *Revista D.E.L.T.A.*, São Paulo, vol. 21 no 1, p. 23-56, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000100002. Acesso em: 15 jun. 2016.

CANÇADO, M. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MÜLLER, Ana; NEGRÃO, Esmeralda; FOLTRAN, Maria (Org.). *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 95-124.

CANÇADO, M. Papéis Temáticos. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 105-121.

CANÇADO, M. *Verbos Psicológicos: uma classe relevante gramaticalmente?* In: *Veredas Atemática*. Volume 16, no 2, 2012. Disponível em: <http://www.ufff.br/revistaveredas/files/2012/10/artigo-1.pdf>. Acesso em: 17/02/2017.

CARVALHO, G. M. de. Inacusatividade e ergatividade na fala rural do PB. In: *Revista Inventário*. 5 ed., mar/2006. Disponível em: <http://www.inventario.ufba.br/05/05gcarvalho.htm>. Acesso em: 11/04/2016.

CAVALCANTE, S. R. O. O sujeito nulo de referência indeterminada na fala culta carioca. In: *Revista Diadorim*. v.2, 2007. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3851/2829>.
Acesso em: 07/05/2017.

CHIERICI, P. *Distinção Morfossintática entre Verbos Inergativos e Inacusativos*. Disponível em:
<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/revele/article/view/File/3635/3611> Acesso em: 21/03/2017

CHIERCHIA, G. *Semântica*. Campinas, SP: Editora Unicamp, Pr: EDUEL, 2003.

CHOMSKY, N. *The minimalist Program*. MIT Press, London, England, 1995.

CIRÍACO, L. CANÇADO, M. Inacusatividade e Inergatividade no PB. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), UNICAMP, Campinas, v. 46, n.2, p. 207-225, 2004. Disponível em:
<<http://www.letras.ufmg.br/profs/marciacancado/dados/arquivos/inacusatividade.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2013.

CYRINO, S.; NUNES, J.; PAGOTTO, E. Complementação. In: KATO, M. A ; NASCIMENTO, M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. Vol 2. São Paulo: Contexto, 2015. p. 37-80.

CYRINO, S.M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: SP, 1996. p 163-184.

COAN, M. *Anterioridade a um ponto de referencia passado: pretérito (mais-que-) Perfeito*. 1997. 183 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 1997.

COELHO, I. L. *A ordem VDP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. 2000. 245 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2000.

COELHO, I. L. A Ordem V NP em Construções Monoargumentais: uma restrição sintático-semântica. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.35, n. 1, p. 47-74, mar/2000.

COELHO, I. L. ; MONGUILHOTT, I.; MARTINS, M. A.; COSTA, S.; SILVA, G. M. O estatuto das construções monoargumentais no PB: por trás das frequências. In: Paulino Vandresen. (org.). *Variação, Mudança e Contato Linguístico no Português da Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, v., p. 205-225, 2006.

COELHO, I. L. (coord.) *et alii*. Cartas de Leitores de Santa Catarina - 1ª metade Séc. XIX. Santa Catarina: CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO – UFSC / PROJETO PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO – EQUIPE SANTA CATARINA

COELHO, I. L.; BERLINK, R. de A. *Variação e mudança dos padrões de inversão do sujeito no português escrito em diferentes localidades no Brasil oitocentista*. Trabalho apresentado no II Congresso Internacional de Linguística Histórica. USP, fevereiro de 2012.

COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; SOUZA, Christiane M. N.; MAY, G. H. *Para Conhecer Sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

COELHO, I. L.; SILVA, G. M.; ZIBETTI, E. M. O. *Correlação entre ordem verbo-sujeito e sujeito nulo: a trajetória da mudança no português de Santa Catarina*. p. 35-57. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east->

1.amazonaws.com/openaccess/9788580391466/02.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

CONDE SILVESTRE, J. C. Problemas y principios. In: *Sociolingüística histórica*. Madrid: Gredos, 2007. p. 19-72

CONDE SILVESTRE, J. C. La sociolingüística histórica y el cambio lingüístico. In: *Sociolingüística histórica*. Madrid: Gredos, 2007. p. 73-142

CORRÊA, M. Conventinho – 120 anos dos Franciscanos em Lages. In: *Revista História Catarina*, Ano VI, n. 38. Lages: Editora Leão Baio, 2012.

COSTA, A. A.; PINTO, D. S.; SOUZA, G. E.; REIS, J. A.; BIZERRA, P. R. B. *Verbos existenciais: ter/haver*. ReVEL, v. 9, n. 17, 2011. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_17_verbos_existenciais.pdf
Acesso em 28/02/2017.

COSTA, S. *O sujeito usado por crianças e adolescentes de Florianópolis: um estudo da ordem e do preenchimento*. 2003. Dissertação (Mestrado) 111 f. – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2003.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp: Campinas: SP, 1993. p 107 - 128.

DUARTE, M. E. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. C.; DUARTE,

M.E.L.(Orgs.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003. p 115-128.

DUARTE, M. E. L.; MOURÃO, G. C.; MENDONÇA SANTOS, H. Os sujeitos de 3^a pessoa: revisitando Duarte 1993. In: DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia (org.). *O Sujeito em Peças de Teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012, p. 21-44.

DUARTE, M. E. L. (org.). *O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola. 2012.

DUARTE, M. E. Termos da oração. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Editora Contexto. 2013. p. 185-203.

ELISEU, A. M. G. S. *Verbos Ergativos do Português: descrição e análise*. Lisboa, 1984. (mimeo)

ENÇ, M. The Semantics of Specificity. *Linguistic Inquiry*. Vol. 22 (1), p. 1-25, 1991.

FARACO, C. A. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARACO, C. A. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FRANCHI, C.; CANÇADO, M. Teoria Generalizada dos papéis temáticos. *Revista de Estudos da Linguagem*. Vol 11. No 2, p 83-123, 2003. Disponível em:
<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2370/2325>. Acesso em 15 jun. 2016.

GALVES, C. C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp: Campinas: SP, 1993. p 387 - 425.

GALVES, C. C. Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP (34): 19-32, Jan/Jun. 1998. Disponível em: Revistas.iel.unicamp.br. Acesso em: 03/08/2015.

GALVES, C. C. Concordância, sujeitos e pronomes na história da língua portuguesa. In: *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

GALVES, C. C. A sintaxe do português brasileiro. In: *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

GRAVINA, A. P. *Sujeito Nulo e a Ordem VS no Português Brasileiro: um estudo diacrônico-comparativo baseado em corpus*. (Tese de Doutorado) 251 f. Universidade Estadual de Campinas : SP, Campinas, 2014.

GUY, G. R.; ZILLES, Ana. *Sociolinguística Quantitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S.A. *Transitivity in Grammar and Discourse*. Disponível em: http://latina.phil2.unifreiburg.de/raible/Lehre/2006/Materialien/Hopper_Thompson.pdf. Acesso em: 04/09/2016.

JACKENDOFF, R. *Linguistic Inquiry*. Vol. 7 (1), (winter, 1976) p.89-150. 1976.

KATO, M. A. A Restrição de Mono-Argumentalidade da Ordem VS no Português do Brasil. In: *Fórum Linguístico*. Florianópolis, n.2 (97-127), out/2000.

KATO *et al.* Português Brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; SILVA, R. V. (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Funcultura, 2006. p. 413-438.

KATO, M. A; MIOTO, C. A Arquitetura da Gramática. In: KATO, M. A ; NASCIMENTO, M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. Vol 2. São Paulo: Contexto, p. 19-36, 2015.

KOERNER, E.F.K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Publito, Estúdio de Artes Gráficas. 2014.

LABOV, W. Building on empirical foundations. In: W. P. LEHMANN; Y. MALKIEL (eds.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1982.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, W. *Principles of linguistic change – Internal factors*. Cambridge: B. Blackwel, 1994.

LIMA, C. H. da R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 52ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2014.

LIRA, S. de A. Subject postposition in Portuguese. *Revista D.E.L.T.A.*, v. 2, n. 1, p. 17-36, 1986.

LIRA, S. de A. *The Subject in Brazilian Portuguese*. Peter Lang Publishing: New York, 1996.

LUCCHESI, D. *Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MARINS, J. E. *O parâmetro do sujeito nulo: uma análise contrastiva entre o português e o italiano*. 2009. 111 f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ, 2009.

Disponível em:

<http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/MarinsJE.pdf> Acesso em: 12/04/2017.

MARTINS, M. A. Mudança sintática e estilo: investigando a influência do gênero em um processo de mudança na história do português brasileiro. In: In: GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L.; SOUZA, C. M. N. (Org.). *Variação Estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 245-260.

MIOTO, C. *et al. Manual de sintaxe*. Florianópolis: Ed. Insular, 1999.

MOURA, R. A. *Padrões de ordenação de constituintes das construções V2/V3 superficiais em cartas pessoais brasileiras dos séculos 19 e 20*. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MOURELATOS, A. P. D. *Events, Processes and States*.

Disponível em: <https://user.phil-fak.uni-duesseldorf.de/~filip/Mourelatos%2078:81.PDF>

Acesso em 27/06/2016.

NARO, A. J. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-50.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15-26.

NASCIMENTO, S. H. L. do. *Inacusatividade no Português do Brasil*. 2002. 143 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2002.

NASCIMENTO, S. H. L. do. *Os verbos inacusativos do Português Brasileiro: uma proposta de categorização*. DELTA, 30. v. 2, p. 237 -256, 2014.

OLIVEIRA, A. M. *Transitividade: da visão tradicional ao funcionalismo*. Disponível em: Percursos Linguísticos. Vitória (ES). v. 2, n. 1. p. 25-34. 2011. Acesso em: 04/09/2016.

PALMIERE, D. T. L. *A Inacusatividade na Aquisição da Linguagem*. 2002. 205 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, SP, 2002.

PAREDES DA SILVA, V. L. Relevância das variáveis linguísticas. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à*

Sociolinguística: o tratamento da variação. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2012. p. 67-72.

PERLMUTTER, D. M. *Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis*. IN: J. Jaeger et alli. (eds). *Proceedings from the IV Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley, California, 1978. p. 157-190

PILATI, E. Sobre a ordem verbo-sujeito no português brasileiro: 30 anos em mirada crítica. In: *Revista Linguística*. Vol. 12, n.2, dez 2016.

Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/5474/6220>

Acesso em: 15 de março de 2017.

PONTES, E. S. L. *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas, SP: Editora Ática, 1987.

PONTES, E. S. L. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

RECH, N. S. F. *Estruturas Mono-argumentais do português brasileiro à luz da hipótese inacusativa*. Anais do 6º Encontro Celsul – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Acesso em: 17/03/2016.

ROSENBACHOVÁ, E. *Inacusatividade e inergatividade na perspectiva de verbos de zero lugares e de verbos unipessoais*. Tese (doutorado – Ph.D.) Masarykova univerzita Filozofická fakulta Ústav románsk'ych jazyku, Brno (República Tcheca), 2009.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. (2015). *Goldvarb Yosemite: A variable rule application for Macintosh*. Department of Linguistics, University of Toronto. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 12/01/2017.

SANTOS, D. de R. *A ordem VS/SV com verbos inacusativos: um estudo diacrônico*. 2008. Dissertação (Mestrado) 138 f. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

SANTOS, S. et al. . *Análise diacrônica da ordem V-DP/DP-V com verbos inacusativos no português europeu*. Trabalho apresentado na IX JNFLP (2014). Disponível em: http://www.filologia.org.br/vii_sinefil/COMPLETOS. Acesso em 03/08/2015

SANTOS, D. de R.; SOARES DA SILVA, H. A ordem V-DP/DP-V com verbos inacusativos. In: DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia (org.). *O Sujeito em Peças de Teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012, p. 121-142.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 147-177.

SENA, L.; MARGOTTI, F. W. Variação da ordem SV/VS em verbos inacusativos e inergativos: um estudo focado na escrita formal da região de Lages no estado de Santa Catarina. In: *Revista Signum: Estudos da Linguagem*. Londrina, v.19/2, p. 260-283, dez. 2016.

Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/2188>

SIBALDO, M. A. Sobre o efeito de Definitude e o Caso Partitivo em Sentenças Inacusativas do Português Brasileiro. In: Estudos Linguísticos XXXV, p. 1227-1236, 2006. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/127.pdf> . Acesso em: 21 abr. 2017.

SILVA, C. R. T.; FARIAS, J. G. de. O fenômeno da inacusatividade no português: por uma análise léxico-sintática dos verbos do tipo *ir* e *chegar*. In: *Revista Veredas* (UFJF), Juiz de Fora, v. 1, p.01-15, 2011. Disponível em: <http://www.ufff.br/revistaveredas/files/2011/05/ARTIGO-110.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.

SILVA, J. Q. G. *Um Estudo Sobre o Gênero Carta Pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2002. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20121016135107.pdf. Acesso em: 12 fev. 2014.

SILVEIRA, C. O Termo de Lages. In: *Revista História Catarina*, Ano XI, n. 78. Lages: Editora Leão Baio, 2016.

SITE. <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>

SPANO, M. *A ordem verbo-sujeito no português brasileiro e europeu: um estudo sincrônico da escrita padrão*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

TARALLO, F. *A Pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Editora ática, 1986.

TARALLO, F.; KATO, M.; A. *Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-linguística*. Preedição 5. Campinas, SP: Unicamp, 1989.

TARALLO, F. Diagnosticando uma Gramática Brasileira: O português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: SP, 1996. p 69 - 105.

TORRES MORAIS, M. A. C. R. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp: Campinas: SP, 1996. p 263 - 306.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

WACHOWICZ, T. C.; FOLTRAN, M. J. Sobre a noção de Aspecto. In: Cad. Est. Ling., Campinas, 48(2):211-232, 2006. Disponível em:

<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/viewFile/8637179/4901>. Acesso em 27/06/2016.

VENDLER, Z. Verbs and Times. *The Philosophical Review*, Vol. 66, No. 2. (Apr., 1957), pp. 143-160. Disponível em:

<http://semantics.uchicago.edu/scalarchange/vendler57.pdf>

Acesso em: 27/06/2016.

VENDLER, Zeno. *Linguistics in Philosophy*. Cornell University Press. 1967.

Disponível em:

<https://ia601509.us.archive.org/9/items/in.ernet.dli.2015.214020/2015.214020.Linguistics-In.pdf>

Acesso em: 29/01/2017

ZILLES, A. M. S. A Posposição do Sujeito ao Verbo no Português Falado no Rio Grande do Sul. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.35, n. 1, p. 47-74, mar/2000.

Anexo I – Lista de verbos inacusativos e inergativos

INACUSATIVOS PROTOTÍPICOS	INACUSATIVOS MENOS PROTOTÍPICOS			INERGATIVOS MENOS PROTOTÍPICOS		INERGATIVOS PROTOTÍPICOS
-DES +ACHIV +POSP -IND +PART	-DES +ACHIV -POSP -IND +PART	-DES +ACHIV +POSP +IND +PART	+DES +ACHIV +POSP -IND -PART	+DES +ACHIV +POSP +IND -PART	-DES +ATIV -POSP -IND -PART	+DES +ATIV -POSP +IND -PART
Adormecer/dormir	Decair	Cair	Sair	Sentar	Suar	Caminhar
Amanhecer	Desfalecer				Transpirar	Cantar
Aparecer	Despertar					Correr
Surgir	Fracassar					Dançar
Morrer	Amadurecer					Falar
Sumir						Nadar
Desaparecer						Pular
Desmaiar						Respirar
Acontecer						Voar
Desabrochar						Andar
Chegar						Repousar
Florescer						
Nascer						
Brotar						
Partir						
Ocorrer						
Murchar						
Germinar						
Adoecer						

Quadro anexo I - Lista dos 40 verbos monoargumentais analisados e classificados por Ciriaco e Cançado (2004)

Anexo II – Exemplo de carta do leitor e de anúncio de Florianópolis**Fundo:** O Novo Iris**Tipo:** Fotografia**Data de publicação:** Terça-feira, 9 de Abril de 1850**Acervo:** Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina**Seção:** Correspondências

PERGUNTA || Como tenho um filho, rapasinho d'espe- | ranças,
e q[u]e ainda póde vir a ser alguma | coisa nesta Ilha, por que
em terra d[e] ce- | gos quem tem um olho é rei; e desejando |
mandal-o ensinar a *Poeta*; quereria saber | em que lugar do
mundo elle poderia *for-* | *mar-se em poesia* com mais facilidade;
por | que uns me dizem que em São Paulo, e ou- | tros que, para
poupar mais despeza, é me- | lhor no Ribeirão. Nesta duvida
pede-lhe o | o (sic) seu parecer. || *O Meia-Lua*

Gênero anúncio

Jornal: O Estado

Localização: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

Tipo: Anúncios de jornais

Data: 20 de janeiro de 1950

mais CONFÔRTO para você | ...e para seu carro também! || com o || Super BALÃO Firestone || O mesmo prazer que *Você* sente com mais confôrto, seu carro | também sentirá, com o pneu *Firestone Super Balão*. || Rodando com maior volume de ar para menos pressão - | apenas 24 libras, o *Firestone Super-Balão* proporciona maior | durabilidade, menores despesas, maior rendimento. Absorve os | choques sem transmití-los à carrosseria, garantindo maior | confôrto nas marchas e maior | economia nos re[-]apertos. || O *Super-Balão* – uma criação exclusiva de Firestone – | proporciona igualmente maior quilometragem! É o pneu | que seu carro precisa para trabalhar melhor! || **O CRIADOR DOS PNEUS BALÃO || Super BALÃO Firestone || INDÚSTRIA BRASILEIRA**



Anexo III – Exemplo de carta do leitor e de anúncio de Lages

Fundo: O Lageano

Tipo: fotografia

Acervo: Museu Thiago de Castro

Data de publicação: 10/02/1884

Seção: não consta

O LAGEANO || TRANSCRIPÇÃO || Senhor Redactor. || Com quanto reconheça minha | falta de recursos intellectuaes e | de instrucção adquerida no seio | da sociedade, porque vivo afas- | tado d'ella, tenho com tudo o | arrojo de lhe pedir a inserção | d'estas linhas no seu lido jornal. || Como lageano e patriota não | devo ficar mudo e nem posso | deixar de manifestar a minha | gratidão, dando um voto de lou- | vor aos denodados obreiros do | progresso que ousarão dar o | primeiro toque na l[a]pidação do | grande diamante da provincia de | Santa Catharina, fazendo passar | na assembléa legislativa provin- | cial uma lei para a mudança | da capital para Lages. || Esta idéia de tão grande al- | cance, senhor redactor, levou meu | enthusiasmo ao ponto de tocar | ao delirio. || E ná verdade, já vejo a li- | nha ferrea de Dom Pedro 1º, | partindo do magnifico porto de | São Francisco, percursando pe- | lo littoral até a margem do | Itajahy grande, seguir pelo val- | le deste uberrissimo solo, e | explorar sua immensa floresta | compostas (sic) de frondosas arvo- | res, excellentes madeiras de | construção e edificação, trans- | por a serra do mar na altura | do pequeno Itajahy, aonde a | natureza preparou o terreno | para a cons[t]rução de uma o- | bra tão gigantesca, e aceitando | a offerta que lhe faz de suas | margens o rio d'agua preta, | confluense do Canôas, transpor | este mais ou menos na altu- | ra da confluencia do rio dos | Indios, que tendo suas cabecei- | ras nos campos de Lages, de | Sul para o Norte, em direc- | ção opp[o]sta as d'aquelle, tam- | bem offerece o seu concurso. || Assim sulcando as extensas | campinas de Lages, transforma- | das em immensas seáras de | trigo, cevada, centeio e linha- | ça segue sua direcção ao Sul | até tocar a

*heroica cidade de | Porto Alegre. || Já vejo grandes videiras que
| mal podem suster o peso de | seu abundante fructo: já vejo |
| pitorescos prados compostos de | gigantescas arvores fuctiferas |
- nozes, peras, ma[ç]ãs, azeito- | nas & & . . . ; já vejo nos |
valles de Canôas, Pelotas, | Rio do Peixe (perfeitamente |
colonizado) crescerem immen- | sos canaviaes, mandioca[e]s, o
| algodoeiro e o arroz, sem fa- | lar no milho e feijão e tan- |
tos outros cereaes. || Ouço finalmente o sibilo da | locomotiva que
partindo do pon- | to indicado, faz gemer o trilho | sob seu peso
até chegar a esta- | ção da grande cidade, aonde de- | sembarca
crescido numero de | passageiros na sua maior parte | artistas,
agricultores e professo- | res de sciencia, que conversan- |
do entre si dizem: A natureza | foi mais que prodiga na dotação |
d'este solo, estamos aqui em u- | ma nova Europa: é realmente
| aqui o paraíso do Brasil. || Como lageano agradecido en- | vio
um aperto de mão e um | respeitoso cumprimento aos des- |
tintos deputados que têm pug- | nado por uma ideia tão gran- |
diosa.*

Gênero: Anúncio

Fundo: Cruzeiro do Sul

Tipo: Fotografia

Acervo: Museu Thiago de Castro

Data de Publicação: 14.09.1904

A PEDIDO. || FAZENDA PARA ARRENDAR || *Arrenda-se uma ex- | cellente Fazenda com | campos e mattos pa- | ra criar e invernar | com uma area supe- | rior a cem milhões | de metros quadra- | dos e dividida em | cinco invernadas, po- | treiros, grande e su- | perior campo de criar, lavoura, | terras lavradas, excellente casa de | moradia, casas de | posteiros, peiões, | galpões e todas as commodidades | que possa desejar o mais exigente | fazendeiro. || Quem pretender dirija-se á Fa- | zenda do Pavão neste municipio.*